



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIO CESAR RIBEIRO MOTA FILHO

AVALIANDO A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA:
África Austral e seu concerto defensivo nos tempos da unipolaridade

Florianópolis
2021

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho

**AVALIANDO A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA:
África Austral e seu concerto defensivo nos tempos da unipolaridade**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende

Florianópolis
2021

Ficha de identificação da obra

Mota Filho, Julio Cesar Ribeiro

AVALIANDO A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA: África Austral e seu concerto defensivo nos tempos da unipolaridade / Julio Cesar Ribeiro Mota Filho;

orientador, Lucas Pereira Rezende, 2021.

145 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Cooperação em Defesa. 3. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa. 4. África Austral. 5. Unipolaridade. I., Lucas Pereira Rezende. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Júlio Cesar Ribeiro Mota Filho
AVALIANDO A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA:
África Austral e seu concerto defensivo nos tempos da unipolaridade

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Dra. Graciela de Conti Pagliari
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luis Leandro Schenoni
Universidade de Constança

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende
Orientador

Florianópolis, 2021.

Dedico este trabalho a minha família, amigas e amigos, colegas do mestrado e docentes do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho aconteceu em tempos difíceis. Durante a minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, a Universidade passou por cortes de recursos de fomento à pesquisa, greve estudantil e, como se não bastasse, uma pandemia. Lidar com essas pedras no caminho em um processo complexo que constitui a realização de uma pesquisa foi um trabalho árduo. Dessa forma, venho agradecer a todos que estiveram comigo nesse momento, que me deram o suporte necessário para a realização desta dissertação e, conseqüentemente, o sentimento de satisfação em ter concluído minha pós-graduação.

Cumprimento o Professor Doutor Lucas Pereira Rezende, pessoa por quem tenho grande estima e admiração, pelo seu apoio e orientação em todos os momentos de que precisei.

Aos colegas do curso de mestrado, amigos e amigas, principalmente Daniel, meu muito obrigado pelos momentos de companheirismo e pelas boas memórias que levarei desse período importante de minha vida.

Aos colegas da UDESC, principalmente a Professora Rosa Martins, meus sinceros agradecimentos por ter feito o ambiente de trabalho um local prazeroso e, assim, ter facilitado a conciliação da minha vida profissional com a vida acadêmica.

Saúdo também o corpo docente do PPGRI por todo aprendizado e pelas discussões produtivas durante os encontros nas disciplinas que cursei.

Por último, agradeço a minha família o apoio incondicional ao acreditarem nos meus objetivos e na importância dos meus estudos.

Os mais corajosos certamente são aqueles que possuem a visão mais nítida do que lhes está adiante [...]. (TUCÍDIDES, 4-- A.C).

RESUMO

Este trabalho propõe-se a realizar um teste empírico da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa por meio do exame do concerto defensivo da região da África Austral no pós-Guerra Fria. Para este empreendimento, indicadores de mensuração de poder dos Estados foram utilizados em conjunto com pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. A dissertação está dividida em quatro partes, além de introdução e considerações finais. Primeiramente, pressupostos do pensamento realista e da teoria a ser testada são explorados. Em seguida, uma discussão sobre a unipolaridade global no pós-Guerra Fria é realizada. Na terceira parte, uma análise da polaridade da África Austral a partir de 1991 é feita para que, enfim, o exame empírico da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa seja realizado na última parte. O argumento principal é que os pressupostos de tal teoria oferecem bons instrumentos para a compreensão do concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria, provando, assim, terem alto grau de poder explicativo, sobretudo quando são levados em conta os resultados da cooperação em defesa entre os Estados em médio e longo prazos.

Palavras-chave: Cooperação em Defesa. África Austral. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa.

ABSTRACT

This work proposes to make an empirical test of Offensive Realist Theory of Cooperation in Defence through the exam of the defensive concert in Southern Africa region after Cold War. For this task, indicators of power measurement of States were used among documental and bibliographical research about the theme. The dissertation is divided in four parts, besides introduction and final remarks. Firstly, assumptions of the realist thinking and the theory to be tested are explored. Afterwards, a discussion about global unipolarity after Cold War is set. In the third part, an analysis of Southern Africa polarity after Cold War is made so that the empirical exam of Offensive Realist Theory of Cooperation in Defence be finally built in the last part. The main argument is that the assumptions of the mentioned theory provides good tools for the understanding of Southern Africa defensive concert after Cold War, proving to have high explanatory degree, especially when one considers the results of defence cooperation among States in the medium and long terms.

Keywords: Defence Cooperation. Southern Africa. Offensive Realist Theory of Cooperation in Defence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Incidência de guerras envolvendo Grandes Potências desde 1816.....	40
Figura 2 – Comparação entre Angola e República Democrática do Congo realizada pelo GFP.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PIB de China, Estados Unidos e Rússia (em bilhões de dólares atuais).....	53
Gráfico 2 – População total da China, Estados Unidos e Rússia (em milhões de habitantes).....	53
Gráfico 3 – Gastos militares da China, Estados Unidos e Rússia (em bilhões de dólares atuais).....	55
Gráfico 4 – Total de efetivos militares da China, Estados Unidos e Rússia.....	56
Gráfico 5 – Percentual de posse de recursos dos Estados da África Austral dos três maiores Estados entre 1960 a 2015.....	62
Gráfico 6 – Tamanho da população dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 1999, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018).....	67
Gráfico 7 – PIB dos países da África Austral em milhões de dólares (1991,1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018).....	69
Gráfico 8 – <i>Correlates of War</i> (COW) em função da soma dos COW para os Estados da África Austral (1991, 1994, 1997, 1999, 2004, 2009 e 2012).....	71
Gráfico 9 – Porcentagem do gasto absoluto em defesa dos Estados da África Austral em comparação com o total da região (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012) em milhões de dólares atuais.....	74
Gráfico 10 – Percentual do PIB gasto em defesa (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 (em milhões de dólares atuais).....	76
Gráfico 11 – Total dos efetivos nas Forças Armadas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	77
Gráfico 12 – Total de efetivos nos Exércitos dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	79
Gráfico 13 – Total de efetivos na Marinha dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	81
Gráfico 14 – Total de efetivos na Aeronáutica dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	82
Gráfico 15 – Soma dos veículos blindados dos Exércitos dos países da África Austral (2009, 2012, 2015 e 2018).....	84

Gráfico 16 – Total de navios de combate das Marinhas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018).....	85
Gráfico 17 – Soma de peças de artilharia dos países da África Austral (2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	86
Gráfico 18 – Soma de aviões de combate da Força Aérea dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Incidência de guerras entre Estados de 1816 a 2007.....	40
Quadro 2 – Percentual de população do segundo a sexto Estado mais populoso da África Austral em relação à África do Sul.....	68
Quadro 3 – PIB dos potenciais Estados candidatos a polo da África Austral em relação à África do Sul.....	69
Quadro 4 – Acordos bilaterais da África do Sul em defesa e assuntos militares com os demais países da África Austral.....	92
Quadro 5 – Número de acordos bilaterais e regionais em defesa de Brasil e África do Sul divididos por presidência.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA – Associação dos Estados da África Austral
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático
CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano
CNA – Congresso Nacional Africano
CONSAS – Constelação dos Estados da África Austral
COW – Correlates of War
DDR – Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
DIRC – Departamento de Relações Internacionais e Cooperação
EUA – Estados Unidos da América
FLS – Estados da Linha de Frente
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GFP – Global Fire Power
GPM – Grupo Parlamentar de Monitoramento
IISS – Instituto Internacional Para Estudos Estratégicos
ISDSC – Comitê Interestatal de Defesa e Segurança
ISIS – Estado Islâmico
JID – Junta Interamericana de Defesa
JPCDS – Comissão Permanente em Defesa e Segurança
M23 – Movimento 23 de Março
MK – Lança da Nação
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPDS – Órgão de Política, Defesa e Segurança
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PCPDS – Protocolo de Cooperação em Política, Defesa e Segurança
PIB – Produto Interno Bruto
PMD – Pacto Mútuo em Defesa
PN – Partido Nacional
RDC – República Democrática do Congo

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
SACP – Partido Comunista da África do Sul
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADCBRIG – Brigada de *Standby* da SADC
SADCC – Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
SADF – Força de Defesa da África do Sul
SANDF – Força Nacional de Defesa da África do Sul
SIPO I – Primeiro Plano Indicativo Estratégico para o Órgão
SIPRI – Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa sobre a Paz
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UANC – Conselho Nacional Africano Unido
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZANU – União Nacional Africana do Zimbábue
ZAPU – União do Povo Africano do Zimbábue

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O REALISMO E A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA	19
2.1	De Tucídides a Morgenthau: a gestação do pensamento realista.....	19
2.2	A virada behaviorista: realismo estrutural e suas variações.....	21
2.3	O Realismo Ofensivo de Mearsheimer e o comportamento agressivo das Grandes Potências.....	23
2.4	EUA no pós-Guerra Fria: convergindo os conceitos de unipolaridade e hegemonia regional	27
2.5	A Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa	29
3	O TEMPO DA UNIPOLARIDADE: ANALISANDO A BALANÇA DE PODER GLOBAL NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2018).....	35
3.1	A balança de poder global no pós-Guerra Fria: o tempo da unipolaridade.....	36
3.1.1	A paz no sistema entre Estados na unipolaridade.....	38
3.1.2	A durabilidade curta da balança de poder unipolar (1991-2018).....	45
4	DA UNIPOLARIDADE À BIPOLARIDADE DESEQUILIBRADA: AVALIANDO A POLARIDADE DA ÁFRICA AUSTRAL NO PÓS GUERRA-FRIA.....	58
4.1	Da unipolaridade em declínio para a bipolaridade desequilibrada: Luanda no horizonte de Pretória.....	59
4.2	África Austral no pós-Guerra Fria e indicadores da balança de poder.....	65
4.2.1	Tamanho da População.....	66
4.2.2	Produto Interno Bruto.....	69
4.2.3	<i>Correlates of War</i>	71
4.2.4	Gastos em defesa.....	74
4.2.5	Percentual do PIB gasto em defesa.....	75
4.2.6	Total de efetivos nas Forças Armadas.....	76
4.2.7	Total de efetivos nos Exércitos dos países da África Austral.....	78
4.2.8	Total de efetivos na Marinha.....	80
4.2.9	Total de efetivos na Aeronáutica.....	81
4.2.10	Veículos blindados.....	83
4.2.11	Navios de combate.....	84

4.2.12	Peças de artilharia.....	86
4.2.13	Aviões de combate.....	87
4.3	As polaridades da África Austral: parecer final.....	89
5	A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA ÁFRICA AUSTRAL NO PÓS-GUERRA FRIA.....	91
5.1	Relacionamentos bilaterais em defesa na África Austral.....	91
5.2	Os alinhamentos prévios de cooperação em defesa na África Austral.....	96
5.3	SADC e OPDS: novo alinhamento regional de cooperação em defesa na África Austral e o protagonismo sul-africano.....	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE A – QUADRO COM OS DADOS DOS GRÁFICOS 1, 2, 3 E 4.....	131
	APÊNDICE B – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 6.....	132
	APÊNDICE C – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 7.....	133
	APÊNDICE D – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 7.....	134
	APÊNDICE E – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 8.....	135
	APÊNDICE F – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 9.....	136
	APÊNDICE G – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 10.....	137
	APÊNDICE H – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 11.....	138
	APÊNDICE I – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 12.....	139
	APÊNDICE J – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 13.....	140
	APÊNDICE K – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 14.....	141
	APÊNDICE L – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 15.....	142
	APÊNDICE M – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 16.....	143
	APÊNDICE N – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 17.....	144
	APÊNDICE O – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 18.....	145

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho encontra-se no campo dos estudos das Teorias das Relações Internacionais e tem como propósito realizar um teste empírico da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, a qual busca explicar, de maneira abrangente, “[...] do porquê a cooperação em defesa tornou-se um fenômeno tão observado, e de maneiras tão distintas no pós-Guerra Fria” (REZENDE, 2015, p. 126). Dessa forma, para avaliar se as explicações teóricas de Rezende (2015) correspondem à realidade da cooperação em defesa entre Estados no mundo unipolar, este trabalho definiu como objeto de pesquisa o concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria. Portanto, convém elucidar alguns conceitos que circundam tal objeto para que a plena compreensão do exame da teoria seja garantida.

Um concerto defensivo possui como significado a cooperação bi/multilateral em defesa entre os países no que tange às “ações que envolvem as forças armadas dos Estados via suas ações constabulares” (REZENDE, 2013, p. 90). Ações constabulares são atividades praticadas por cidadãos em armas que fogem do escopo de combate a exércitos de outros Estados, como, por exemplo, ações policiais, humanitárias e de defesa civil.

Quanto à delimitação regional, a África Austral, nesta pesquisa, compreende todos os Estados-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), sendo eles: África do Sul, Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo (RDC), Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Essa delimitação geográfica vai ao encontro dos escritos de Castellano e Brancher (2015), os quais, diferentemente de Buzan e Weaver (2003), incorporam a RDC na África Austral, alegando que não é possível entender as dinâmicas de segurança da região sem levar em consideração o papel desse Estado.

Com relação ao recorte temporal, os anos pós-Guerra Fria foram escolhidos (1991-2018), pois a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa argumenta e faz previsões sobre tal período, no qual o mundo passou de bipolar para unipolar.

A decisão de desenvolver esta pesquisa veio pelo julgamento da pertinência dos pressupostos teóricos de Rezende (2015) para a compreensão da cooperação em defesa entre Estados na era da unipolaridade, os quais mereciam ser examinados para além da perspectiva sul-americana já desenvolvida pelo autor da teoria. Nesse sentido, testar uma teoria por meio de um estudo de caso é importante para corroborar ou modificar um argumento, sendo uma

ferramenta de notável utilidade para o alcance de explicações mais ajustadas à realidade ou para a correção de certos desvios teóricos.

Como enfatizam Løkke e Sørensen (2014), é lamentável o fato de que estudos de caso no teste de teorias permaneçam sendo objeto de contestação em programas de pesquisa. Segundo tais autoras, esse tipo de trabalho ainda é um recurso subvalorizado de refinamento e desenvolvimento de teorias, sendo de grande importância para a consolidação de um campo de pesquisa (LØKKE; SØRENSEN, 2014).

Destarte, é possível afirmar que a importância científica desta dissertação está na possibilidade de dar maior solidez ou corrigir eventuais falhas da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa. Como foi mencionado, o teste empírico dessa teoria, até este momento, só foi realizado sobre o concerto defensivo da América do Sul, demandando, assim, que outras regiões do mundo sejam analisadas para a cimentação de tais pressupostos teóricos. Nessa questão, o exame das dinâmicas de segurança da África Austral parece promissor, uma vez que possui algumas características semelhantes a América do Sul, como, por exemplo, a presença de um Estado unipolar, com grande concentrações de recursos em relação a seus vizinhos, e localizar-se em uma região periférica quanto ao eixo da política internacional de grandes potências. Nesse sentido, ainda que todas porções do globo possuam casos interessantes para análise, a escolha da região caudal do continente africano para esta pesquisa não foi randômica, mas sim objetivando aproveitar as inferências do estudo de Rezende (2015) sobre a América do Sul no caso da África Austral durante a análise da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, ainda que este trabalho não possua um objetivo propriamente comparativo.

Dessa forma, ao se utilizar o caso do concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria como exame do poder explicativo da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, é dada possibilidade de identificar as deficiências, limites, validades e aplicabilidade de seus pressupostos teóricos. O que contribui para o aprimoramento dessa área do conhecimento e para a ciência *per se*, cujo princípio fundamental é o perpétuo processo de construção e refinamento do conhecimento. A citação de Cavaye (1996, apud LØKKE; SØRENSEN, p. 68, tradução nossa) exemplifica bem a importância dos testes teóricos: “[...] quão mais frequente e conclusivamente for confirmada uma teoria, maior será a crença de que ela reflita a realidade”.¹

Em segundo lugar, também se justifica a elaboração desta pesquisa pelo espectro político-social. Acreditamos que o exame de pressupostos dessa teoria pode contribuir, ainda

¹ No original: “[...] the more often and the more conclusively the theory is confirmed, the more faith in that theory reflects reality.”

que de forma modesta, para o provimento de subsídios de tomada de decisões e definições estratégicas no campo da defesa, área de profundo interesse nacional tanto de setores da classe militar quanto da civil. É que cooperar em defesa é meio para aumentar o poder dos Estados, garantir a paz, construir relação de confiança na região e responder às inseguranças no cenário da política internacional, sendo, portanto, fundamental sua compreensão para inserção bem-sucedida dos países do sul global nas dinâmicas das relações internacionais.

Para a realização do empreendimento aqui proposto, este trabalho é guiado pela seguinte pergunta de pesquisa: a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa explica o concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria (1991-2018)? Importa notar que, como exposto por Rezende (2015, p. 88), “de teorias [...] não se deve perguntar se são verdadeiras ou falsas, mas se têm uma boa capacidade explicativa”. Portanto, esse problema de pesquisa busca avaliar se tal teoria oferece uma explicação plausível sobre a cooperação em defesa entre os países da África Austral no pós-Guerra Fria (1991 – 2018) ou se necessita de ajustes.

A perseguição da resposta para a pergunta posta acima demandou a realização de uma pesquisa de caráter misto, na qual há a confluência de dados quantitativos e qualitativos. Para a mensuração da balança de poder global e da África Austral no pós-Guerra Fria, indicadores de poder militar e latente foram coletados, como tamanho populacional, PIB, *Correlates of War*, gastos em defesa, efetivos nas Forças Armadas, número de veículos blindados, navios de combate, peças de artilharia e aviões de combate. Tais dados foram coletados minuciosamente e vieram de fontes com amplo uso na academia, como, por exemplo, do Banco Mundial, Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS) e Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa sobre a Paz (SIPRI). Em conjunto a esses materiais de linguagem numérica e por meio de uma revisão narrativa, foram utilizadas informações extraídas de pesquisa documental (documentos oficiais) e bibliográfica (produções científicas) que provaram ser úteis para o objeto de estudo deste trabalho, como, por exemplo, documentos oficiais da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), livros e artigos científicos que versam sobre a balança de poder do globo e da África Austral, bem como as dinâmicas de cooperação em defesa dessa região.

Dito isso, a pesquisa está organizada em quatro capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, aspectos essencialmente teóricos são explorados, como, por exemplo, as principais características e autores da corrente de pensamento Realista nas Relações Internacionais, os argumentos dessa tradição que contribuíram para

desenvolvimento do trabalho de Rezende (2015) e os pressupostos da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa propriamente ditos.

O segundo capítulo debruça-se sobre o tempo da unipolaridade global e discute trabalhos de diversos autores que tentaram compreender o arranjo unipolar no pós-Guerra Fria, como, por exemplo, Wohlforth (1999) e Monteiro (2011). Por meio de tais produções e da análise quantitativa dos atributos de poder, pondera-se sobre a duração e término do momento unipolar e sua relativa pacificidade quando se pensa na ocorrência de guerras sistêmicas.

O terceiro capítulo debruça-se sobre a balança de poder regional da África Austral no pós-Guerra Fria, elemento essencial para o exame da teoria. Nessa parte, será demonstrado, por meio de uma análise detalhada dos indicadores de poder militar e latente, que a região possuiu dois arranjos diferentes em sua polaridade no período estudado: a unipolaridade e a bipolaridade desequilibrada.

O quarto e último capítulo analisa a cooperação em defesa na África Austral, demonstrando o papel protagonista da África do Sul no fomento do concerto defensivo regional e a importância da SADC como instituição propulsora dos arranjos em defesa.

Finalmente, as considerações finais do trabalho realizam um apanhado das discussões tecidas ao longo da pesquisa e dão o parecer sobre o poder explicativo da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, afirmando que os pressupostos de tal teoria oferecem bons instrumentos para compreensão do caso do concerto defensivo na África Austral pós-Guerra Fria, sobretudo quando são levados em conta os resultados da cooperação em defesa entre os Estados em médio e longo prazos.

2 O REALISMO E A TEORIA REALISTA OFENSIVA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA

Este capítulo tem o propósito de sistematizar os pressupostos da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa. Para o exercício de tal tarefa, acredita-se ser prudente comentar a tradição do pensamento realista sinteticamente, suas variações e a importância dos pressupostos de alguns autores dessa corrente para a sustentação do arcabouço da teoria que será avaliada neste trabalho.

Dessa forma, esta seção inicia-se abordando a gestação do pensamento realista e suas modificações no decorrer do tempo, dando atenção especial para o legado do realismo estrutural e suas variações defensiva e ofensiva.

Elucidadas as discordâncias dessas ramificações do realismo, busca-se extrair as ideias principais de Mearsheimer (2014) e Wohlforth (1999) quanto às pressões sistêmicas e o *status* dos Estados Unidos na balança de poder no pós-Guerra Fria, as quais são argumentos importantes para o desenvolvimento do raciocínio teórico de Rezende (2015).

Após essa trajetória, o capítulo encaminha-se finalmente para a abordagem dos pressupostos da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa.

2.1 De Tucídides a Morgenthau: a gestação do pensamento realista

Em primeiro lugar, ressalta-se que o realismo é uma tradição do pensamento consolidada no Ocidente e sua origem pode ser traçada nos tempos remotos da Grécia Antiga, quando Tucídides, no século V a.C., buscou contar a Guerra do Peloponeso; ou, por meio de uma estimativa menos distante no tempo, nos anos posteriores à Revolução Puritana na Inglaterra no século XVII, quando Thomas Hobbes escreveu *O Leviatã*, ressaltando a condição do estado de guerra da natureza humana (DONNELLY, 2000).

Apesar de a tradição realista possuir um núcleo duro (LAKATOS, 1976), que faz os autores fundadores e contemporâneos dessa corrente convergirem, sua definição está longe de possuir um amplo consenso. Como ressalta Donnelly (2000, p. 6), “até mesmo em textos dogmáticos definidores, como Marxismo e o Cristianismo, ênfases diferentes e interpretações antagonistas são comuns. [Portanto] deveríamos esperar, no mínimo, essa mesma variedade no Realismo”.²

² No original: “even in traditions with authoritative defining texts, such as Marxism and Christianity, different emphases and antagonistic interpretations are common. We should expect at least as much variety in realism”.

Nesse sentido, muito embora se tenha ciência da heterogeneidade de definições, é possível afirmar, de maneira geral, que os realistas possuem “[...] uma visão que destaca o lado competitivo e conflituoso da política internacional; geralmente contrastada com o idealismo ou liberalismo, os quais tendem a enfatizar a cooperação” (KORAB-KARPOWICZ, 2017, p. 1).³

Segundo Donnelly (2000), essa visão trágica da política internacional como um palco para as manifestações de poder e interesse é resultado de dois elementos sempre abordados pelos realistas, embora em diferentes ênfases: a natureza humana e a anarquia do sistema entre Estados. Nas palavras do autor:

[...] dentro dos Estados, a natureza humana é usualmente controlada pela regra e autoridade política hierarquizada. Nas relações internacionais, a anarquia não apenas permite, mas encoraja os piores aspectos da natureza humana a serem expressados. (DONNELLY, 2000, p. 10, tradução nossa).⁴

Apesar de tal pensamento ter como expoentes Tucídides e Hobbes, é de igual importância referenciar Morgenthau como figura importante dessa corrente, o qual guiou a marcha das Relações Internacionais em direção à sua consolidação como uma área distinta do conhecimento na modernidade.

Neste sentido, Morgenthau debruçou-se sobre a História, Filosofia e Sociologia ao delinear os pareceres pessimistas sobre a política internacional.

Resumidamente, o realismo político do autor sustenta-se sobre o princípio de que as relações sociais são pautadas por leis objetivas derivadas da natureza humana, na qual habita o interesse em termos de poder (MORGENTHAU, 2003).

Por meio de tais pressupostos, Morgenthau (2003) dispõe que uma boa política deve levar em consideração as restrições impostas por essa natureza humana degradada, e, além disso, um governante só estará sendo responsável e racional se houver se distanciado dos moralismos e idealismos, os quais são repletos de boas intenções, mas potencialmente destrutivos.

Nas palavras do autor, “[...] o realismo considera que a prudência [...] representa a virtude suprema na política” (MORGENTHAU, 2003, p. 20), e, portanto, princípios morais universais que comprometam a sobrevivência do Estado devem ser subordinados aos princípios da sobrevivência nacional e da ação política vitoriosa.

³ No original: “[...] a view of international politics that stresses its competitive and conflictual side. It is usually contrasted with idealism or liberalism, which tends to emphasize cooperation”.

⁴ No original: “[...] within states, human nature usually is tamed by hierarchical political authority and rule. In International Relations, anarchy not merely allows but encourages the worst aspects of human nature to be expressed”.

Ademais, para Morgenthau, os Estados são análogos aos indivíduos, e, assim, tais unidades políticas agem de forma interesseira em termos de poder, repetindo a leitura hobbesiana da característica inata dos indivíduos também para os Estados. Nessa questão, o objetivo do Estado é, no mínimo, o de conservar o poder que detém, traduzido pela perseguição de uma política de *status quo* nos termos do autor (MORGENTHAU, 2003).

No entanto, o ente soberano pode ir além da mera garantia da sobrevivência e, dessa maneira, agir de forma imperialista quando deseja se engrandecer; ou perseguir uma política de prestígio, quando almeja exibir seu poder (MORGENTHAU, 2003, p. 88). Para o acadêmico, tais práticas, por mais que possam temporariamente desequilibrar a balança de poder entre os Estados, levam, cedo ou tarde, à configuração de uma balança de poder equilibrada; fruto da ação dos próprios atores, os quais se esforçam para restaurar o quadro prévio à assimetria que se instalou na política internacional resultante de um Estado com pretensões expansionistas.

2.2 A virada behaviorista: realismo estrutural e suas variações

O realismo estrutural (ou neorealismo) distancia-se das características dos escritos de Morgenthau com a revolução behaviorista no pós-Segunda Guerra, indo em direção a uma abordagem a-histórica, influenciada pelos modelos econômicos. Personificando essa nova tendência, Waltz (1979) traz o rigor científico das ciências naturais e econômicas para o realismo.

Ao contrário da epistemologia de Morgenthau, Waltz (1979) não entende a ação dos Estados como fruto principal da natureza humana, mas sim como um produto dos constrangimentos sistêmicos impostos a eles.

Essa vertente da teoria realista assume que existe uma estrutura na política internacional que constrange e limita o comportamento dos Estados, assim como acontece com as empresas diante do mercado.

Tal estrutura política possui a anarquia como princípio ordenador, que premia e penaliza os Estados de acordo com o comportamento que adotam. Dessa forma, uma atitude racional para os Estados que desejam sobreviver deve levar em consideração os constrangimentos que a estrutura lhes impõe (WALTZ, 1979).

Uma vez estando sob a anarquia e nela exercendo as mesmas funções, os Estados diferenciam-se pela quantidade de recursos dos quais dispõem. Waltz (1979) pressupõe que, sob essas circunstâncias, os Estados, desejosos de garantirem sua sobrevivência, vivem em um

regime de autoajuda, no qual a autarquia é o ideal, pois quão maior for a interdependência, maiores os riscos de conflito entre as organizações políticas soberanas. Segundo o autor, “[...] com cada Estado constrangido a tomar conta de si próprio, nenhum pode tomar conta do sistema” (WALTZ, 1979, p. 109).⁵

Daí surge a dinâmica da balança de poder; uma vez que não se pode contar com alguma autoridade superior em tempos de penúria e ameaça, as unidades autônomas vão procurar garantir a sobrevivência fazendo alianças efêmeras ou aumentando seus próprios recursos de poder. Para Waltz (1979), o desejo de maximizar a segurança por parte dos Estados força-os a se comportarem de maneiras que tendem à criação de uma balança de poder que, quando estiver em equilíbrio, tenderá a diminuir as possibilidades de conflito entre as unidades, e vice-versa.

Um ponto a ser destacado do realismo estrutural de Waltz (1979) é o seu aspecto defensivo em virtude das prescrições conservadoras do autor quanto ao que significa agir de acordo com a razão de Estado. Isto é, unidades soberanas devem buscar a preservação do *status quo*, colocando limites à busca pela aquisição de poder relativo, pois, se em excesso, coalizões surgirão para fazer face às pretensões hegemônicas de tal ente soberano (PASHAKHANLOU, 2018).

Além dos escritos de Waltz, outro autor que consubstancia o realismo defensivo é Walt (1990), o qual buscou refinar a compreensão de Waltz sobre as dinâmicas de balanceamento dos Estados. Para o autor, as alianças não são fruto da alteração da distribuição dos recursos entre as unidades *per se*, mas sim resultado da percepção da ameaça entre os atores.

Por meio do conceito chamado de balança de ameaças, Walt (1990) argumenta que Estados que se portam como uma ameaça aos outros Estados estão mais propensos a serem contrabalanceados do que receberem o alinhamento de seus pares. Segundo o autor (1990, p. 283), a grande estratégia de um Estado seria, então, a de interpretar corretamente os motivos da formação das alianças. Desse modo, tal concepção respalda a afirmação de que uma *raison d'état* primorosa deve evitar comportamentos agressivos e ameaçadores na política internacional.

Em contrapartida ao caráter defensivo do realismo de Waltz (1979) e Walt (1990), há o realismo ofensivo, o qual postula que os Estados não apenas se concentram em manter a balança de poder, indo muito além da preocupação com o *status quo*. Para Mearsheimer (2014), as unidades soberanas perseguem o maior ponto possível de concentração de poder relativo, o qual

⁵ No original: “[...] with each country constrained to take care of itself, no one can take care of the system”.

se traduz pelo *status* de hegemonia. O autor também afirma que, do contrário ao que alega a vertente defensiva, o registro histórico tem mostrado que grandes potências têm agido agressivamente, e, na minoria das vezes, tais unidades soberanas foram punidas pelo Sistema Internacional de maneira a diminuir seu poder relativo.

Segundo o autor, há fortes incentivos para que grandes potências se comportem agressivamente, ainda que de maneira racional, na política internacional, ou seja:

[...] o sistema internacional força as grandes potências a maximizarem sua segurança. Em outras palavras, sobrevivência demanda comportamento agressivo. Grandes potências comportam-se agressivamente não porque desejam ou possuem propulsão interna em dominar, mas porque elas têm de procurar obter mais poder se quiserem maximizar suas chances de sobrevivência. (MEARSHEIMER, 2014, p. 21, tradução nossa).⁶

Tendo em vista o caráter central do realismo ofensivo para a construção da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, os pormenores de tais pressupostos mearsheimerianos serão tratados com maior detalhe na próxima subseção. O objetivo é explorar as previsões do realismo ofensivo quanto ao comportamento das Grandes Potências no Sistema Internacional, sobre as quais os argumentos de Rezende (2015) quanto à cooperação em defesa no pós-Guerra Fria são construídos.

2.3 O Realismo Ofensivo de Mearsheimer e o comportamento agressivo das Grandes Potências

Como ponto de partida em relação ao pensamento do realismo ofensivo, é pertinente expor que a concepção da *natura* agressiva do comportamento dos Estados, segundo Mearsheimer (2014), é resultado da união de cinco pressupostos basilares que governam as Relações Internacionais. Mearsheimer (2014) classifica-os da seguinte maneira:

- (1) o princípio ordenador do Sistema Internacional é anárquico, isto é, caracteriza-se pela ausência de um governo mundial e existência de Estados independentes;
- (2) alguns desses Estados são grandes potências, as quais são dotadas de recursos militares capazes de melindrar ou até mesmo aniquilar outras potências;
- (3) é impossível que um Estado tenha pleno conhecimento das intenções de outros Estados. Mesmo que uma unidade soberana possua um comportamento inicialmente

⁶ No original: “[...] the international system forces great powers to maximize their relative power because that is the optimal way to maximize their security. In other words, survival mandates aggressive behavior. Great powers behave aggressively not because they want to or because they possess some inner drive to dominate, but because they have to seek more power if they want to maximize their odds of survival”.

- pacífico, Mearsheimer (2014, p. 31, tradução nossa) alerta que as intenções são voláteis: “[...] Podem ser benignas em um dia e, no próximo, tornarem-se hostis”;⁷
- (4) o objetivo elementar das potências é a sobrevivência, pois “[...] uma vez que um Estado é conquistado, é improvável que o mesmo esteja em uma posição de perseguir outros objetivos” (MEARSHEIMER, 2014, p. 31, tradução nossa);
- (5) por último, Mearsheimer (2014) sustenta que as grandes potências são atores racionais, ou seja, esses entes soberanos são capazes de analisar as dinâmicas da política internacional e pensar em maneiras de garantir sua sobrevivência diante de tal realidade a curto e longo prazos.

Destarte, Mearsheimer (2014, p. 32) sustenta que, “[...] quando esses cinco pressupostos se congregam, há a criação de incentivos poderosos para que grandes potências pensem e ajam agressivamente uma em relação a outra”.⁸

Em maior detalhe, o que o autor argumenta é que os Estados antecipam o perigo, ou seja, “[...] na perspectiva de qualquer grande potência, todas as outras grandes potências são inimigas em potencial” (MEARSHEIMER, 2014, p. 32, tradução nossa);⁹ o que as leva a contar com os próprios meios para que sua existência seja garantida no sistema internacional.

É verdade que tal fato não anula a possibilidade de formação de alianças, mas essas são voláteis e produto da mera conveniência; a título de exemplo, o autor destaca que União Soviética, China e Estados Unidos trabalharam juntos no esforço de conter a Alemanha de Hitler. No entanto, após a vitória sobre o 3º Reich, as alianças desmantelaram-se, conduzindo a um arranjo inverso no início da Guerra Fria (MEARSHEIMER, 2014).

Sob esse ambiente hostil, o entendimento das grandes potências é de que a melhor forma de garantir a sobrevivência se traduz na busca pelo ponto máximo de poder relativo no Sistema Internacional.

Mearsheimer (2014, p. 33-34, tradução nossa) justifica essa concepção, alegando que “[...] quão maior for a discrepância de poder entre dois Estados, menos propenso está o Estado mais fraco a atacar o mais forte. Nem México e Canadá, por exemplo, admitiriam a possibilidade de atacar os EUA [...]”¹⁰. Desse modo, os Estados, mesmo que possuam vantagem

⁷ No original: “[...] can be benign one day and hostile the next”.

⁸ No original: “[...] when the five assumptions are married together, they create powerful incentives for great powers to think and act offensively with regard to each other”.

⁹ No original: “from the perspective of any one great power, all other great powers are potential enemies”.

¹⁰ No original: “[...] the bigger the gap in power between any two states, the less likely it is that the weaker will attack the stronger. Neither Canada nor Mexico, for example, would countenance attacking the United States [...]”.

consolidada de poder relativo, continuarão a busca incansável por mais poder relativo até o momento em que o *status* de hegemonia seja conquistado.

Como já foi assinalado, o realismo ofensivo tem como pressuposto que as potências não se contentam com a mera preservação do *status quo*. Esse quadro é dado pelo fato de que a tentativa de garantir a manutenção da distribuição de poder entre os Estados encontra entraves importantes no sistema internacional, como, por exemplo, a dificuldade de a discrepância de poder relativo entre as unidades ser mensurada, além da própria característica volátil da distribuição de poder, a qual está suscetível a mudanças bruscas até mesmo em curto prazo (MEARSHEIMER, 2014).

No entanto, esse desejo pela hegemonia não pode ser confundido com uma espécie de frenesi dos Estados. As Grandes Potências, sendo unidades racionais, não agem de forma impulsiva e desconcertada na busca pela sua supremacia. Como o autor ressalta, os Estados calculam as probabilidades de ganhos e perdas antes de que qualquer movimento seja encetado na política internacional (MEARSHEIMER, 2014). Desse modo, “[...] se os benefícios não superam os riscos, eles esperam obedientemente por um momento mais propício [de atuação]” (MEARSHEIMER, 2014, p. 37).¹¹

Além disso, as chances de uma Grande Potência conquistar o almejado estatuto de hegemonia mundial são praticamente nulas. Mearsheimer (2014) destaca o caráter limitador dos oceanos e da energia nuclear na corrida pela hegemonia do mundo. Fraseando o autor:

[...] em exceção ao improvável cenário no qual um Estado alcança evidente superioridade nuclear, alcançar a hegemonia global é virtualmente impossível para qualquer Estado. O principal impedimento à dominação mundial é a dificuldade em projetar poder nos outros lados dos oceanos, em território de uma grande potência rival. (MEARSHEIMER, 2014, p. 41, tradução nossa).¹²

Nesse sentido, a condição de destruição mútua assegurada engendrada pelas armas nucleares impede demasiadamente o desenvolvimento de tecnologia nuclear de superioridade incontestável nos Estados. Para Mearsheimer (2014), isso só seria possível se alguma potência desenvolvesse uma tecnologia bélica-nuclear capaz de extinguir todas as bases nucleares do Estado inimigo em espaço de tempo que impedisse um contra-ataque, o que parece irreal dada a atual tecnologia.

¹¹ No original: “[...] if the benefits do not outweigh the risks, they sit tight and wait for a more propitious moment”.

¹² No original: “[...] except for the unlikely event wherein one state achieves clear-cut nuclear superiority, it is virtually impossible for any state to achieve global hegemony. The principal impediment to world domination is the difficulty of projecting power across the world’s oceans onto the territory of a rival great power”.

Os limites sistêmicos para um Estado se tornar hegemônica também são expostos por Cepik e Machado (2001), que destacam o constrangimento encetado pela capacidade de segundo ataque, comando do espaço e destruição mútua que impedem a sobreposição sumária dos Estados Unidos sobre seus principais adversários no globo.

Essa realidade força os Estados a utilizarem os meios convencionais de batalha em um conflito, ou seja, com a participação de efetivos humanos de combate; daí apresenta-se a questão do poder parador da água, o qual coloca entraves logísticos na travessia de efetivos militares nos oceanos e diminui consideravelmente a capacidade de projeção de poder de potências localizadas em outros continentes. Como ressalta o acadêmico, o Exército é a espinha dorsal do poder militar de uma potência para ganhar uma guerra, ou seja, não é possível contar apenas com a capacidade bélica da Marinha e Aeronáutica para se alcançar a vitória sobre o Estado rival; essas duas forças possuem apenas papel complementar em um conflito (MEARSHEIMER, 2014).

Esse quadro leva à última e mais importante consideração de Mearsheimer (2014) para o desenvolvimento deste trabalho: a ideia de hegemonia regional. Diante dos entraves ao alcance da hegemonia mundial dispostos acima, resta a busca pelo *status* de hegemonia regional ao Estado. O seguinte trecho da obra do autor define bem essa questão: “[...] o melhor resultado que uma grande potência pode esperar é ser uma hegemonia regional e possivelmente controlar outra região que seja próxima e acessível por terra” (MEARSHEIMER, 2014, p. 41, tradução nossa).¹³

Ademais, o Estado que conseguir atingir esse patamar privilegiado na balança de poder de uma determinada região empreenderá esforços no sufocamento de potências extracontinentais desejosas em clamar seu lugar no panteão das hegemônias regionais. Destarte, o Estado que se torna hegemonia regional regozija-se com a presença de duas grandes potências em um outro continente, pois isso as mantém ocupadas no balanceamento da região, diminuindo a atenção à hegemonia regional de outro continente (MEARSHEIMER, 2014).

Tal impulso em conter o aparecimento de hegemônias regionais em outros continentes materializa-se em comportamentos estratégicos, como o balanceamento, que representa o envolvimento direto na contenção de um agressor; *buck-passing* (passagem de fardo), que se traduz pela transferência das responsabilidades de balanceamento a outro Estado enquanto a hegemonia regional se esconde nos bastidores (MEARSHEIMER, 2014). Apesar de essas

¹³ No original: “[...] the best outcome a great power can hope for is to be a regional hegemon and possibly control another region that is nearby and accessible over land”.

estratégias possuírem vantagens e desvantagens, o *buck-passing* tem se provado a mais utilizada pelas grandes potências, uma vez que possui a vantagem de ser menos custoso que o balanceamento (MEARSHEIMER, 2014).

Uma vez apresentados os principais aspectos do realismo ofensivo, a próxima seção debruçar-se-á sobre a aplicação dessa teoria em um caso concreto: o *status* do Estados Unidos na balança de poder mundial no pós-Guerra Fria. Os dizeres de Mearsheimer (2014) explorados acima, ainda que sinteticamente, serão complementados pelos argumentos de Wohlforth (1999) sobre a superioridade hercúlea dos EUA, formando as bases sobre as quais a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa se assenta.

2.4 EUA no pós-Guerra Fria: convergindo os conceitos de unipolaridade e hegemonia regional

O fim da bipolaridade na última década do século XX trouxe um novo arranjo para a balança de poder mundial. Nesse sentido, autores realistas, como o próprio Mearsheimer (2014) e Wohlforth (1999), debruçaram-se sobre o lugar de destaque que os Estados Unidos obtiveram no sistema internacional a partir da queda do Muro de Berlim.

Para Mearsheimer (2014, p. 360, tradução nossa)¹⁴, “[...] com o fim da Guerra Fria em 1989 e o colapso subsequente da União Soviética dois anos mais tarde, os Estados Unidos emergiram como o Estado mais poderoso no planeta”. Nessa seara, o autor prossegue argumentando que, apesar de Rússia e China serem grandes potências, tais Estados ainda estão aquém do nível de poder controlado pelos Estados Unidos, não tendo, assim, capacidade de desafiar seriamente a posição estadunidense no globo (MEARSHEIMER, 2014, p. 360).

Tal situação, quando observada através das lentes do realismo ofensivo, pode ser definida pelo alcance dos EUA como a única hegemonia regional nos tempos modernos; o que significa que esse Estado foi o único capaz de dominar uma área geográfica delimitada sem grandes impedimentos de seus vizinhos, caracterizando-se, assim, pela singularidade de seu caráter de grande potência no continente (MEARSHEIMER, 2014). Tal *status* de hegemonia regional, de acordo com o autor, apenas possui certa equivalência a organizações sociais de séculos passados, como, por exemplo, o Império Romano (séculos II a.C. a III d.C.) e Dinastia Mughal (séculos XVI a XVIII) (MEARSHEIMER, 2014).

¹⁴ No original: “[...] with the end of the Cold War in 1989 and the subsequent collapse of the Soviet Union two years later, the United States emerged as the most powerful state on the planet”.

Como demonstra Rezende (2015), é possível afirmar, por meio das concepções mearsheimerianas, que a distribuição de poder caracterizada pela existência de uma hegemonia regional é a mais estável de todas, pois os Estados de segunda linha terão baixíssimo incentivo em confrontar o hegêmona regional e o *status quo* da ordem sustentada pelo mesmo, uma vez que as chances de alteração na balança de poder são ínfimas, enquanto as prospecções de punição da grande potência a tal confrontação são enormes.

Wohlforth (1999), apesar de se distanciar de discussões sobre hegemonias regionais, traça uma figura majoritariamente convergente aos argumentos de Mearsheimer (2014) quanto ao papel de destaque estadunidense na balança de poder e seu caráter estável, preferindo caracterizar os Estados Unidos como potência unipolar. Segundo o autor (WOHLFORTH, 1999, p. 5), “os Estados Unidos possuem uma margem muito maior de superioridade em comparação aos outros dois Estados mais poderosos [...]”¹⁵, a qual se traduz em aspectos econômicos, geográficos, tecnológicos e militares.

Além disso, Wohlforth (1999) sustenta que a unipolaridade¹⁶ estadunidense tende a ser mais pacífica e durável em relação a outras configurações na balança de poder, emprestando a ideia de Waltz de que quanto menos polos, menos propenso ao conflito o sistema internacional estará. Fraseando o acadêmico (WOHLFORTH, 1999, p. 23, tradução nossa), esse quadro é dado pelo fato de que “[...] a vantagem de poder do Estado-líder remove o problema de rivalidade hegemônica na política mundial, o que reduz a saliência e apostas da política da balança de poder entre os principais Estados”¹⁷. Desse modo, quão maior for a discrepância de poder entre o Estado mais poderoso e seus pares na balança de poder, menores serão os incentivos de competição entre eles (WOHLFORTH, 1999).

É, portanto, em função da grande discrepância de poder entre a potência unipolar e os outros Estados que a condição da unipolaridade se torna, sobretudo, durável. No caso dos Estados Unidos, Wohlforth (1999) assinala que sua condição de isolamento continental em relação a outras potências faz a unipolaridade inaugurada no pós-Guerra Fria ser longeva; o que faz as possibilidades de mudanças de efeito estrutural serem diminutas, uma vez que qualquer

¹⁵ No original: “The United States enjoys a much larger margin of superiority over the next most powerful states [...]”.

¹⁶ A unipolaridade não deve ser confundida com a formação de um Império Global. Para Wohlforth (1999), enquanto aquela não exclui a presença de outros grandes polos de poder, esta pressupõe apenas a existência de uma grande potência no mundo.

¹⁷ No original: “[...] the leading state’s power advantage removes the problem of hegemonic rivalry from world politics, and it reduces the salience and stakes of balance-of-power politics among the major states”.

tentativa de contrarrestar o poderio estadunidense deve ser massiva e de ampla sustentação, o que parecia, para o autor, ser improvável após a derrocada da União Soviética.

Nesse sentido, apesar de abordarem de maneiras diferentes a balança de poder no pós-Guerra Fria (unipolaridade/hegemonia regional), Wohlforth (1999) e Mearsheimer (2014) convergem em suas ideias sobre o papel de destaque dos EUA e seu caráter estável. Tais concepções são importantes ferramentas no desenvolvimento da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa¹⁸, a qual, finalmente, será abordada a seguir.

2.5 A Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa

Ratificando a convergência dos pressupostos de Wohlforth (1999) e Mearsheimer (2014) abordados antes quanto à configuração da balança de poder e o *status* dos EUA no pós-Guerra Fria, Rezende (2015) afirma que, apesar de usarem nomenclaturas diferentes, as visões de tais autores não são contraditórias, mas sim complementares. Nesse sentido, o autor inspira-se nos argumentos de Diniz (2006), o qual corrige a ideia de Mearsheimer, que faz confusão ao tomar os termos unipolaridade e hegemonia como equivalentes. Segundo Diniz (2006), a condição dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria não poder ser definida como uma hegemonia global, mas sim como potência unipolar e hegemonia regional ao mesmo tempo.

Desse modo, pode-se afirmar que as expectativas sistêmicas de Mearsheimer e Wohlforth quanto à preponderância dos EUA após a queda da União Soviética são harmônicas, diferenciando-se apenas em relação à categoria de análise (regional/mundial) e à prescrição do melhor comportamento estadunidense diante de tal cenário (REZENDE, 2015)¹⁹.

É que, apesar de diferirem nas orientações de como os EUA devem preservar o *status quo* da ordem do pós-Guerra Fria, ambos os autores pressupõem que a potência estadunidense tem como objetivo prevenir a ascensão de um Estado revisionista em outras regiões. Engajando-se diretamente em balanças de poder prioritárias – nos termos de Wohlforth (1999) – ou delegando o balanceamento a outros Estados e intervindo apenas quando o balanceamento regional não for suficiente – nos termos de Mearsheimer (2014) –, a potência

¹⁸ Neste trabalho, o tempo de análise de unipolaridade compreende os anos de 1991 a 2018.

¹⁹ Segundo Rezende (2015, p. 105), a divergência entre Wohlforth (1999) e Mearsheimer (2014) está no comportamento do principal ator da balança de poder: “Enquanto o primeiro teórico afirma que um maior intervencionismo da potência unipolar seria esperado para manter a ordem internacional, o segundo afirma que o comportamento mais benéfico para o hegêmona regional seria deixar a dinâmica das balanças de poder regionais atuarem por si só, recolhendo-se à sua região e agindo como balanceador *offshore* apenas quando as dinâmicas regionais não parecessem dar conta de conter a emergência de um novo hegêmona regional”.

unipolar/hegemonia regional poderá, cedo ou tarde, atuar ao redor do globo na prevenção de aparecimento de concorrentes, punindo os transgressores que ousarem desafiar sua posição privilegiada.

Destarte, Rezende (2015) define o conceito de potência unipolar por meio dos argumentos dos realistas discorridos acima; concretizando, assim, uma das bases da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa. O trecho a seguir elucida o raciocínio utilizado pelo autor:

[...] uma vez que as expectativas sistêmicas são próximas, para efeito do desenvolvimento da nossa teoria, faremos uso do termo *potência unipolar* como representando o ator que tenha atingido o *status* descrito por ambos os autores: concentração de poder tamanha que não possa ser contrabalanceado e domínio da balança de poder regional. (REZENDE, 2015, p. 105).

Após a apresentação das expectativas teóricas do realismo ofensivo e a definição pela qual se entende a unipolaridade, Rezende (2015) desenvolve argumentos que demonstram a possibilidade e motivação dos Estados em cooperar em defesa²⁰ diante do cenário do sistema internacional no pós-Guerra Fria.

Nesse sentido, a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa pressupõe que, em virtude dos constrangimentos gerados pela grande discrepância do poderio estadunidense em relação às outras potências do globo, a unipolaridade suprime tanto os conflitos guiados pela balança de poder global, quanto aqueles guiados pela balança de poder regional, pois os Estados estarão constrangidos a não confrontar a ordem sustentada pela potência unipolar (REZENDE, 2015, p. 108).

Deve-se lembrar que, através da óptica do realismo ofensivo, o objetivo primário dos Estados é o de garantir a sobrevivência; significando que tais Estados, desejando maximizar sua segurança, deverão aderir, ou, no mínimo, não ir de encontro aos interesses da potência unipolar (REZENDE, 2015). É por isso, então, que o autor sustenta que “contrariar os interesses da potência unipolar em questões de segurança internacional é aumentar os riscos [...] de um ataque – o que diminuiria [...] a capacidade de sobrevivência do atacante.” (REZENDE, 2015, p. 109). Desse modo, a cooperação em defesa adquire um formato próprio diante de tal situação,²¹ a qual o autor explicita no seguinte trecho de sua obra:

²⁰ Para Rezende (2015, p. 106), a cooperação em defesa é mais restrita do que a cooperação em segurança. Enquanto esta pressupõe apenas “[...] as ações que envolvem as Forças Armadas dos Estados via suas ações constabulares”, aquela compreende “[...] todas as formas relacionadas a segurança internacional, indo desde relações bi a multilaterais e envolvendo tanto civis quanto militares”.

²¹ Esse arranjo cooperativo em defesa no pós-Guerra Fria passa a ter um caráter diferente das cooperações tradicionais prévias ao fim da União Soviética. Como Cottey e Forster (2004) enfatizam, esse tipo de cooperação

[...] já que nada pode ser feito para alterar a balança de poder global e as dinâmicas estruturais da unipolaridade incentivam a não contrariedade dos interesses da potência unipolar, mesmo nas questões das balanças de poder regionais fora da região do polo global, a cooperação em defesa emerge, na unipolaridade, como uma forma de aumentar a capacidade estatal sem ser sinônimo de balanceamento ou acirramento das disputas regionais. (REZENDE, 2015, p. 110).

Desse modo, cooperar em defesa, entendido como algo difícil e pouco provável sob os olhares do realismo ofensivo, passa a ser possível em um cenário no qual alguma unidade tenha atingido o *status* de potência unipolar. No entanto, a possibilidade de cooperação deve unir-se à motivação dos Estados para que esta seja alavancada. Diante da incógnita do porquê de os Estados estarem dispostos a cooperar em defesa, Rezende (2015) contraria os argumentos de que a autoajuda seria sempre a melhor forma de garantir a sobrevivência na unipolaridade, demonstrando que há, sim, incentivos sistêmicos para que os Estados se engajem na cooperação em defesa no pós-Guerra Fria, desde que alguns pressupostos sejam atendidos.

Em primeiro lugar, os Estados de segunda linha, nada podendo fazer para alterar consideravelmente a balança de poder, ainda se preocupam com a sua sobrevivência. Deste modo, a cooperação em defesa é uma via pela qual os entes soberanos podem ampliar seus recursos de poder “sem (a) desencadear uma corrida armamentista que não possam manter ou (b) despertar a discordância da potência unipolar” (REZENDE, 2015, p 111).

Outro ponto é que, diante do cenário pós-Guerra Fria, as cooperações entre os Estados vêm sendo materializadas por meio de parcerias estratégicas, que, segundo Wilkins (2012, p. 377), são mais institucionalizadas que meras coalizões, mas menos formais que alianças.

Esse formato de cooperação baseia-se nas expectativas dos atores sobre o grau de cooperação futura e não se traduz em tentativas de balanceamento, uma vez que este é impraticável na unipolaridade (REZENDE, 2015). “Nesse sentido, cooperar em defesa pode servir para melhorar a posição estratégica dos Estados de segunda linha frente à potência unipolar sem terem que gastar tanto” (REZENDE, 2015, p. 112).

Além disso, a cooperação em defesa entre os Estados também é benéfica à potência unipolar. Como demonstra o teórico, concertos defensivos regionais sob a unipolaridade terceirizam os custos de sufocamento de Estados com pretensões revisionistas e são um ótimo

entre as Forças Armadas dos Estados ganha cada vez mais o formato de atividades voltadas para a manutenção da paz, promoção da democracia e diminuição das possibilidades de conflitos, sendo utilizado como instrumento para alcance de objetivos de política externa e segurança. Tal inflexão recebe o nome de diplomacia em defesa e, ao contrário do uso da cooperação militar para fins da *realpolitik*, busca construir relações cooperativas até mesmo com antigos rivais.

termômetro para a potência estadunidense saber se há a necessidade de intervenção direta para exercício de balanceamento. Nesse sentido, tal forma de cooperação em defesa, nas palavras do autor, “[...] funciona como instrumento em favor do polo global, uma vez que serve para conter eventuais candidatos a hegêmonas regionais” (REZENDE, 2015, p. 114).

Por último, Rezende (2015, p. 155) salienta que a cooperação em defesa também é vantajosa na formação de “[...] instituições que contribuam para uma dinâmica mais ampla de fortalecimento da capacidade de ação do Estado”, podendo, assim, encorajar outras formas de cooperação entre as unidades soberanas.

Tendo sido demonstradas as motivações dos Estados, o autor elenca cinco variáveis independentes que devem ser observadas pelos mesmos caso queiram aumentar as prospecções de cooperação em defesa e de incremento em seu poder. Tais variáveis levam em conta que a maximização da segurança é o objetivo primário dos Estados e são dispostas pela Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa da seguinte maneira: (1) distribuição de recursos entre as unidades do sistema; (2) tipo de cooperação; (3) efeito da cooperação na capacidade estatal; (4) desenho das instituições geradas; (5) emulação de casos bem-sucedidos (REZENDE, 2015).

A (1) distribuição de recursos entre as unidades do sistema é a principal variável independente da teoria de Rezende (2015). Baseado nos pressupostos do realismo ofensivo de que a hegemonia regional estará sempre atenta a preservar o *status quo* da ordem que lhe favorece e punir Estados revisionistas, Rezende (2015, p. 1117) afirma que a cooperação em defesa entre os Estados deve respaldar-se no “princípio máximo de concordância, ou, ao menos, não discordância da potência unipolar” (REZENDE, 2015, p. 117). Além disso, quanto maior for a política de desengajamento da potência unipolar em determinada região, maior será a possibilidade da formação de um concerto defensivo regional.

Quanto às balanças de poder regionais, Rezende (2015) sustenta que a cooperação em defesa não será incentivada em sistemas com nulidade polar (presença de Estados com recursos diminutos, insuficientes para se configurarem como polos) ou com multipolaridade desequilibrada. Enquanto a primeira situação é dada pela própria incapacidade dos Estados em promover tal cooperação, a segunda significa um grande risco de perda de autonomia frente aos polos da região, indo de encontro aos pressupostos do realismo ofensivo, os quais dispõem que os Estados são movidos pelo objetivo primário de maximizar a segurança e garantir a sobrevivência.

Dessa forma, as balanças de poder regionais com mais incentivos à cooperação em defesa, segundo o autor, são: a bipolaridade, tendendo a formar dois blocos de aliança; unipolaridade, construindo um alinhamento natural das unidades autônomas ao polo principal; e multipolaridade equilibrada, objetivando a contenção do surgimento de um candidato a hegêmona regional.

Já em relação ao (2) tipo de cooperação, Rezende (2015, p. 120) estabelece que o concerto defensivo tem de ser guiado pelo “[...] princípio do Dilema da Segurança: deve ter elementos distributivos tais que possibilitem o aumento conjunto dos recursos dos envolvidos, sem privilegiar nenhuma unidade em detrimento das demais”. Nessa seara, o autor também alerta que a cooperação em defesa deve ser evitada caso haja indícios de Estados oportunistas, os quais se engajam em concertos defensivos almejando realizar mudança brusca na balança de poder a seu favor.

Além disso, a cooperação não deve ser demasiadamente profunda, uma vez que vai de encontro aos objetivos de maximizar a segurança do Estado, pois tal quadro pode levar ao aumento da dependência ao comprometer as possibilidades de a unidade soberana agir sozinha, o que diminui suas prospecções de sobrevivência (REZENDE, 2015).

Ademais, os Estados estarão agindo de acordo com as expectativas do realismo ofensivo se o (3) efeito da cooperação na capacidade estatal contribuir para maximizar os recursos de poder dos entes soberanos. Inspirado nas prescrições de Muthana (2006), Rezende (2015, p. 122) argumenta que a cooperação em defesa deve, então:

[...] (i) aumentar a segurança do Estado tanto no ambiente interno quanto no externo; (ii) aumentar os recursos militares de defesa do Estado; (iii) não prejudicar nem a capacidade dos militares do Estado de agirem sem os parceiros, se necessário, e nem os interesses da segurança nacional; (iv) relacionar-se com os recursos necessários para as ações de qualquer alinhamento em que o Estado já esteja envolvido; (v) ser compatível com e não ameaçar outros vínculos multilaterais preexistentes.

No que concerne ao (4) desenho das instituições geradas, a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa determina que tais instrumentos devem servir ao aumento dos recursos de poder dos Estados, maximizando suas prospecções de sobrevivência (REZENDE, 2015). Nesse sentido, é necessário que o desenho institucional aumente os ganhos gerados pela cooperação mútua, incrementando as expectativas de cooperação e, ao mesmo tempo, diminuindo os incentivos de defeção entre os Estados (REZENDE, 2015).

Finalmente, Rezende (2015) sustenta que, caso as outras variáveis atendam aos propósitos da cooperação em defesa sob a lógica do realismo ofensivo, os Estados deverão procurar a (5)

emulação de casos bem-sucedidos na busca pela maximização de seu poder, ou seja, empreenderem cópias das técnicas e práticas militares de um terceiro Estado que tenham se mostrado promissoras, aplicando-as sobre os seus aparatos de defesa e estratégico, incluindo as suas Forças Armadas.

A título de conclusão, acredita-se que a discussão dos pressupostos centrais apresentados acima torna possível aplicar o modelo construído por Rezende (2015) no objeto de estudo deste trabalho. Uma vez trabalhadas as expectativas sistêmicas da unipolaridade e as variáveis independentes que afetam a cooperação em defesa descritas pela Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, o restante do trabalho discorre sobre o mundo unipolar e avalia se o concerto defensivo existente entre os Estados da África Austral no pós-Guerra Fria (1991-2018) corrobora ou mostra a necessidade de ajustes dos pressupostos dos pontos teóricos discutidos neste presente capítulo.

Neste sentido, a fim de verificar a plausibilidade da principal variável independente da teoria de Rezende (2015) – distribuição de poder –, no segundo e terceiro capítulos, serão examinadas a polaridade global e da região da África Austral entre 1991 e 2018.

Realizada essa etapa, o quarto capítulo investiga as outras quatro variáveis independentes por meio da análise do concerto defensivo da África Austral durante o período definido neste trabalho. Finalmente, o quinto e último capítulo busca responder, por meio das informações obtidas e discutidas nas seções anteriores, a pergunta de pesquisa desta dissertação.

3 O TEMPO DA UNIPOLARIDADE: ANALISANDO A BALANÇA DE PODER GLOBAL NO PÓS-GUERRA FRIA (1991-2018)

Nas páginas seguintes, a polaridade do globo durante o período de 1991 a 2018 será discutida. Esta parte do trabalho é essencial, uma vez que a teoria a ser testada faz previsões sobre um mundo unipolar, sendo, assim, imprescindível compreender em detalhe suas características e questões que o circundam.

Convém assinalar que, apesar de este trabalho tomar como pressuposto a existência de um mundo unipolar no pós-Guerra Fria – fundamento basilar da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa –, tal afirmação não possui consenso entre os estudiosos da área. Segundo Keersmaecker (2017), enquanto a maioria dos acadêmicos americanos sustenta a configuração unipolar após 1991, como é o caso do próprio Wohlforth (1991), outros autores europeus, chineses, indianos e brasileiros têm defendido a existência de um mundo multipolar após o fim da URSS, como é o caso de Cepik (2013) e sua concepção de um mundo tripolar (EUA, China e Rússia) regido pela inexpugnabilidade mútua.

Nesse sentido, apesar de pertinente, o foco deste capítulo não é realizar um debate entre as visões distintas da configuração de poder no mundo pós-Guerra Fria. Para fins do teste empírico da teoria de Rezende (2015), toma-se a unipolaridade no pós-Guerra Fria como um postulado válido e, portanto, o trabalho debruça-se sobre os aspectos da unipolaridade estadunidense em tal época, os quais serão examinados por meio das categorias de Wohlforth (1999). O foco aqui é ponderar se as afirmações de que a unipolaridade é pacífica e duradoura são sólidas o suficiente ao se examinar os desdobramentos da política internacional no pós-Guerra Fria.

De antemão, afirma-se que os argumentos deste capítulo são de que (i) há evidências suficientes para sustentar que o mundo unipolar foi, se não pacífico – por causa da maior incidência de conflitos com participação do unipolo –, no mínimo menos belicoso que outras distribuições de poder quando se analisam estritamente guerras sistêmicas entre Estados com grandes recursos de poder. Além disso, sustenta-se que (ii) houve uma duração curta da unipolaridade; ao contrário de longa, como Wohlforth imaginava ser. Destarte, a hipótese a ser aqui desenvolvida é de que esse arranjo de poder unipolar foi findado em 2018, tendo seu término sido materializado pelas ações russas na política internacional, muito embora a China seja a verdadeira nova concorrente dos Estados Unidos na nova balança de poder global.

Desse modo, o propósito aqui não é explicar novamente a teoria de Wohlforth (1999), mas sim verificar a sustentação empírica de seus argumentos que compõem a principal variável

independente da teoria de Rezende (2015): a configuração da balança de poder global e regional.

Após a definição e explicação das dinâmicas de um mundo unipolar, este trabalho contará com embasamento suficiente para explorar a balança de poder da África Austral no mesmo período e, assim, verificar se os postulados de Rezende (2015) vão ao encontro do tipo de concerto defensivo desenvolvido na região entre 1991 e 2018.

3.1 A balança de poder global no pós-Guerra Fria: o tempo da unipolaridade

Na história, há grandes eventos que se tornam símbolos de mudanças profundas na política internacional. No que concerne aos anos derradeiros do século XX, poucos acontecimentos marcaram de forma tão emblemática a inauguração de uma nova ordem mundial quanto a queda do muro de Berlim em 1989 e a noite de Natal de 1991, quando, no Kremlin, arriou-se a bandeira da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para, em seu lugar, ser hasteada a do Estado russo.

Esse período, alcunhado por Hobsbawn (2012) de nevoeiro global do *fin-de-siècle*, eliminou a lógica de disputa bipolar entre EUA e URSS. Ao lugar da velha rivalidade entre duas superpotências, sucedeu um novo *ethos* na vida internacional. O arranjo do globo tornou-se ordenado pela evidente preponderância dos Estados Unidos, que, a partir desse momento, passaram a coexistir com potências de menor calibre, como China e Rússia.

Essa preponderância deu, conseqüentemente, maior capacidade de ação aos EUA, os quais passaram, por exemplo, a ter grande poder de controle sobre a agenda da ONU, como demonstra Rezende (2015). Por meio de aprovações unânimes de resoluções a favor dos EUA (pelo menos na primeira década da unipolaridade) e de forte promoção de valores ocidentais como democracia e direitos humanos, as dinâmicas ocorridas na Organização das Nações Unidas ilustram bem as conseqüências do fim da Guerra Fria para o novo quadro da política internacional.

No entanto, essa preponderância estadunidense extravasou o arcabouço onusiano, pois a liberdade de ação de Washington não sofreu importante limitação até em situações em que esteve ausente o aval da organização às suas empreitadas mundo afora. Sem necessitar da aprovação do Conselho de Segurança, o unipolo logrou atingir seus objetivos na política internacional, realizando intervenções militares no Kosovo (1999), no Iraque (2003) e na Líbia (2011) (REZENDE, 2015).

Essa ideia vai ao encontro dos argumentos de Diniz (2006, p. 522), o qual afirma que “[...] a gestão de poder, na unipolaridade, tende a ser exercida pelo incontestável e único polo do sistema”, o qual intervém nas balanças de poder alhures para moldar a ordem internacional da melhor maneira que lhe convém.

Nesse sentido, cabe aprofundar os argumentos de Wohlforth (1999), que foram brevemente mencionados no capítulo anterior, para que seja possível compreender sistematicamente as engrenagens que deram essa ampla liberdade de ação aos EUA no pós-Guerra Fria.

Wohlforth (1999) afirma que tal momento é inequivocamente unipolar, pacífico e durável. Em *The stability of a unipolar world*, o autor traz importantes contribuições para o entendimento dessa condição de destaque estadunidense na balança de poder global. Logo no início de seu trabalho, o autor afirma:

[...] o colapso da União Soviética produziu a maior mudança nas relações de poder mundiais desde a Segunda Guerra Mundial. Com a queda de cabeça de Moscou do *status* de superpotência, a estrutura bipolar que tinha moldado as políticas de segurança das potências principais por praticamente meio século desapareceu, e os Estados Unidos emergiram como a única superpotência sobrevivente. (WOHLFORTH, 1999, p. 5, tradução nossa).²²

Essa inauguração do tempo da unipolaridade traduziu-se, segundo Wohlforth (1999), em uma distribuição de poder relativo fortemente concentrada na potência principal, a qual jamais foi presenciada em outro momento da história internacional moderna. A margem de liderança dos EUA na *Pax Americana* foi, assim, consideravelmente maior do que aquela da Grã-Bretanha no século XIX, durante a *Pax Britannica* (WOHLFORTH, 1999).

Destarte, o alcance dessa ampla margem de liderança, em termos quantitativos e qualitativos nas questões militares e econômicas no fim do século XX, tornou, segundo o autor, quase impossível a realização de balanceamento contra a unipolaridade estadunidense, o que garantiria uma balança de poder estável e duradoura (WOHLFORTH, 1999).

²² No original: “[...] the collapse of the Soviet Union produced the greatest change in world power relationships since World War II. With Moscow’s headlong fall from superpower status, the bipolar structure that had shaped the security policies of the major powers for nearly half a century vanished, and the United States emerged as the sole surviving power”.

3.1.1 A paz no sistema entre Estados na unipolaridade

Por meio dos argumentos citados acima, Wohlforth (1999) afirma o caráter pacífico da unipolaridade quando analisa os conflitos sistêmicos gestados por grandes potências. É que, para o autor, a discrepância de poder relativo “favorece a ausência de guerra entre as grandes potências e [...] diminui o nível de competição por prestígio e segurança [...]” (WOHLFORTH, 1999, p. 23, tradução nossa).²³

No entanto, essa concepção de um mundo pacífico sob as dinâmicas unipolares possui críticas, como a de Monteiro (2011). Segundo o autor, a unipolaridade não é mais pacífica que outros tipos de distribuição na balança de poder, ao contrário do que afirma Wohlforth (1999). O argumento principal de Monteiro (2011) é que o mundo unipolar possui mecanismos conflitivos desencadeados pelo comportamento da principal potência. Resumidamente, tais mecanismos podem ser divididos em três tipos: (i) dominação defensiva, (ii) dominação ofensiva e (iii) desengajamento.

A dominação defensiva (i) acontece quando o objetivo do unipolo é meramente a preservação de *status quo*. Esse tipo de comportamento, segundo Monteiro (2011), geraria incentivos para ocorrência de conflitos entre Estados pelo nível de incerteza das intenções da maior potência global. Nesse sentido o autor afirma:

Primeiramente, o desconhecimento do nível de determinação do unipolo em perseguir uma estratégia de dominação defensiva pode encetar que algumas potências menores incrementem seus recursos de poder. Em segundo lugar, incertezas sobre o grau de oposição do unipolo a pequenas mudanças na distribuição de poder podem levar potências menores a tentarem realizá-las. (MONTEIRO, 2011, p. 22, tradução nossa).²⁴

Quanto à dominação ofensiva (ii), esta acontece quando o unipolo tenta mudar o *status quo* ainda mais a seu favor, provocando, assim, potências menores recalcitrantes. Segundo o autor, isso gera incentivo para que tais Estados secundários, ameaçados pela dominação ofensiva do unipolo, entrem em guerra contra a própria potência unipolar ou contra seus vizinhos na tentativa de realizar algum balanceamento regional a seu favor para diminuir o nível de ameaça (MONTEIRO, 2011).

²³ No original: “Unipolarity favors the absence of war among the great powers and comparatively low levels of competition for prestige or security [...]”.

²⁴ No original: “First, not knowing the extent of the unipole’s determination to pursue a strategy of defensive dominance may spur some minor powers to develop their capabilities. Second, uncertainty about the degree to which the unipole will oppose small changes to the status quo may lead some minor powers to attempt them”.

Antes que o terceiro mecanismo conflitivo seja explorado, cabe apresentar uma provocação a essas duas primeiras expectativas de Monteiro (2011). É que é preciso levar em conta um dos princípios ordenadores apresentados por Mearsheimer (2014): a racionalidade dos Estados. Nessa questão, as unidades soberanas são capazes de calcular os custos de suas tentativas de alteração na balança de poder, os quais são imensos em um mundo unipolar devido à forte vigilância da principal potência.

Dessa forma, é pertinente ponderar se o argumento de Monteiro (2011) não vai de encontro às implicações geradas pela racionalidade dos Estados ao afirmar que potências recalitrantes poderão agir de maneira revisionista frente à ordem sustentada pelo unipolo. Uma vez que as chances de destruição são maiores que as chances de incremento nos recursos de poder, uma potência menor estaria agindo irracionalmente ao desempenhar tal comportamento. Muito embora isso possa de fato ocorrer, as expectativas desenhadas pela Teoria Realista Ofensiva mostram que tal comportamento representaria mais uma idiosincrasia do que um padrão nas relações entre os Estados na unipolaridade.

Com relação ao terceiro e último mecanismo conflitivo da unipolaridade, (iii) o desengajamento, Monteiro (2011) explica que esse comportamento produziria disputas regionais entre potências secundárias, uma vez que o maior polo do globo não estaria mais exercendo seu papel de vigília sobre as balanças de poder fora de seu continente (MONTEIRO, 2011).

Há de se problematizar também a ideia de desengajamento de Monteiro (2011). Se se levar novamente em conta o princípio de que Estados são racionais e se preocupam com a sobrevivência na anarquia, a ideia de um vácuo de poder provocado pela retirada do unipolo parece ser forçada em certa medida; uma vez que o desinteresse do unipolo pela manutenção de seu *status* privilegiado iria de encontro à segurança do próprio Estado na anarquia internacional. Ademais, como o próprio Monteiro (2011) ressalva, não há registro empírico de desengajamento do unipolo desde a inauguração da unipolaridade, uma vez que os Estados Unidos sempre têm exercido, embora em intensidades diferentes, controle sobre as balanças de poder regionais e global ao longo do período.

Tais críticas não invalidam as constatações do autor de que o engajamento de unipolo em guerras é maior quando comparado ao engajamento de grandes potências em outros tipos de distribuição de poder (multi e bipolaridade), como pode ser visto na Figura 1. Os dados empíricos são pertinentes e levam ao questionamento se os pressupostos de unipolaridade pacífica de Wohlforth (1999) são realmente corroboráveis.

Figura 1 – Incidência de guerras envolvendo Grandes Potências desde 1816

	Multipolarity	Bipolarity	Unipolarity
Great power years	791	88	22
Great power years at war	143	14	13
Percentage of great power years at war	18%	16%	59%
Wars involving great powers	33	3	4
Incidence of war per great power year	4.2%	3.4%	18.2%

SOURCES: Data are from the Correlates of War, ver. 4.0, dataset. See Reid Sarkees and Frank Wayma, *Resort to War: A Data Guide to Inter-state, Extra-state, Intra-state, and Non-state Wars, 1816–2007* (Washington, D.C.: CQ Press, 2010).

Fonte: Monteiro (2011, p. 18).

No entanto, é preciso ponderar que, mesmo com grande recorrência de conflitos envolvendo os Estados Unidos, houve, de fato, menor incidência de guerras sistêmicas entre os Estados mais poderosos da política internacional; e esse ponto não deve ser subestimado ao se pensar na validade da afirmação de Wohlforth (1999) de que a unipolaridade é pacífica.

Quando se considera (i) o número de guerras interestatais com pelo menos 500 mortos, (ii) a média anual de guerras interestatais e o (iii) número de Estados existentes no período, pode-se perceber que tem ocorrido, em termos proporcionais, menos guerras entre Estados na unipolaridade do que durante os períodos da bipolaridade e multipolaridade (Quadro 1).

Quadro 1 – Incidência de guerras entre Estados de 1816 a 2007²⁵

Período	Polaridade	Guerras Interestatais (<i>g</i>)	Período em anos (<i>p</i>)	Média anual (<i>g/p</i>)	Número de Estados (<i>e</i>)	incidência de guerra (<i>I</i>)
1823- 1945	Multipolaridade	56	122	0,46	51	0,009
1946- 1989	Bipolaridade	32	43	0,74	159	0,005
1990- 2007	Unipolaridade	6	17	0,35	192	0,002

Fonte: elaborado pelo autor com os dados de *Interstate War Data* de Reiter, Stam e Horowitz (2016). O número de Estados corresponde à quantidade de Estados-membros da ONU no fim do período. A análise foi até 2007, pois dados dos anos posteriores estão indisponíveis.

²⁵ O quadro foi construído por meio de três variáveis independentes que determinam a incidência de guerras interestatais na balança de poder: (i) número de guerras interestatais no período, (ii) duração do período em anos e (iii) número de Estados no fim do período. Essa última variável deriva-se do fato lógico de que quanto maior for o número de Estados, maiores serão as possibilidades de conflitos interestatais. O cálculo é representado pela seguinte expressão algébrica: $I = g/p \times 1/e$ (I – índice de incidência de guerra, g – número de guerras interestatais, p – número de anos do período, e – número de Estados no fim do período). Quanto mais próximo de 0 for tal índice, menor a incidência de guerras interestatais.

Por meio da fórmula derivada, nota-se que o índice de incidência de guerra na unipolaridade é 4,5 vezes menor que na multipolaridade e 2,5 vezes menor que na bipolaridade. Portanto, com base nessa última constatação, aponta-se para a existência de uma unipolaridade relativamente mais pacífica quando comparada a outros tipos de distribuição na balança de poder.

Reconhecer a pacificidade do sistema unipolar não é o mesmo que ignorar as evidências de Monteiro (2011), negar a incidência de guerras em regiões periféricas do globo ou sustentar que essa distribuição de poder é estável. Como mostra Waltz (2000), a própria ação do unipolo é responsável por levar instabilidade à unipolaridade, na qual haveria um engajamento constante dos EUA em escaramuças ao redor do globo. Nessa ocasião, instabilidade e paz relativa não assumem necessariamente um caráter paradoxal. Há possibilidade de coexistência entre esses dois elementos. Portanto, o que se busca atestar é apenas o fato de que o mundo pós-Guerra Fria foi menos belicoso para o sistema de Estados do que arranjos progressos da balança de poder.

Para além da teoria de Monteiro (2011), há outra corrente de argumentação contrária às ideias de Wohlforth (1999). Fraseando o próprio autor:

[...] [há] um quase consenso acadêmico de que as consequências da unipolaridade para conflitos entre grandes potências são indeterminantes e que uma mudança de poder em um retorno à bipolaridade ou multipolaridade não irá aumentar o espectro de guerras entre grandes potências. (2002, p. 29, tradução nossa).²⁶

De maneira geral, essa visão dominante sustenta-se nas concepções de que as guerras são desencadeadas tão somente pelo dilema de segurança e preocupação com o *status quo*, o que nada teria a ver com a configuração da polaridade global.

No entanto, apesar de reconhecer que os Estados sempre estarão preocupados com sua posição em relação a outros atores, Wohlforth (2002) reforça que o modo como se distribui o poder na política internacional não deve ser desconsiderado. É que a balança de poder estratificada em torno da unipolaridade torna a competição por *status* entre os Estados improvável pelos altíssimos custos e pela clareza hierárquica de tal arranjo. Segundo Wohlforth (2008, p. 41, tradução nossa), “[...] diferenças estreitas e hierarquias ambíguas e instáveis na

²⁶ No original: “[...] is a near scholarly consensus that unipolarity’s consequences for great power conflict are indeterminate and that a power shift resulting in a return to bipolarity or multipolarity will not raise the specter of great power”.

distribuição de recursos aumentam a probabilidade de guerra”.²⁷ Nesse sentido, a unipolaridade atua de maneira contrária ao escancarar a disparidade de recursos, a qual previne os outros Estados de tentarem realizar mudanças em sua posição relacional, uma vez que tal ato está além de suas capacidades (WOHLFORTH, 2008).

É importante observar que, enquanto Brooks e Wohlforth (2005) afirmam que a explicação da pacificidade do mundo pós-Guerra Fria não pode ser realizada por meio das previsões da teoria da balança de poder por simplesmente não ocorrer balanceamento entre Estados na unipolaridade, He (2012) alega a existência de um tipo de balanceamento negativo, que diminuiria as prospecções de guerra entre as grandes potências, o que explicaria a baixa incidência de guerras interestatais na unipolaridade.

Segundo He (2012), em virtude do provimento de bens públicos pelo unipolo e pela forte diminuição dos níveis de ameaça na unipolaridade, o que ocorre é um balanceamento mais tênue e menos perigoso. Esse comportamento traduz-se por tentativas de alteração na balança de poder de forma indireta, na qual o objetivo do Estado não seria mais aumentar os próprios recursos de poder, mas sim diminuir o de seus rivais.

Contudo, as evidências utilizadas por He (2012) para justificar a presença de balanceamento negativo no pós-Guerra Fria parecem frágeis. O autor utiliza dois exemplos, (i) a tentativa da China em barrar influência estadunidense em instituições multilaterais da Ásia, como, por exemplo, no Fórum Regional da ASEAN, e no grupo ASEAN +3 (China, Japão e Coreia do Sul) no final dos anos 1990; e (ii) os esforços dos EUA em expandir sua influência no Leste Europeu contra a Rússia por meio do alargamento da OTAN nos anos 2000.

É possível encontrar problemas em ambos os casos: o exemplo chinês mais parece uma ação de barganha do que uma tentativa real de balanceamento. Os esforços de Pequim em manter o caráter pouco vinculante do Fórum Regional da ASEAN contra os anseios dos Estados Unidos, que desejavam fortalecer o caráter legalista e institucional do grupo, não impuseram ameaças reais, ou pelo menos diretas, à posição norte-americana de privilégio no globo.

Além disso, o comportamento chinês nesse caso representou apenas uma tentativa de amenizar os efeitos da unipolaridade, e não propriamente fazer face a ela. Com relação ao grupo ASEAN +3, os objetivos chineses de construir um bloco econômico comum e gradualmente inserir temas de política e segurança internacionais (HE, 2012) estiveram longe de representar um desafio contundente aos EUA, principalmente se se levar em conta que Coreia do Sul e

²⁷ No original: “[...] narrow capabilities gaps and ambiguous or unstable capabilities hierarchies increase the probability of war”.

Japão, integrantes do grupo, possuem relações muito próximas com o unipolo. Desse modo, o engajamento chinês foi um exemplo convencional de ação diplomática a favor da multilateralismo, mas não um revisionismo da ordem pós-Guerra Fria. Nesse sentido, essa ação deve ser compreendida como fruto de interesses econômicos e de preocupações com questões regionais, e não como uma orquestração de enfrentamento ao unipolo.

Vale ressaltar, segundo Brooks e Wohlforth (2005), que balanceamento e barganha são elementos distintos e não devem ser confundidos. Enquanto o balanceamento diz respeito somente às ações que colocam um risco direto de segurança para o Estado desafiante e pressupõe a disposição do mesmo em ensejar uma ação altamente suscetível de deteriorar seu relacionamento com o Estado desafiado, a barganha significa tão somente um ato convencional e regular de disputas diplomáticas.

Destarte, relacionar a ação chinesa em tentar coibir a influência norte-americana por meio do multilateralismo regional à tentativa chinesa deliberada de retorno à multipolaridade parece ser um exagero. A ameaça imposta pelos Estados Unidos nos casos apresentados por He (2012), apesar de existente, não é direta. Além disso, a ação de Pequim não gerou *tradeoffs* significativos para o relacionamento do Estado chinês com os Estados Unidos e, portanto, é impreciso caracterizar tal ato como balanceamento, banalizando o próprio sentido da palavra.

Quanto ao exemplo de He (2012) sobre a atuação estadunidense para conter a Rússia por meio da dilatação da OTAN sobre os Estados do Leste Europeu, há o mesmo problema de argumentação de Monteiro (2011), ou seja, de tentar fazer generalizações sobre o comportamento dos Estados na unipolaridade com base no comportamento do unipolo. Ora, é pouco prudente pensar que a ação do Estado mais poderoso da ordem unipolar tenha o mesmo padrão de outros Estados, uma vez que o unipolo é a peça fundamental da unipolaridade, a qual se distingue de outras distribuições na balança de poder pelo seu próprio caráter concentrador de recursos em um ator à custa de todos os outros.

Nesse sentido, é impreciso afirmar que a investida dos EUA em conter o surgimento da Rússia por meio da expansão da OTAN seja equivalente à existência de um balanceamento negativo entre as potências no mundo pós-Guerra Fria. Além disso, a própria ideia de balanceamento negativo nesse exemplo é contraditória, pois o que o distingue do balanceamento positivo, segundo o próprio argumento de He (2012), é a ausência de formação de alianças militares, o que representa o contrário quando se pensa no caráter militar da aliança entre os Estados dessa organização.

Portanto, os argumentos de Brooks e Mearsheimer (2011) de que a ausência de guerras entre Estados no pós-Guerra Fria tem a ver com ausência de balanceamento entre as potências parecem ser mais bem estruturados do que a ideia de balanceamento negativo de He (2012).

Fraseando os autores:

[...] ainda que possa desapontar aqueles que buscaram retrabalhar a teoria da balança de poder para acomodar um mundo sem *hard balancing*, o resultado não é surpreendente. A teoria da balança de poder foi desenvolvida para explicar o comportamento dos Estados em sistemas com dois ou mais polos nos quais a guerra entre grandes potências eram um perigo sempre presente. (BROOKS; WOHLFORTH, 2011, p. 107, tradução nossa).²⁸

Apesar dos argumentos supracitados que atestam a existência de um mundo relativamente mais pacífico entre os Estados após o fim da Guerra Fria, faz-se necessário levantar algumas ressalvas.

A ausência de conflitos aqui constatada diz respeito somente ao espectro interestatal. É que, como observam alguns autores, após a queda do Muro de Berlim, houve aumento da recorrência de guerras fora do escopo interestatal. Destarte, tal fato não deve ser desprezado, apesar de o enfoque desta pesquisa se preocupar majoritariamente com as relações entre Estados sob a perspectiva realista.

Essas guerras extra e intraestatais não são inéditas na unipolaridade, mas sim mais recorrentes quando comparadas aos conflitos interestatais; além disso, podem ser denominadas como guerras de terceiro tipo, ou seja, conflitos sem fronteiras, uniformes, bases ou campanhas (HOLSTI, 2004). Nessa categoria, “[...] a distinção clara entre o Estado, as Forças Armadas e a sociedade que caracteriza uma guerra institucionalizada dissolve-se em guerra do povo” (HOLSTI, 2004, p. 37, tradução nossa).²⁹

Sob a perspectiva de Buzan e Weaver (2010), é possível afirmar que tais conflitos ganham destaque na unipolaridade pelo arrefecimento das ingerências de superpotências em outras regiões, permitindo, assim, que atores e dinâmicas de segurança regionais tenham maior liberdade de atuação.

Sarkees, Wayman e Singer (2003) contribuem para compreensão desse fenômeno ao afirmarem que, desde o fim da Guerra Fria, tensões sub-regionais têm ganhado destaque pela

²⁸ No original: “[...] although it is bound to disappoint those who have sought to rework balance of power theory to accommodate a world without hard balancing, this result is not surprising. Balance of power theory was developed to explain the behavior of states in systems with two or more poles in which war among the great powers was an ever-present danger”.

²⁹ No original: “[...] the clear distinction between the state, the armed forces, and the society that is the hallmark of institutionalized war dissolves in ‘peoples’ war’”.

proliferação de atores não estatais, desencadeados pela diminuição de recursos e oportunidades econômicas aliadas ao aumento do poder de corporações multinacionais à custa do Estado. Com base nesse argumento, os autores chegam à conclusão de que “[...] se é para entendermos as prospecções futuras da guerra, é necessário haver uma tipologia da guerra que possa lidar com [...] a era pós-Guerra Fria [...]” (SARKEES; WAYMAN; SINGER, p. 57, tradução nossa).³⁰

Há de se observarem também os dados empíricos trazidos por Yilmaz (2007), os quais atestam a maior prevalência de guerras intraestatais nas décadas imediatamente posteriores ao fim da Guerra Fria. De 1988 a 2007 houve 48 conflitos, sendo 44 deles intraestatais (92%). Assim, pode-se dizer que os conflitos ocorridos dentro das fronteiras dos Estados substituíram aqueles provocados pelo embate ideológico entre Ocidente e União Soviética a partir de 1945 (YILMAZ, 2007).

Destarte, atendo-se apenas aos conflitos interestatais, sobretudo aqueles sistêmicos, desencadeados pelo embate entre grandes potências, existem evidências para corroboração dos argumentos de Wohlforth (1999) sobre a pacificidade do sistema internacional no pós-Guerra Fria. Ainda mais se se levar em conta que a balança de poder mundial conta com quase duas centenas de Estados soberanos e, mesmo assim, prevalece a diminuta ocorrência de guerras entre eles. Esse caráter pacifista, recapitulando, tem a ver com a grande concentração de poder nas mãos do unipolo, que desencoraja a disputa entre Estados.

Resta saber, então, a durabilidade dessa concentração de poder abissal que garante certo pacifismo nas relações entre Estados. Para Wohlforth (1999), a unipolaridade seria mais duradoura que outros tipos de configuração na balança de poder. Seria isso verdade? Na próxima seção, tal assunto será tratado, evidenciando-se o argumento de que os pressupostos wohlforthianos da longevidade unipolar (1999) precisam ser questionados ao se olhar para os desdobramentos da política internacional no fim dos anos 2010.

3.1.2 A durabilidade curta da balança de poder unipolar (1991-2018)

Um dos principais argumentos de Wohlforth (1999) é de que o arranjo unipolar do globo teria a tendência de se perdurar no tempo e, no mínimo, existiria na mesma quantidade de décadas da antiga bipolaridade. Esse argumento sustenta-se em dois pilares: (i) a já mencionada disparidade profunda de recursos entre o unipolo e demais Estados e (ii) o caráter *offshore* da posição geográfica dos Estados Unidos.

³⁰ No original: “[...] if we are to understand the future prospects for war, it is necessary to have a typology of war that can deal with the [...] post-Cold War era [...]”.

Desse modo, qualquer tentativa de alteração da polaridade deveria ser massiva e bem estruturada para ser bem-sucedida, o que, segundo o autor, nenhum Estado seria capaz de fazer nos anos após a inauguração da unipolaridade (WOHLFORTH, 1999).

Wohlforth (1999) alega que os tempos da unipolaridade só chegariam ao fim quando um Estado desafiante estivesse habilitado a confrontar a superpotência e, para isso, este deveria ser capaz de controlar e concentrar os recursos de sua própria região. Nas palavras do autor:

[...] para os polos da Europa, Eurásia Central ou Leste Asiático se equipararem aos Estados Unidos em um futuro próximo, os recursos de cada região devem cair no controle de fato de um Estado ou autoridade em tomada de decisão. Em um futuro próximo, uma verdadeira unificação da Europa ou Ásia Central (a União Europeia tornando-se um Estado, ou a Rússia recriando um império), ou a dominação unipolar em cada região pela Alemanha, Rússia, China e Japão, respectivamente, é condição necessária para a bi ou multipolaridade (WOHLFORTH, 1999, p. 30, tradução nossa).³¹

Wohlforth (1999) não acredita haver possibilidade de ocorrer tal mudança rapidamente. Segundo o autor, os balanceamentos regionais dificultariam a ascensão de qualquer um dos Estados candidatos a polo, bloqueando o acesso rápido à multipolaridade (WOHLFORTH, 1999).

Com relação à China, Wohlforth (1999) admite que o gigante asiático é o principal candidato a disputar a balança de poder contra os Estados Unidos. No entanto, o autor acredita que Japão e China teriam de fundir seus recursos de poder para ter algum tipo de chance na competição contra o unipolo. Outro ponto que dificultaria a ascensão da China a superpotência seria seu atraso tecnológico em comparação aos EUA.

Wohlforth (1999, p. 33, tradução nossa) também alega que “a modernização econômica e militar da China possui um caminho muito maior a trilhar do que sugere o seu Produto Interno Bruto”.³² Destarte, população e crescimento econômico não devem ser avaliados sem levar e conta o fator tecnológico (WOHLFORTH, 1999).

Com base em tal interpretação, o autor conclui que os desafios de Beijing para confrontar Washington são notavelmente maiores que os desafios dos EUA em preservar sua situação de privilégio na balança de poder global, o que faria com que demorasse mais três

³¹ No original: “[...] for the European, Central Eurasian, or East Asian poles to measure up to the United States in the near future, each region’s resources need to fall under the *de facto* control of one state or decision making authority. In the near term, either true unification in Europe and Central Eurasia (the European Union [EU] becomes a *de facto* state, or Russia recreates an empire) or unipolar dominance in each region by Germany, Russia, and China or Japan, respectively, is a necessary condition of bi- or multipolarity”.

³² No original: “China’s economic and military modernization has a much longer road to travel than its gross economic output suggests”.

décadas aproximadamente para a queda da unipolaridade, ou seja, isso poderia acontecer nos anos 2030.

No entanto, quando se olha para a política internacional na segunda década do século XXI, percebem-se dinâmicas que vão de encontro às expectativas wohlforthianas. Isso não quer dizer que a unipolaridade tenha um caráter meramente transitório entre a bipolaridade e outro tipo de distribuição de poder, mas também não significa que a preponderância dos EUA duraria mais de quatro décadas, como pressupõe o autor.

Layne é um autor que tem questionado a continuidade dos tempos da unipolaridade desde os primeiros anos pós-Guerra Fria. Com a publicação de *The unipolar illusion: why new great powers will rise*, Layne (1993) argumenta que a distribuição desbalanceada de poder a favor dos EUA cria os próprios incentivos para o fim do arranjo unipolar, resultando na emergência de novas potências no Sistema Internacional. Em trabalho posterior a *The unipolar illusion*, Layne (2012) insiste no fim próximo dos tempos da unipolaridade. Segundo o autor, insistir na ideia de um mundo unipolar passou a ser um ato negacionista após a crise financeira nos EUA, em 2008. Esse evento desnudou a fragilidade econômica estadunidense perante a concretização do Leste Asiático como novo eixo da política global, protagonizada pela China. Dessa maneira, a importância da crise *subprime* foi tamanha que fez “[...] a fundação econômica da *Pax Americana* se despedaçar e seus pilares ideacionais e institucionais se fragilizarem” (LAYNE, 2012, p. 205, tradução nossa).³³

Para corroborar esse argumento, Layne (2012) apresenta dados que mostram o rápido avanço da taxa de crescimento relativo da China, diminuindo cada vez mais a diferença da partilha do PIB mundial a favor de Pequim e à custa de Washington.

Wohlforth (2012), apesar de reconhecer as contribuições de Layne para o debate e a gravidade da crise econômica de 2008 para a economia internacional, rebate as alegações sobre o fim da unipolaridade ao afirmar que “[...] não há evidência de que isso tenha ocorrido ou esteja na iminência de ocorrer” (WOHLFORTH, 2012, p. 219, tradução nossa).³⁴ Para o autor, Layne (2012) comete erros analíticos ao explorar tão somente dados econômicos para afirmar o fim da unipolaridade. Nessa questão, Wohlforth (2012) sustenta a manutenção dos EUA como unipolo ao considerar que o poder do Estado não é meramente o seu PIB ou crescimento relativo, mas também seu nível tecnológico, recursos militares e capacidade de iniciativa.

³³ No original: “[...] the economic foundation of the *Pax Americana* has crumbled, and its ideational and institutional pillars have been weakened”.

³⁴ No original: “[...] there is no evidence that this has occurred or is about to occur”.

Duarte (2013) também levanta questionamento quanto ao impacto de tal crise financeira para a queda dos EUA em favor de seus rivais na balança de poder. Nesse sentido, Duarte (2013, p. 24) afirma que, apesar de a crise financeira ter aumentado a dívida pública estadunidense, “no campo de defesa, os efeitos ainda não foram críticos [...]”.

Além disso, embora seja reconhecido que Pequim continuou em sua marcha de ascensão a polo global mesmo após o choque de 2008, os argumentos de Duarte (2013, p. 28) clamam por cautela ao afirmar que:

[...] a economia [chinesa] possui uma estrutura de grande vulnerabilidade externa e que impõe o emprego de mecanismos artificiais para sua sustentação em tempos de retração do mercado internacional [...] [Além disso], a China possui um grande desafio regional em superar ou acomodar a concorrência por segurança e ações de contenção pelos seus vizinhos, em combinação com os Estados Unidos, que sua atuação regional recente tem provocado.

Por meio de tais argumentos, esta pesquisa compreende que a crise de 2008 não foi o ponto nevrálgico para a queda dos EUA do *status* de unipolo. Na verdade, as dinâmicas da unipolaridade estenderam-se por mais alguns anos após esse evento comumente apontado como símbolo derradeiro dos tempos da unipolaridade.

Um exemplo da continuidade da supremacia estadunidense já foi comentado por Rezende (2015) por meio dos escritos de Blumenthal (2011), que é a intervenção dos Estados Unidos na Líbia, em 2011. Segundo Blumenthal (2011, n.p., tradução nossa), “a resposta mundial à Líbia tornou claro que os argumentos atuais sobre a ‘ascensão do Resto’ e a nova não polaridade do mundo são simplesmente falsos”.³⁵ Ademais, o autor enfatiza que, não obstante as expectativas de enfraquecimento dos EUA com a crise financeira de 2008, apenas Washington foi capaz de derrubar a ditadura de Gaddafi, enquanto China e Índia se abstiveram sobre a questão (BLUMENTHAL, 2011).

No entanto, o prolongamento da unipolaridade nos anos inaugurais do século XXI não equivale a um estado de manutenção do *status quo* da potência estadunidense. Isso é dado pelo fato de que a vantagem do unipolo sobre outras potências se estreitou a favor de Pequim e Moscou no transcurso da segunda década deste século.

Por mais que a ação estadunidense na Líbia tenha sinalizado a permanência da condição unipolar dos EUA, é possível dizer que a derrubada do regime de Trípoli foi uma das últimas cartadas dos Estados Unidos ainda em condição de unipolo. Nesse sentido, os desdobramentos

³⁵ No original: “[...] The world’s response to Libya has made clear that currently fashionable arguments about the ‘rise of the Rest’ and the world’s new non polarity are simply untrue”.

dos anos que se seguiram à queda de Gadaffi marcaram o surgimento de uma nova polaridade global por meio de eventos que tiveram o protagonismo russo, como a questão ucraniana e síria.

Como demonstra Rezende (2015, p. 156), “se existe um marco para o fim da unipolaridade, esse marco é a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, e não outros fenômenos prévios de mensuração incerta”. Nessa concepção, o desafio explícito ao unipolo não veio de Pequim, mas sim da velha e conhecida Moscou. Para o autor, a anexação da Crimeia inaugurou a oposição direta aos Estados Unidos na política internacional desde a hecatombe da Guerra Fria. Nessa questão, há ainda o agravante da fraca resposta da gestão Obama (quando comparada a gestões anteriores), a qual reforça a tese de declínio do unipolo na política internacional (REZENDE, 2015).³⁶

A questão da Crimeia não pode ter sua importância negada, mas, ainda assim, é preciso considerar, como bem assinalou Mearsheimer (2014), que a ação russa na Ucrânia deve ser entendida como uma reação e não uma ofensiva arquitetada para reviver o Império Russo. Como também afirmam Moreira e Pagliari (2015), a reação de Moscou ao alargamento da OTAN não se traduz simultaneamente ao renascimento das disputas da Guerra Fria nem pode ser entendida como fruto da personalidade de Putin. Fraseando os autores, “[...] a resposta da Rússia ao avanço da OTAN na região de suas fronteiras pode ser vista como uma reação natural de um país cuja política externa é majoritariamente pautada por preceitos realistas” (MOREIRA; PAGLIARI, 2015).

Desse modo, a afirmação de Rezende (2015), mesmo que seja pertinente, não deve ser tomada sem reservas, pois a Crimeia é um território muito próximo ao território russo (separado apenas pelo Estreito de Querche) e pode, portanto, não ser um marco tão relevante quanto são outros episódios de dimensões globais que envolveram Moscou nos últimos anos.

Como sustenta Mearsheimer (2014, p. 1-2), “[...] a resposta de Putin deveria ter vindo sem surpresas. No final das contas, o Ocidente vinha se movendo no quintal russo e ameaçando seus interesses estratégicos, um ponto que Putin levantou empática e repetidamente”.³⁷

Dessa forma, opta-se, nesta pesquisa, por identificar o fim da unipolaridade em um evento que não tenha sido tão próximo ao território de uma das grandes potências e que tenha

³⁶ Ainda que não seja objeto desta pesquisa, cabe dizer que as dinâmicas da nova multipolaridade merecem ser estudadas, uma vez que será a primeira vez que essa distribuição existirá no mundo fortemente interconectado e com a presença de quase duas centenas de Estados soberanos, distribuídos nos quatro cantos do mundo. Dessa forma, fica a provocação: as dinâmicas da multipolaridade atual seriam as mesmas daquela multipolaridade basicamente formada por Estados soberanos concentrados na Europa?

³⁷ No original: “[...] Putin’s pushback should have come as no surprise. After all, the West had been moving into Russia’s backyard and threatening its core strategic interests, a point Putin made emphatically and repeatedly”.

ocorrido enfrentamento político mais incisivo entre Estados Unidos e Rússia: a guerra civil na Síria.

O que chama a atenção para a guerra civil na Síria é a falha dos EUA em derrubar o regime de Bashar Al-Assad, sustentado pela Rússia como instrumento para alcançar seus interesses geopolíticos na região. O cume desse evento encontra-se em dezembro de 2018, quando Donald Trump rompeu com o plano estratégico de permanência na Síria e anunciou a retirada das tropas estadunidenses. Além de deixar os aliados curdos à própria sorte, o desengajamento da Casa Branca trouxe outras implicações, expostas por McGurk (2019, n.p., tradução nossa), o qual assinala:

[...] a estratégia que Trump dismantelou oferecia aos Estados Unidos a única chance real de conquistar um número de objetivos interligados na Síria: prevenir o ressurgimento do ISIS, checar as ambições de Irã e Turquia e negociar um acordo pós-guerra favorável com a Rússia. Com as forças estadunidenses deixando a Síria, muitos desses objetivos não são mais viáveis.³⁸

Embora Rezende (2015) suscite que a não deposição de Bashar Al-Assad seria benéfica aos Estados Unidos ao evitar que grupos fundamentalistas grassassem o território, afirma-se que a permanência da ditadura de Al-Assad traz mais custos do que benefícios para a ordem sustentada pelos EUA, uma vez que seu antigo rival russo consolidou seu *status* de grande potência na questão Síria, o qual vinha sendo contestado desde o fim da Guerra Fria. Ora, se o objetivo da grande estratégia unipolar é impedir a ascensão de um competidor (DINIZ, 2006), tal evento vai de encontro aos fins da potência unipolar. É que, se o resultado tem favorecido Rússia e seus aliados regionais, é possível notar a desestruturação da balança de poder global em prejuízo ao unipolo. Nas palavras de Reese Erlich (2019, n.p., tradução nossa), “[...] a crise atual na Síria tem um número de perdedores e uma grande vencedora: a Rússia, [...] [a qual] tem aumentado sua influência em Ancara e Damasco ao emergir como *kingmaker*”.³⁹

Poder-se-ia dizer que os Estados Unidos estariam sendo mais prudentes, ao adotar uma política de *offshore balancer* no Oriente Médio, delegando à Arábia Saudita e Israel o papel de checar os Estados vizinhos. No entanto, Martin Indyk (2019) assinala que, se tal estratégia existe, ela está condenada ao fracasso.

³⁸ No original: “[...] the Strategy that Trump dismantled offered the United States its only real chance to achieve a number of interwoven goals in Syria: preventing an ISIS resurgence, checking the ambitions of Iran and Turkey, and negotiating a favorable postwar settlement with Russia. With U.S forces leaving Syria, many of these goals are no longer viable”.

³⁹ No original: “[...] the Current Syria crisis has a number of losers and one big winner: Russia [...] [which] has leveraged its influence with Ankara and Damascus to emerge as kingmaker”.

Isso justifica-se porque, muito embora Tel-Aviv tenha grande pujança militar, Israel é visto como Estado pária pelo mundo árabe, o que dificulta cooperação profunda com Arábia Saudita para conter o Irã. Um exemplo de tal fato foi a conferência anti-Irã organizada na Polônia em 2019 por Benjamin Netanyahu, na qual os ministros de assuntos estrangeiros dos países árabes, apesar de explicitamente convidados, se recusaram em participar do painel em que estava presente o líder israelense (INDYK, 2019). Essa hesitação é dada pelo fato de que “[...] uma associação aberta com o Estado judeu permitiria ao Irã esmurrar os Estados árabes pela sua apostasia, encetando dissidência doméstica em seus territórios” (INDYK, 2019, p. 13, tradução nossa).⁴⁰

Indyk (2019) também aponta a fragilidade em contar com a dinastia de Mohammad bin Salman no manejo da balança de poder do Oriente Médio, pois a Arábia Saudita não possui qualquer tradição de liderança na região (principalmente na condução de negociação sobre questões de guerra e paz) e carece de legitimidade internacional por causa da guerra no Iêmen e do assassinato do jornalista Jamal Khashoggi. Ademais, “[...] ao invés de focar no Irã, os sauditas enganaram Trump ao fazê-lo tomar lados em uma disputa ideológica local, contra outro amigo dos Estados Unidos, [...] direcionando o Qatar nos braços iranianos” (INDYK, 2019, p. 16, tradução nossa).⁴¹

Diante desse quadro, é possível sustentar a hipótese de que a unipolaridade veio a óbito assim que Trump postou, em sua conta do *Twitter*, um vídeo em que afirmava: “[...] ‘nós ganhamos a guerra contra o ISIS’ e ‘[...] nossos garotos, jovens mulheres e homens – eles estão voltando... e voltando agora’” (TRUMP, 2018 apud MCGURK, n.p., tradução nossa).⁴²

Entra-se, a partir daí, em uma nova era de competição de grandes potências e, como Graham Allison (2020) bem destacou, junto com o fim da unipolaridade veio o fim da ilusão de que os outros Estados permaneceriam a ocupar o lugar que lhes foi conferido pelos Estados Unidos.

Para sustentar essa afirmação de que ocorreu mudança na balança de poder em 2018, é prudente apresentar dados quantitativos que sinalizem para a diminuição de fato do poder relativo dos EUA nas últimas páginas deste capítulo. Nesse sentido, elaboram-se abaixo

⁴⁰ No original: “[...] an open association with the Jewish state would allow Iran to pummel them for their apostasy and generate domestic dissent”.

⁴¹ No original: “[...] Instead of focusing on Iran, the Saudis had duped Trump into taking sides in a local ideological contest, against another American friend [...] driving Qatar into Iran’s arms”.

⁴² No original: “[...] ‘we have won against ISIS’ and that ‘our boys, our young women, our men – they’re coming back, and they’re coming back now’”.

algumas comparações entre Estados Unidos, Rússia e China entre os anos de 1991 a 2018, por meio das quais fica evidente o retorno da balança de poder global à multipolaridade.

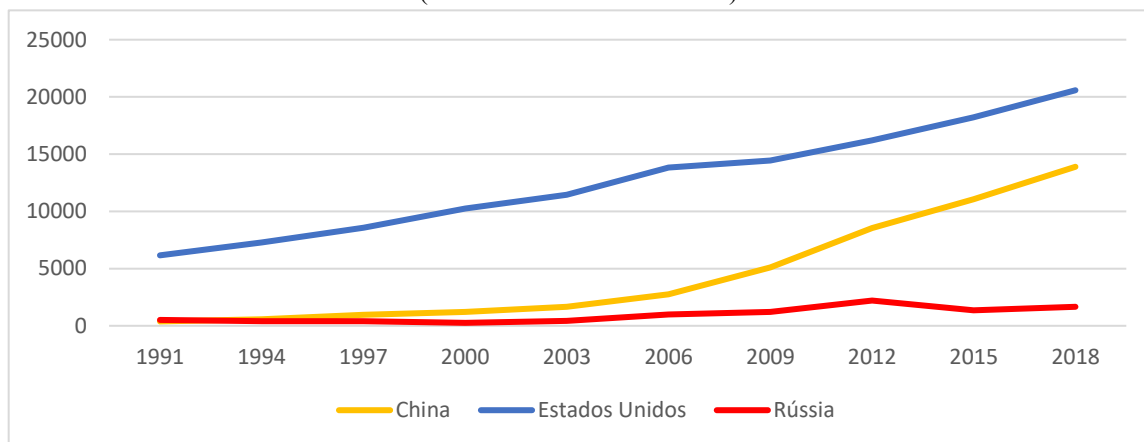
A análise de tais dados poderia ser realizada pelos atributos indicados por Wohlforth (1999), como PIB, gastos e poder militares. No entanto, a medição desse último atributo é realizada pelo autor com base nos Correlates of War (COW), cujos dados mais atualizados são do ano de 2007. Nesse sentido, decidiu-se guiar a análise dos dados quantitativos por meio das ideias de Mearsheimer (2014), que sustenta que o poder de um Estado se define pelo poder latente e poder militar. Enquanto aquele compreende o potencial do Estado em alocar recursos para o setor bélico quando houver necessidade, este representa o poder militar de pronto-emprego de uma nação.

Para o autor, o poder latente traduz-se basicamente em riqueza, tamanho da população e tecnologia (MEARSHEIMER, 2014). Como pode ser visto no Gráfico 1, a vantagem dos Estados Unidos sobre a China em relação ao PIB foi progressivamente diminuindo com o passar dos anos, enquanto a Rússia permaneceu em relativa estagnação.

O que chama atenção é que, em 1991, o PIB dos Estados Unidos era 16 vezes maior que o da China (6.158 bilhões de dólares contra apenas 83 bilhões de dólares). Esse cenário começou a modificar-se já na primeira década do século XXI. Em 2009, ano imediatamente após a crise financeira mundial, a vantagem dos EUA sobre a China nesse quesito diminuiu substancialmente, sendo seu PIB apenas 2,8 vezes maior que o PIB de Pequim (14.449 bilhões de dólares contra 5.102). Ora, ainda que essa diferença seja expressiva, em nada se compara com a vantagem estadunidense no ano inaugural do pós-Guerra Fria. Ademais, em 2018, ano derradeiro da unipolaridade, é possível notar ainda mais a precarização da vantagem americana, sendo seu PIB apenas 1,5 vezes maior que o do gigante asiático. Destarte, por meio dessa primeira observação, já existem indícios para afirmar que o mundo deixou de ser unipolar nos últimos anos. É que qualquer variação significativa em um dos atributos de poder já dá indícios ao desmantelamento da unipolaridade.⁴³

⁴³ Para Waltz (1979), a condição de unipolo apenas existe se o Estado possuir vantagens em todos os atributos de poder; Wohlforth (1999) também pressupõe liderança integral, nos quesitos PIB, gastos e poder militares em específico.

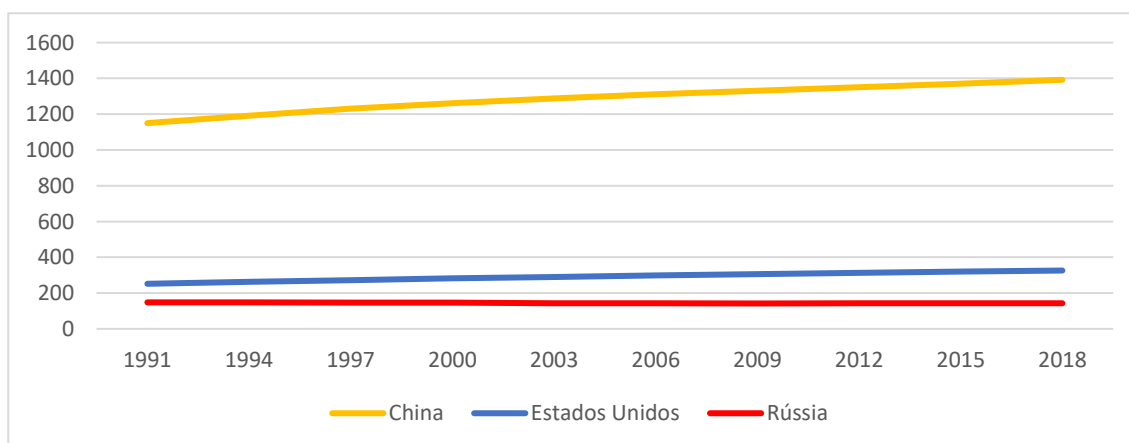
Gráfico 1 – PIB de China, Estados Unidos e Rússia
(em bilhões de dólares atuais)



Fonte: próprio autor; dado extraído do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>.

Seguindo a análise, ainda que a população dos Estados não tenha sofrido grandes inflexões no decorrer dos anos, é possível afirmar que a quantidade populacional superior da China fortalece ainda mais a ascensão de Pequim a concorrente do antigo unipolo quando considerada em conjunto com o seu crescimento econômico. Como pode ser verificado no Gráfico 2, por meio dos dados disponibilizados pelo Banco Mundial, a população chinesa foi mais que o quádruplo da população estadunidense durante todo o período. A vantagem de Pequim é ainda mais forte quando se olha para a Rússia: em 1991, a população do Estado chinês era quase 8 vezes maior do que a do Estado russo (1.150.780.000 e 148.394.216 respectivamente); em 2018, a diferença aumentou, sendo 9,6 vezes maior (1.392.730.000 e 144.477.860 respectivamente).

Gráfico 2 – População total da China, Estados Unidos e Rússia
(em milhões de habitantes)



Fonte: próprio autor; dado extraído do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>.

Mas, para além de população e PIB, o poder latente deve levar em conta aspectos qualitativos, como, por exemplo, o fator tecnológico. Nesse quesito, pode-se notar o declínio relativo dos Estados Unidos em relação às duas outras grandes potências. Quando se olha para o Índice de Inovação Global⁴⁴ mais antigo disponível (2013), vê-se que Estados Unidos, China e Rússia ocupavam respectivamente o 5º, 35º e 62º lugar. Em apenas meia década, a Edição de 2018 do índice revela que Moscou e Pequim subiram 18 posições – ficando em 46º e 17º lugar respectivamente, enquanto Estados Unidos regrediu uma casa, indo para a 6ª colocação (GLOBAL INNOVATION INDEX, 2020).

A questão cibernética também revela inflexões no poder dos Estados nos últimos anos, a qual vem impondo grandes desafios para os Estados Unidos na contenção de Rússia e China. Desde o fim da URSS, Moscou tem-se inclinado para outras formas de poder, considerando o impacto da cibernética e do ciberespaço na competição entre potências, os quais possuem um lugar de destaque na doutrina militar do Estado (AYRES PINTO; PICCOLLI; FREITAS, 2020).

A Rússia de Putin enxerga o poder cibernético como uma peça de um espectro mais amplo: a guerra de informação, sob a qual existem aspectos psicológicos e tecnológicos. Segundo Akimenko e Giles (2020), o Kremlin, ao compreender que a aplicação da guerra de informação é fator-chave para a vitória em conflitos futuros, vem utilizando vários meios para melindrar seus adversários na política internacional, como a guerra eletrônica, degradação da navegação, destruição de recursos de informática, espalhamento de desinformação e inteligência. Os autores trazem alguns exemplos dessas práticas, como o *hackeamento* dos sistemas do Partido Democrata nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, o ciberataque com os *malwares Sandworm* em 2014 e *notpedya* em 2017 contra a Ucrânia; não se pode deixar de citar também a existência de Tropas de Operação de Informação russa, que, segundo os autores, possuem a função de espalhar propaganda e manipulação psicológica no conflito contra a Ucrânia.

Quando se olha para Pequim, pode-se perceber a mesma dedicação em controlar o ciberespaço e utilizá-lo como ferramenta de política internacional. Segal (2018) afirma que Xi Jinping, desde que se tornou líder do Estado chinês, tem explicitado o papel protagonista da internet para a afirmação do país, anunciando a centralização da ciberpolítica na nova agência

⁴⁴ O Índice de Inovação Global (Global Innovation Index) é elaborado pelo Grupo de Consulta de Boston e Associação Nacional de Manufatura, medindo o nível de inovação dos Estados por meio de diversas variáveis, como ambiente político, ambiente de negócios, pesquisa, capital humano, educação, infraestrutura e criatividade.

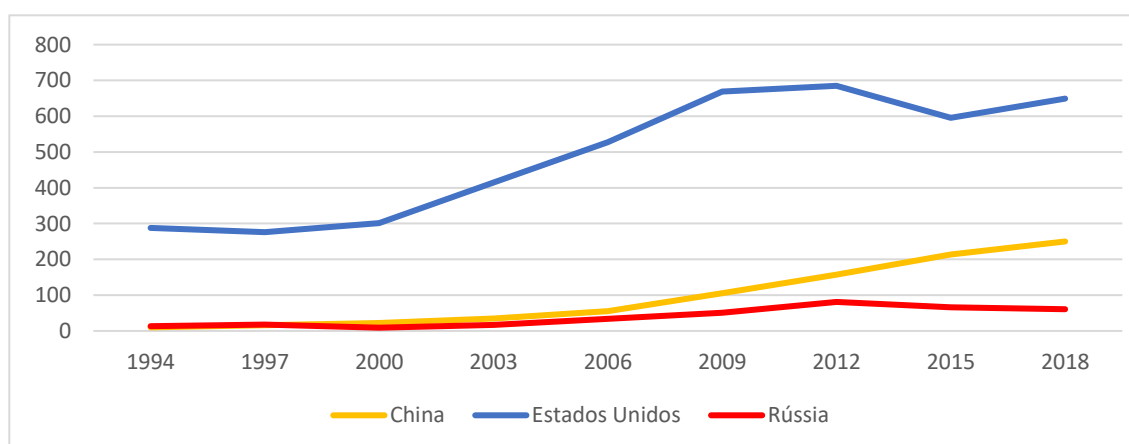
de Administração do Ciberespaço da China e prometendo a consolidação da soberania chinesa nessa seara. Além disso, é nítido o espalhamento de serviços chineses na internet ao redor do mundo, como Alibaba, aplicativo TikTok e a própria tecnologia 5G promovida pela Huawei. Ao mesmo tempo em que isso acontece, empresas estadunidenses, como Facebook e Google, vêm sofrendo arroxos governamentais ao serem intimadas a prestar esclarecimentos no Congresso Americano, que as acusa de monopolizarem o mercado e de permitirem o espalhamento de *fake news* em suas plataformas.

Apesar de o sucesso chinês não ser garantido nessa empreitada, as possibilidades de consolidação do poder de Pequim sobre o ciberespaço, por meio de regulação doméstica e inovação tecnológica, são grandes. Fraseando Adam Segal (2018, p. 10, tradução nossa):

Por quase cinco décadas os Estados Unidos têm guiado o crescimento da internet. De sua origem como um pequeno programa do Pentágono a seu *status* de plataforma global que conecta mais de metade da população mundial e dezenas de bilhões de aparelhos, a internet tem sido um projeto americano. No entanto, os Estados Unidos têm, atualmente, cedido liderança no ciberespaço para a China. [...] Dado o tamanho da China e sua sofisticação tecnológica, Pequim tem grande chance de ser bem-sucedida – destarte, remodelando o ciberespaço a sua própria imagem.⁴⁵

Mas não é só o poder latente de Rússia e, principalmente, da China, que vem colocando desafios à posição dos Estados Unidos na balança mundial. O gigante asiático vem ampliando seus gastos militares, e, assim, diminuindo seu *gap* com a potência estadunidense (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Gastos militares da China, Estados Unidos e Rússia
(em bilhões de dólares atuais)



Fonte: próprio autor; dado extraído do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>.

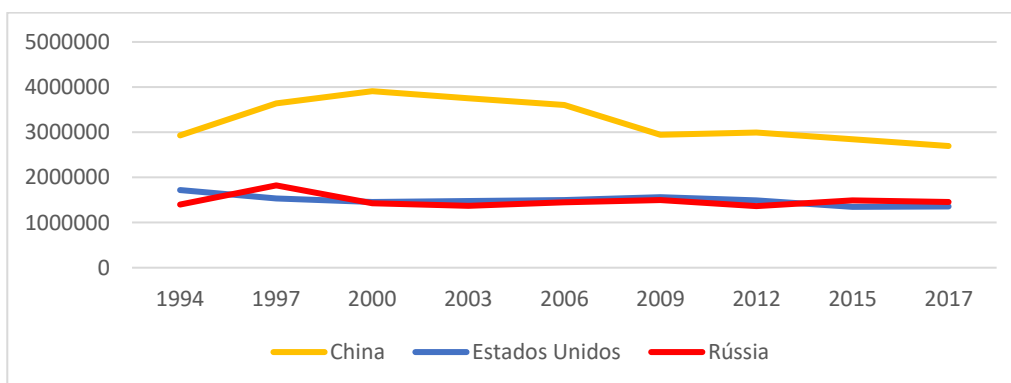
⁴⁵ No original: “For almost five decades, the United States has guided the growth of the Internet. From its origins as a small Pentagon program to its status as a global platform that connects more than half of the world’s population and tens of billions of devices, the Internet has long been an American project. Yet today, the United States has ceded leadership in cyberspace to China. [...] Given China’s size and technological sophistication, Beijing has a good chance of succeeding – thereby remaking cyberspace in its own image”.

Como se pode notar no Gráfico 3, em 1994, os EUA gastavam aproximadamente 28 vezes mais com suas Forças Armadas do que China e Rússia, respectivamente 288, 10 e 13 bilhões de dólares. Com o decorrer dos anos, Moscou ficou para trás enquanto Pequim logrou reduzir a distância com Washington nesse quesito. Em 2015, os gastos chineses eram já 35% dos Estados Unidos (US\$ 596 bi *versus* US\$ 214 bi), ou seja, apresentando uma diferença muito menor ao polo principal quando comparada àquela existente nos anos 1990 (US\$ 10 bi *versus* US\$ 288 bi). Ademais, em 2015, os EUA apresentaram redução nos dispêndios militares enquanto a China manteve seu crescimento (BANCO MUNDIAL, 2020).

Já em 2018, apesar de retomada do crescimento nos gastos militares na gestão Trump, o antigo unipolo não conseguiu voltar ao patamar conquistado em 2012 de 685 bilhões de dólares, alcançando o montante de apenas US\$ 649 bi, enquanto a China continuou diminuindo sua vantagem, representando nesse último ano 38% dos gastos estadunidenses (US\$ 250 bi *versus* US\$ 649 bi) (BANCO MUNDIAL, 2020).

A tudo isso soma-se o número de efetivos militares dos Estados Unidos, o qual, apesar de vir diminuindo desde os anos 2000, ainda é quase o dobro do que possuem Rússia e China (Gráfico 4). A título de exemplo, em 2017, enquanto a China possuía 2.695.000 de combatentes, Estados Unidos e Rússia dispunham de apenas 1.454.000 e 1.359.000 respectivamente, ou seja, mais de um milhão de diferença em efetivos militares (BANCO MUNDIAL, 2020).

Gráfico 4 – Total de efetivos militares da China, Estados Unidos e Rússia



Fonte: próprio autor; dados extraídos do Banco Mundial.

Com base em tais observações, é possível concluir que, muito embora o fim da unipolaridade tenha sido protagonizado pelas ações da Rússia, o verdadeiro concorrente dos Estados Unidos é a China, a qual vem diminuindo, silenciosamente, sua distância em recursos com o antigo unipolo. Moscou, embora tenha ganhado certo destaque como polo com a chegada

da multipolaridade, parece não ter condições de se sustentar na competição pela balança de poder mundial em longo prazo.

Como se vê, a unipolaridade foi curta, não durando mais do que três décadas (1991-2018). Assim, ao contrário do que Wohlforth (1999) afirmava, há evidências para sustentar que a unipolaridade foi menos longeva que a bipolaridade, sua antecessora, que durou quatro décadas e meia, e ainda menos longeva do que a multipolaridade que, segundo Waltz (1979), durou três séculos.

Por fim, conclui-se este capítulo com uma metáfora que resume bem o fim dos tempos da unipolaridade: a Águia, ao se assustar com o rugido do Urso, soltou o globo que estava preso a sua garra, deixando-o cair no ninho do Dragão.

4 DA UNIPOLARIDADE À BIPOLARIDADE DESEQUILIBRADA: AVALIANDO A POLARIDADE DA ÁFRICA AUSTRAL NO PÓS GUERRA-FRIA

No capítulo anterior, avaliou-se a validade da variável apresentada por Rezende (2015): o globo, de fato, presenciou o estabelecimento de uma balança de poder global unipolar após a Guerra Fria, entre 1991 e 2018. Como estabelece a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, por causa de tamanha disparidade de poder a favor dos EUA, as tentativas de mudanças na balança de poder global e regional possuíam grande restrição em sua factibilidade durante a unipolaridade. Esse quadro sugere, então, que a cooperação em defesa seria uma via para aumento de recurso dos Estados sem provocar uma corrida armamentista, a qual é encetada pelo dilema da segurança.

Neste capítulo, a análise volta-se para a balança de poder regional da África Austral, uma vez que a teoria de Rezende (2015) também estabelece que a configuração da polaridade em nível regional impacta na exequibilidade e intensidade da cooperação em defesa entre os Estados.

O argumento é que a África Austral, entre 1991 e 2018, possuiu dois arranjos diferentes em sua polaridade. Nesse sentido, é possível dizer que a unipolaridade existiu na região entre 1991 a 2000, seguida pela bipolaridade desequilibrada após esse período (2001 até 2018). É que, com base nos argumentos de Schenoni (2017), de Castellano (2015) e na análise quantitativa disposta nesta parte do trabalho, as evidências mostram que a ascensão de Angola na primeira década do século XXI colocou em xeque a grande preponderância de Pretória, muito embora Luanda ainda tenha de traçar um longo caminho para atingir o mesmo poder sul-africano na balança de poder da região.

Seguindo as previsões de Rezende (2015), tal fato sugere que a cooperação em defesa na região tenha passado, principalmente após os anos 2000, por um constrangimento nas suas possibilidades de um relacionamento profundo entre os Estados com o quadro de decadência sul-africana na balança de poder e o subsequente fim da unipolaridade regional⁴⁶; o que será verificado neste quarto capítulo da dissertação. O importante, neste momento, é examinar a configuração de poder regional e suas dinâmicas nos tempos da unipolaridade estadunidense.

⁴⁶ Como visto no primeiro capítulo, Rezende (2015) argumenta que a cooperação em defesa é incentivada em arranjos unipolares. Nesse sentido, a instalação de um novo polo na balança de poder desencorajaria um relacionamento profundo entre os Estados pelo risco de perda de autonomia.

4.1 Da unipolaridade em declínio para a bipolaridade desequilibrada: Luanda no horizonte de Pretória

As grandes inflexões na política internacional no pós-Guerra Fria não repercutiram apenas em nível da balança de poder global. O exame das interações políticas entre os Estados da África Austral prova que os ventos da mudança sopraram por toda a região com a queda do Muro de Berlim.

Como Graham (2010) argumenta, durante a bipolaridade, a “[...] África Austral tornou-se testemunha de várias guerras prejudiciais que atraíram intervenções de ambas as superpotências e de vários Estados dos dois lados da divisão política”.⁴⁷ Ainda nessa questão, Shubin (2008) mostra que a guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética na África Austral não era fria, mas sim quente; uma vez que as disputas da bipolaridade catalisaram tensões em Angola, Moçambique, Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

Tal situação só mudou com o fim do conflito ideológico entre URSS e EUA, a partir do qual o regime do *apartheid* sul-africano, que até então tinha sido apoiado por Washington e desestabilizado toda a região, foi duramente abalado. Com a derrocada da União Soviética, a retórica anticomunista que sustentava o regime do *apartheid* do Partido Nacional deslegitimou-se (BUZAN; WEAVER, 2010), o que forçou o Estado sul-africano a reconfigurar sua relação com seus vizinhos.

Esse fato, aliado à despressurização de ingerências de Estados extracontinentais, também permitiu que as contendas entre facções político-militares nos países recém-independentes da região saíssem de um impasse e entrassem em processo de resolução, muito embora a guerra civil tenha se alongado por mais alguns anos em Angola.

Esses eventos refletiram importantes ajustes nas balanças de poder global e regional. Enquanto os EUA inauguravam sua era de ouro no pós-Guerra Fria, a África do Sul via aparecer as primeiras rachaduras nos alicerces que sustentavam sua primazia inquestionável na região. Segundo Schenoni (2017), durante o período da bipolaridade global, Pretória possuía grande vantagem na distribuição dos recursos de poder, o que fazia sua posição na balança regional ser hegemônica. Tal situação inverteu-se com a unipolaridade global.

Aqui o *status* de hegemonia regional é entendido como um grau acima do *status* de unipolo. Enquanto aquele pressupõe uma postura mais agressiva do Estado em virtude de sua assimetria abissal no controle de recursos militares, econômicos, naturais e ideológicos, este

⁴⁷ No original: “[...] southern Africa bore witness to several damaging wars which attracted interventions from both superpowers and from various states from both sides of the political divide”.

assume que tal superioridade, apesar de existir, demanda do Estado um comportamento mais cooperativo com os seus pares para o alcance dos objetivos políticos (SCHENONI, 2017).

Nesse sentido, é possível utilizar a seguinte figuração para se ilustrar tal diferença nos conceitos: a hegemonia comporta-se como chefe na região; o unipolo, como líder. E essa diferença entre a posição de líder e chefe ilustra bem o que ocorreu com a África do Sul após o fim da Guerra Fria. De hegemônico, seu *status* passou a ser o de unipolo na região, o que indica uma vantagem de poder declinante, ainda que importante (SCHENONI, 2017).

Essa inflexão acontece com a inauguração da gestão do Congresso Nacional Africano (CNA) por Nelson Mandela e se estende a seus sucessores. O pleito de Pretória pela hegemonia, que já não era mais factível devido à perda de proeminência militar frente à ascensão de Luanda, foi abandonado e, a partir desse momento, o Estado sul-africano passou a acomodar os interesses de Estados da região que desafiavam a primazia de Pretória, como Zimbábue, Moçambique e Angola (SCHENONI, 2017).

O argumento acima é bem exemplificado por Luiz Schenoni (2017). Como mostra o autor, diferente do comportamento das gestões do Partido Nacional, o CNA teve de perseguir uma política regional mais conciliadora, repelindo a ideia de intervir na guerra civil angolana, autorizando a venda de armas leves para Mugabe durante o período de repressão no Zimbábue nos anos 2000 e fazendo vista grossa às acusações da RENAMO de fraude eleitoral nas eleições moçambicanas em 2013, traduzindo-se em uma aquiescência ao governo da FRELIMO na ocasião.

Diante de tal cenário, enquanto se presenciou a maior hesitação de Pretória em lidar com questões domésticas de outros Estados da região, Luanda veio erigindo uma posição mais assertiva e proeminente. As condições favoráveis que permitiram esse maior protagonismo angolano na África Austral estão intimamente relacionadas à neutralização de Jonas Savimbi (líder da UNITA) e à subsequente pacificação do país, ações que se conjugaram ao aumento dos preços do petróleo – principal produto angolano de exportação, impulsionado pela demanda chinesa por matérias-primas (SCHENONI, 2017).

Nesse sentido, é pertinente trazer a observação que Zweig e Jianhai (2005) fizeram sobre a China no ano de 2005, época subsequente ao fim da Guerra Civil Angolana:

[...] uma economia doméstica pujante, rápida urbanização, aumento do processamento de exportações e o voraz apetite do povo chinês por carros estão aumentando a demanda do país por petróleo e gás natural [...] 20 anos atrás, a China era a maior exportadora de petróleo do Leste Asiático; agora, é a segunda maior importadora mundial. [Em 2004], o país foi responsável por 31% do crescimento global por demanda de combustível. Agora que a China é a fábrica do mundo, sua fome por

eletricidade e recursos industriais tem decolado. (ZWEIG; JIANHAI, 2005, p. 25, tradução nossa).⁴⁸

Conseqüentemente, pode-se dizer que as leis de mercado agiram favoravelmente ao Estado angolano durante esse período. Campos e Vines (2007) explicam que, com o aumento dos preços de *commodities*, o país deixou de ser um palco de guerra crônica para se tornar uma das economias mais bem-sucedidas da África Subsaariana. O aumento do PIB em função de tal *boom* de produtos primários foi expressivo, chegando a valores de 20,5% em 2005, 18,6% em 2006; enquanto isso, a inflação reduziu-se de 300% ao ano em 1999 para 12% em 2006.

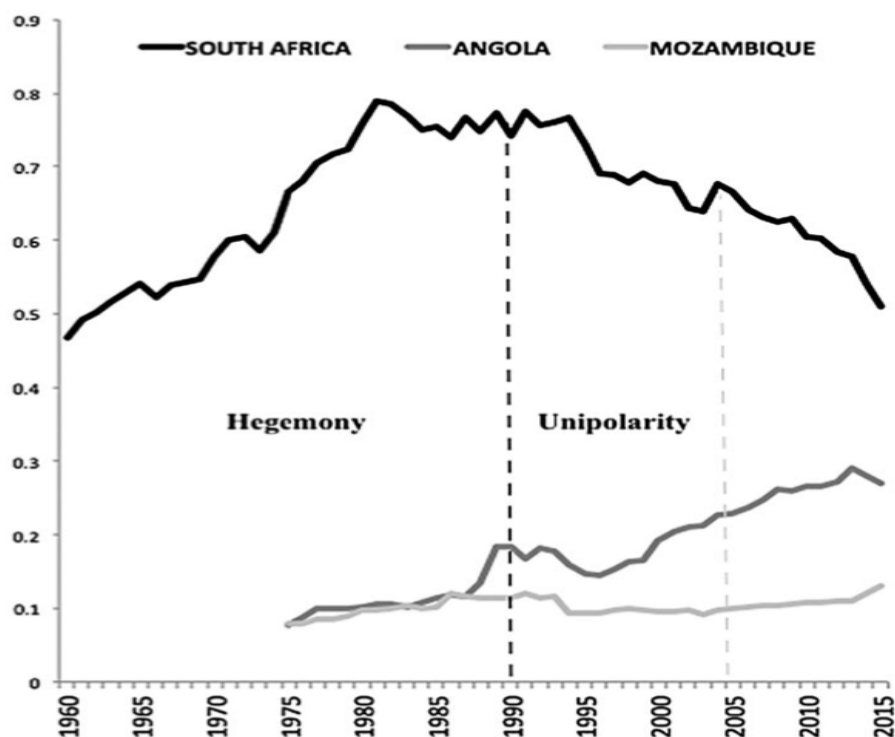
É verdade que tal condição não se manteve tão favorável a partir dos anos 2010, uma vez que o preço das *commodities* sofreu forte queda, fazendo o PIB do país despencar. A Dubai Africana, como Oliveira (2015) coloca, perdeu a oportunidade monumental em diversificar sua economia durante a alta do preço do petróleo, submetendo-se a um quadro de recessão e instabilidade fiscal nos anos posteriores.

No entanto, acredita-se que esse fato não remove o *status* de potência regional conquistado pelo Estado após o fim da Guerra Civil. Angola permaneceu relativamente pacífica e estável desde então. Ainda nessa questão, Oliveira (2015) concede que, apesar da gravidade da crise econômica, a solidez do regime do MPLA em Angola não se desfez, uma vez que o partido tem investido fortemente nas Forças Armadas, as quais permanecem leais ao regime. Destarte, a situação do Estado, mesmo após a queda do preço dos petróleos, não é equivalente ao período anterior a 2002. A pujança econômica foi passageira, mas as vantagens política e militares extraídas durante o período de bonança e de estabilidade do Estado permaneceram, como será visto nos indicadores da próxima seção.

Essa tendência de evolução angolana e involução sul-africana pode ser apreendida pelo gráfico elaborado por Schenoni (2017), o qual ilustra, por meio do Índice Composto de Capacidade Nacional (SINGER; BREMER; STUCK, 1972), o percentual de posse de recursos na região de tais Estados, além de Moçambique:

⁴⁸ No original: “[...] a booming domestic economy, rapid urbanization, increased export processing, and the Chinese people’s voracious appetite for cars are increasing the country’s demand for oil and natural gas [...] Twenty years ago, China was East Asia’s largest oil exporter. Now it is the world’s second-largest importer; last year, it alone accounted for 31% percent of global growth in oil demand. Now that China is the workshop of the world, its hunger for electricity and industrial resources has soared.

Gráfico 5 – Percentual de posse de recursos dos Estados da África Austral dos três maiores Estados entre 1960 a 2015



Fonte: Schenoni (2017, p. 12).

Como se vê, a porcentagem de recursos da região nas mãos de Pretória começou a declinar logo nos primeiros anos da unipolaridade global. Além disso, essa queda configurou-se com uma tendência nas subseqüentes duas décadas e meia. Do outro lado da moeda está Angola, que já tivera um impulso em seu percentual de dotação de recursos após o fim da Guerra Fria, ganhando ainda mais fôlego nos anos 2000, com o arremate da guerra civil e avanço da investida chinesa por petróleo, como pode ser notado no Gráfico 5.

Moçambique, terceiro Estado apresentado no gráfico de Schenoni (2017), tem demonstrado ser pouco competitivo na balança de poder regional, uma vez que os dados sugerem um padrão de estagnação em relação ao ritmo dos dois primeiros colocados, descartando a sua possibilidade em se constituir como polo.

Portanto, a situação apresentada permite que os anos de 1991 a 2004 sejam caracterizados como tempos de unipolaridade na África Austral, como já foi exposto acima. O que a análise de Schenoni (2017) mostra é que, durante tal período, a dotação de recursos da África do Sul já não era grande o bastante para ser caracterizada como hegemônica, nem degenerada o suficiente a ponto de sugerir a presença de mais de um polo na região. Nessa questão, Ogunnubi e Akinola (2017), ainda que sob perspectiva teórica diferente daquela de

Schenoni (2017), reforçam a problemática da alcunha de uma África do Sul hegemônica no pós-*apartheid*, uma vez que o Estado, para além da difícil aceitação de seus vizinhos, se encontra em posição subalterna e dependente na economia internacional, a qual constrange as possibilidades de Pretória oferecer bens públicos suficientes ao continente africano, como é de se esperar de uma hegemonia de acordo com a teoria da estabilidade hegemônica.

Em segundo lugar, faz-se necessário ponderar sobre a caracterização da balança de poder regional após o ano de 2004, interceptado pelo tracejado claro no gráfico de Schenoni (2017). A partir desse período, a definição da polaridade da África Austral passa a ser mais controversa.

Schenoni (2017) prefere sustentar que todos os anos após 1991 são caracterizados pela unipolaridade da África Austral. No entanto, o autor deixa espaço para outra interpretação, a qual parece ser mais adequada: a configuração da uma uni-bipolaridade a partir de 2004, que aqui será tratada como bipolaridade desequilibrada.

Como o próprio autor reconhece, o limite utilizado pelo Índice Composto de Capacidade Nacional para diferenciar o arranjo unipolar do bipolar é alcançado em 2004. “O limite é uma simples relação de 3 para 1 entre a primeira e segunda potência regional. Se o poder daquela for três vezes maior do que desta, então o sistema é dito ser unipolar. Se não for, é um indicador de bipolaridade” (SCHENONI, 2017, p. 19, tradução nossa).⁴⁹

Como também pode ser verificado no Gráfico 5, esse quadro é satisfeito a partir de 2005. No entanto, Schenoni (2017, p. 12, tradução nossa) hesita admitir a existência de um arranjo bipolar encabeçado por Pretória e Luanda, afirmando que “Essa mudança ainda não é evidente no comportamento da política externa de Angola, embora possa progressivamente tornar-se assim”.⁵⁰ Essa visão vai ao encontro dos argumentos de Buzan e Weaver (2010), que caracterizam o complexo regional de segurança da África Austral como unipolar, encabeçado pela África do Sul.

Neste trabalho, opta-se por divergir da dúvida de Schenoni (2017). Como foi verificado no capítulo anterior, a ascensão chinesa a polo global também não se manifestou expressamente nas atitudes de Pequim sobre a política internacional, sendo a Rússia a principal protagonista no processo de erosão da unipolaridade estadunidense.

⁴⁹ No original: “This threshold is a simple three-to-one relation between the first and the second regional powers. If the power of the former is more than three times that of the latter, than the system is said to be unipolar. If not, it is an indicator of bipolarity”.

⁵⁰ No original: “This change is still not manifest in the foreign policy behaviour of Angola, but may become increasingly so”.

Apesar da posição chinesa nos bastidores, é difícil compreender a polaridade global após 2018 sem levar em consideração a posição do gigante asiático como novo polo. Portanto, a diminuição da disparidade de recursos entre Luanda e Pretória, mesmo que ainda não se tenha apresentado categoricamente às interações da política internacional, são suficientes para que seja apontado um novo arranjo na África Austral, entendido como bipolar e desequilibrado.

Há de se comentar que o conceito de bipolaridade desequilibrada é visto com ressalvas por Mearsheimer (2014), o qual coloca dúvidas sobre a exequibilidade desse arranjo de poder. Segundo o autor, tal disposição seria muito instável, pois o Estado mais forte teria grandes incentivos para conquistar o mais fraco, levando a um rápido rearranjo na balança regional.

No entanto, sustenta-se aqui que a configuração bipolar desequilibrada pode, de fato, existir em balanças regionais, principalmente com a inauguração dos tempos da unipolaridade global. Essa afirmação vai ao encontro dos pressupostos de Rezende (2015), o qual demonstra os fortes constrangimentos impostos pelo unipolo global aos Estados alhures. Nesse sentido, a bipolaridade desequilibrada não levaria a um acirramento automático entre o Estado mais forte e seu rival, uma vez que ações revisionistas sobre a balança de poder seriam punidas pelos EUA.

Em resumo, a existência de um arranjo bipolar desequilibrado passou a ser realizável pelo mesmo motivo que fez a cooperação em defesa ser uma via para os Estados aumentarem seus recursos na unipolaridade global.

Destarte, é pertinente sustentar que esse tipo de distribuição relativa de poder na África Austral foi materializado por África do Sul e Angola a partir de meados dos anos 2000 sem gerar grandes instabilidades no sistema regional. Como Silva (2016) demonstra, o ímpeto de ação dos dois Estados e de suas respectivas elites diminuiu após o fim do regime do *apartheid*, uma vez que as pressões sistêmicas que colocavam em risco os governos de Luanda e Pretória foram aliviadas a partir daquele momento, levando “[...] o padrão conflitivo de interação a ser sucedido por um ambiente crescentemente cooperativo, apesar de marcado por tensões regionais limitadas, mas significantes” (SILVA, 2016, p. 578, tradução nossa)⁵¹.

Nesse sentido, a visão de Silva e Brancher (2015) parece mais adequada para a compreensão da polaridade da região a partir de meados dos anos 2000. Segundo os autores, a ascensão de Angola representa uma mudança sistêmica da região rumo à bipolaridade, pelo menos em termos materiais. Eles afirmam:

⁵¹ No original: “[...] the conflictive pattern of interaction was followed by an increasingly co-operative environment, albeit marked by significant, but limited, regional tensions”.

[...] a análise atualizada dos indicadores nos leva a afirmar que na última década a polaridade do CRS da África Austral parece ter, ao menos, se encaminhado em direção a uma bipolaridade desequilibrada, com a África do Sul possuindo poder econômico e militar desproporcionalmente superior a todos os demais países, mas Angola se destacando dentre os demais países da região, devido à pujança do seu crescimento econômico e ao tamanho e à experiência de suas forças armadas. (SILVA; BRENCHER, 2015, p. 39).

Complementando tais indicadores, também se deve levar em conta a experiência das Forças Armadas de Angola nas últimas décadas como fator de aumento do poder de Luanda, sustentando ainda mais a ideia de bipolaridade na região (SILVA; BRENCHER, 2015). É que os militares de Luanda têm adquirido grande *expertise* enfrentando ameaças com várias faces, desde as do tipo mais tradicional, como o conflito contra o exército sul-africano que invadira o Estado durante o regime de *apartheid* e o embate contra Ruanda na Segunda Guerra do Congo, até as do tipo irregulares, como o enfrentamento à UNITA de Savimbi durante a guerra civil (SILVA; BRENCHER, 2015).

Nesse sentido, em busca da ratificação do argumento da existência de duas distribuições de poder diferentes na balança da África Austral após o fim da Guerra Fria, a próxima seção analisa os indicadores que permitem um exame concreto e detalhado dos recursos de cada Estado da região.

4.2 África Austral no pós-Guerra Fria e indicadores da balança de poder

Os indicadores a serem apresentados a seguir, apesar de adaptações, foram os mesmos escolhidos por Rezende (2015) para analisar a configuração da balança de poder da América do Sul. Além disso, a forma aqui utilizada para definição de polo também se aproxima do trabalho de Rezende (2015), uma vez que o método de Schweller (1998) será utilizado como ferramenta auxiliar para estimar a polaridade da África Austral, por meio das variáveis que medem o poder militar dos Estados.

De acordo com Schweller (1998, p. 17, tradução nossa), “[...] para ser qualificado como polo, o Estado deve ter mais da metade dos recursos militares do Estado mais poderoso do sistema”.⁵² Para fins desta pesquisa, o sistema de Estados está delimitado pelos países dentro das fronteiras da África Austral, compreendida por todos os Estados membros da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC⁵³).

⁵² No original: “[...] to qualify as a pole, a state must have greater than half the capability of the most powerful state in the system”.

⁵³ Sigla do original em inglês.

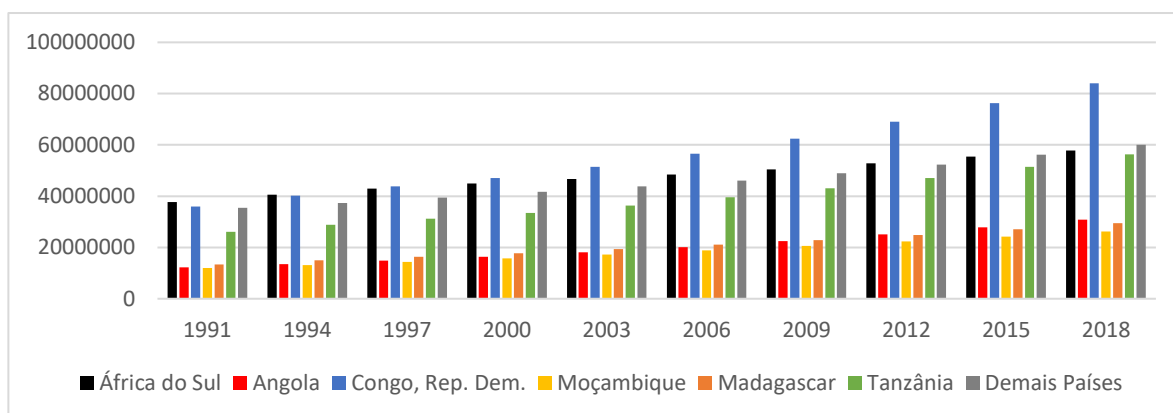
Ressalta-se que o critério de Schweller será utilizado de forma pouco ortodoxa, como, por exemplo, para a análise das variáveis de poder latente, PIB, população, *Correlates of War*; optou-se em adotar uma avaliação mais flexível e subjetiva dos dados, ou seja, a definição de candidatos a polo em tais variáveis foi dada sem a necessidade de um Estado atingir exatamente metade de recursos do Estado mais poderoso do sistema regional. Nesse sentido, a interpretação do poder latente e militar dos Estados priorizou uma abordagem mais focada no conjunto de dados e sua tendência apresentada; e não no mero valor de 50%.

Nas páginas anteriores, viu-se, por meio dos argumentos de Schenoni (2017), que a unidade mais poderosa da balança de poder regional da África Austral é a África do Sul, a qual será utilizada como base de comparação com os outros Estados em cada indicador apresentado abaixo, entre os anos 1991 a 2018. No final deste capítulo, os resultados obtidos serão condensados em uma análise final, demonstrando a existência de duas diferentes polaridades na região que divide o período em questão, como mostrado acima: unipolaridade e bipolaridade desequilibrada.

4.2.1 Tamanho da população

Como já foi argumentado, a população é uma das principais vigas de sustentação do poder de um Estado. Mearsheimer (2014) caracteriza o elemento populacional como poder latente, ou seja, aquele que pode ser convertido em recursos militares quando surgir a necessidade. Analisando o Gráfico 6, é possível visualizar a liderança regional de seis Estados em quantitativo populacional: África do Sul, Angola, República Democrática do Congo (RDC), Moçambique, Madagascar e Tanzânia.

Gráfico 6 – Tamanho da população dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 1999, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Banco Mundial (2020).

De acordo com as informações colhidas da base de dados do Banco Mundial (2020), a África do Sul inaugurou o período pós-Guerra Fria como líder em tamanho populacional na região, com um quantitativo de 37.718.950 em 1991, seguida pela República Democrática do Congo (35.908.244) e Tanzânia (26.056.594). A presença desses três Estados no pódio perpetua-se com o decorrer dos anos. No entanto, Pretória cede a liderança à Kinshasa no final dos anos 1990, como mostra o indicador de 1997, permanecendo em segundo lugar até o final do período em análise. Tanzânia não sai da terceira colocação, seguida por Madagascar até o fim dos anos 2000 e Angola nos anos posteriores. Moçambique, apesar de ter uma população relativamente expressiva, mantém o padrão de sexto lugar no *ranking*.

Sistematizando essas informações por meio dos dados do Quadro 2, é possível notar o declínio progressivo da vantagem populacional sul-africana sobre os outros cinco Estados mais populosos da região. Em 1991, apenas República Democrática do Congo (RDC) e Tanzânia possuíam população maior que 50% do quantitativo sul-africano. Tal quadro transforma-se progressivamente com o decorrer do período e, em 2018, todos os demais Estados destacados na tabela ultrapassam tal marca, com exceção de Moçambique. Ademais, RDC e Tanzânia ganham destaque, as quais, respectivamente, chegam às marcas de 145% e 97,5% do número de habitantes na África do Sul.

Quadro 2 – Percentual de população do segundo a sexto Estado mais populoso da África Austral em relação à África do Sul

Países	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Angola	32,5%	33,3%	34,6%	36,5%	38,9%	41,5%	44,6%	47,5%	50,3%	53%

RDC	95,2%	99,2%	102%	105%	110%	117%	124%	131%	138%	145%
Tanzânia	69%	71%	72,6%	74,5%	77,8%	81,6%	85,3%	89%	93%	97,5%
Madagascar	35,3%	36,9%	38,1%	39,4%	41,4%	43,5%	45,4%	47%	48,8%	51%
Moçambique	31,7%	32,2%	33,4%	35%	37%	38,9%	40,7%	42,3%	43,7%	45,4%

Fonte: elaborado pelo autor por meio de cálculo realizado com dados extraídos do Banco Mundial (2020).

Esses dados corroboram a ideia da existência do declínio sul-africano: um Estado que, embora seja líder na região, viu diminuir a disparidade de sua quantidade populacional em relação aos vizinhos. Por outro lado, não se pode afirmar que os Estados que diminuíram sua desvantagem se constituem necessariamente como polos na região. Como Rezende (2015, p. 162) já observou:

Para que um Estado almeje a posição de grande potência, portanto, é preciso que tenha [...] grande população. O contrário, contudo, não é uma verdade: grandes populações não fazem, necessariamente, uma grande potência. É preciso haver equilíbrio entre os recursos do país, do contrário, grandes populações servirão para diminuir, e não aumentar, o poder do Estado, devido ao seu alto consumo de recursos [...].

Nesse sentido, por enquanto, é apenas possível elencar os candidatos a polos da África Austral em comparação com os dados da África do Sul, sem traçar um veredito se estes são potências ou não.

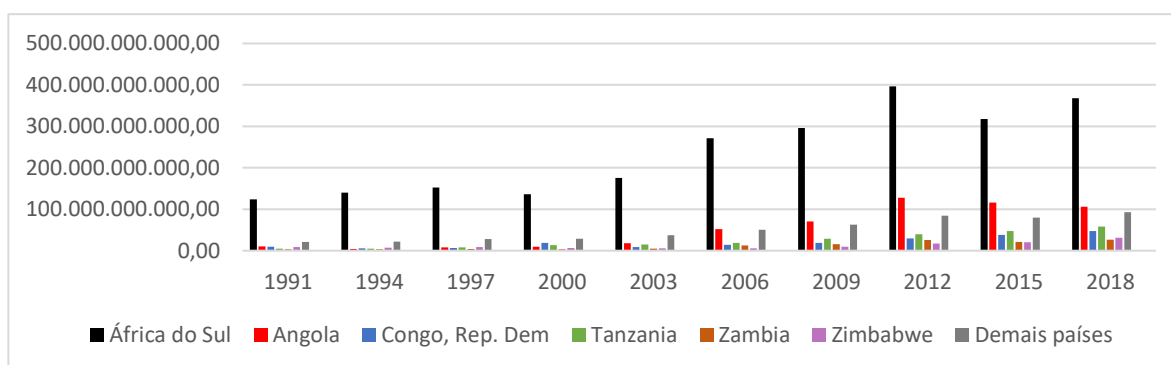
Quanto aos Estados que não estão presentes no Quadro 2, estes já podem ter sua consideração de polo descartada, uma vez que não satisfazem o quesito populacional, condição *sine qua non* na definição de potência. A título de exemplo, entre 1991 e 2000, o Zimbábue esteve imediatamente atrás de Moçambique, chegando ao máximo de 28,3% da população sul-africana, sendo substituído por Malawi, que tomou a sétima posição de 2003 a 2018 e conquistou apenas a porcentagem máxima de 31,4% em todo o período. Os dados desses e de outros Estados que não figuram no Gráfico 6 e no Quadro 2 podem ser consultados no Apêndice B deste trabalho.

Destarte, opta-se por considerar a existência de dois momentos na África Austral em termos de quantitativo populacional. Do fim da Guerra Fria até meados da primeira década do século XXI, apenas RDC e Tanzânia possuíam população suficiente para concorrer com a África do Sul na balança de poder. À medida que se vai adentrando no século XXI, Angola, Madagascar e Moçambique aparecem como expoentes, beirando ou ultrapassando o percentual de 50% da população sul-africana, ou seja, diminuindo cada vez mais suas desvantagens nessa variável de poder latente; o que permite conjecturar, pelo menos previamente, que tais Estados sejam considerados potenciais candidatos a polos a partir de meados dos anos 2000.

4.2.2 Produto Interno Bruto

A análise do PIB dos Estados da região permite verificar se os Estados que ganham destaque em quantitativo populacional se sustentam como candidatos a polo ao longo do período analisado. Destarte, observando o Gráfico 7 e o Quadro 3, nota-se que, durante a década de 1990, nenhum Estado elencado na seção anterior chegou a mais do que 10% do PIB do Estado mais rico da região, segundo dados do Banco Mundial (2020).

Gráfico 7 – PIB dos países da África Austral em milhões de dólares (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Banco Mundial (2020).

Quadro 3 – PIB dos potenciais Estados candidatos a polo da África Austral em relação à África do Sul

Países	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Angola	8,5%	3,2%	5%	6,7%	10,2%	19,3%	23,8%	32,3%	36,6%	28,7%
RDC	7,8%	4,2%	4%	14%	5%	5,3%	6,3%	7,4%	11,9%	12,8%
Tanzânia	4%	3,2%	5%	10%	8,7%	6,9%	10%	10%	14,9%	15,7%

Fonte: elaborado pelo autor por meio de cálculo realizado com dados extraídos do Banco Mundial (2020).

Por meio da análise dessa segunda variável de poder latente, pode-se, então, afirmar que Tanzânia e RDC não podem ser considerados polos, apesar de possuírem população expressiva no período observado. Mesmo figurando entre os seis Estados com maior PIB na região, a disparidade com a África do Sul é tamanha, que seria pouco sólido o argumento de que Kinshasa e Dodoma teriam condições de fazer face à Pretória. O quadro é ainda mais desfavorável a tais países quando se lembra do argumento de Rezende (2015): grande população e poucos recursos podem exaurir o Estado.

Quanto às décadas de 2000 e 2010, deve-se ponderar se, além de Tanzânia e RDC, Angola, Madagascar e Moçambique possuíam PIB suficiente para a caracterização de polo. Diferentemente da década de 1990, Kinshasa e Dodoma conseguem diminuir sua disparidade no PIB em comparação com Pretória, como pode ser observado no Quadro 3. No entanto, tais valores são pouco maiores que 10% e, levando novamente em conta a quantidade populacional de tais países, são insuficientes para elevá-los à condição de polos.

Ademais, de antemão descarta-se a ilha de Madagascar e Moçambique como possíveis polos, pois, examinando o Gráfico 7, percebe-se que tais Estados sequer figuraram entre os seis maiores PIBs da região em todo o período. Em verdade, o maior percentual de PIB alcançado por Antananarivo e Maputo em relação a Pretória foi de 3,8% em 2018 e 5% em 2015 respectivamente, pouco expressivos para serem considerados potências regionais.

Diferentemente desses Estados, Angola conseguiu alavancar seu PIB nas décadas de 2000 e 2010, diminuindo significativamente a disparidade com o PIB da África do Sul. Em 1991, o Produto Interno Bruto de Luanda era de apenas 8,5% do de Pretória, mas a situação muda progressivamente, até alcançar o valor de 36,6% em 2015. É verdade que o Estado entrou em recessão a partir da metade dos anos 2010. No entanto, tal quadro não foi forte o suficiente para reestabelecer a condição desfavorável dos anos 1990.

Nesse sentido, argumenta-se que, muito embora a vantagem da África do Sul seja expressiva, Angola veio tornando-se um polo (mesmo que inferior) a partir dos anos 2000; quando sua economia alcançou 1/5 da economia sul-africana e criou uma disparidade abissal de riqueza em relação aos outros Estados na região, passando, por exemplo, a ter um PIB 2,8 vezes maior do que a Tanzânia, terceira colocada no *ranking*, conforme dados do Banco Mundial, dispostos no Gráfico 7.

Por último, cabe tecer comentário sobre Zâmbia e Zimbábue, Estados que aparecem entre os 6 maiores PIBs da região. Tais países não podem ser considerados polos, uma vez que não apresentam população expressiva e, apesar de estarem entre os seis mais ricos da África Austral, possuem disparidade abissal de recursos em relação à África do Sul.

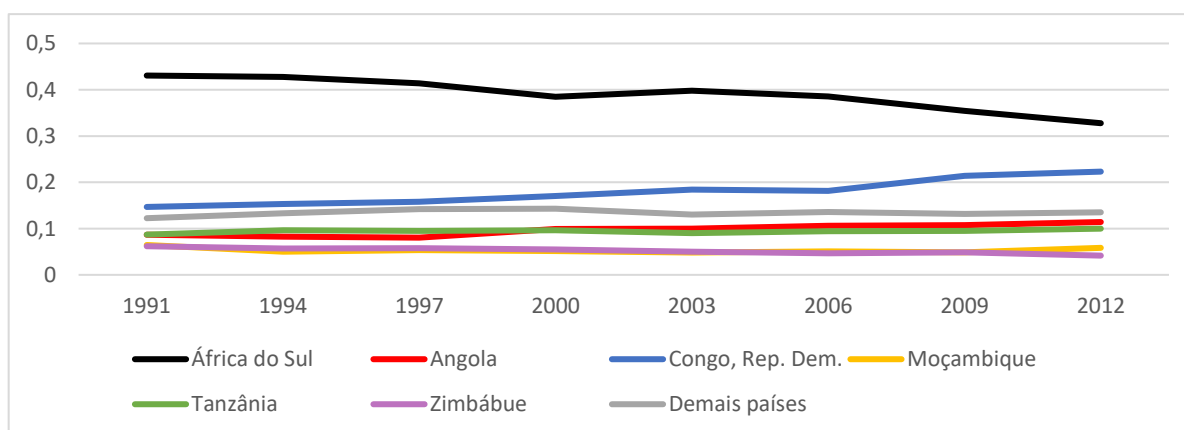
Com base nas aferições de poder latente, há evidências de que África do Sul foi unipolo na região até os anos 2000. No entanto, sua vantagem em relação aos demais Estados foi diminuindo progressivamente, enquanto Angola conseguiu aumentar sua população e PIB de maneira considerável, indicando o início de uma bipolaridade desequilibrada. Nas próximas seções, o grau de disparidade entre esses dois Estados e algumas idiosincrasias da região serão examinadas por meio das variáveis que medem o poder militar

4.2.3 Correlates of War

Os *Correlates of War* (COW) são uma base de dados que traz importantes informações sobre conflitos intra e interestatais e recursos militares dos Estados. Com relação a este último elemento, o COW realiza cálculo baseado na produção de ferro e aço, gastos militares, efetivos militares, consumo de energia, população total e população urbana de cada país (COW, 2017).

Ao se examinar os *Correlates of War* em função da soma dos COW da região da África Austral (Gráfico 8), percebe-se o declínio do quantitativo possuído pela África do Sul. Em 1991, o país possuía 43% da soma do COW na África Austral. Já no último ano de análise, em 2012, o valor diminuiu para 32,8%; ou seja, mais de 10% de declínio.

Gráfico 8 – *Correlates of War* (COW) em função da soma dos COW para os Estados da África Austral (1991, 1994, 1997, 1999, 2004, 2009 e 2012)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do COW (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012).

O fato curioso é a posição da República Democrática do Congo no *ranking*, com aumento expressivo de seu valor no COW ao longo do período, de 14,7% em 1991 para 22,3% em 2012. Inclusive, no último ano de análise, o Estado rompeu o limiar de 50% de recursos possuídos pela África do Sul, podendo levar à interpretação que a RDC seja um polo em potencial na região.

No entanto, é preciso tratar com prudência essa informação, pois o escore do Estado está muito relacionado à sua grande população, uma vez que tal variável influencia diretamente no cálculo de população urbana e consumo de energia do COW. Ademais, como será examinado nas páginas a seguir, a RDC possui número expressivo de contingentes em suas Forças Armadas, as quais, porém, não são tão coesas em comparação com África do Sul e Angola.

Também se deve recordar que a República Democrática do Congo é um Estado que foi grassado por duas grandes guerras (1996 e 2003) que romperam as fronteiras de conflito inter e intraestatal, envolvendo Estados vizinhos, como Angola, Namíbia, Ruanda e Uganda, as Forças Armadas da RDC e grupos étnicos guerrilheiros rivais (tutsis e hutus) no nordeste do país, mais precisamente nas províncias de Kivu.

Enquanto o número de mortes na primeira guerra é desconhecido, o Comitê de Resgate Internacional estima que a segunda guerra tenha sido responsável pela morte de 3,8 milhões de pessoas, civis em sua maioria (TURNER, 2007). Os números são tão espantosos que:

Em contraste, a guerra civil no Sudão produziu 2 milhões de mortes em 22 anos. O genocídio de Ruanda [...] envolveu 1 milhão de mortes em 1994. O Tsunami do Oceano Índico de 2004 matou por volta de 300.000 pessoas; e o ataque terrorista de 11 de setembro, aproximadamente 3.000. (TURNER, 2007, p. 2, tradução nossa).⁵⁴

Herança desse passado recente, por mais que o cessar-fogo tenha sido formalmente realizado em 2004, o Estado ainda sofre com conflito e instabilidades em regiões distantes da capital, como a região nordeste e sudeste do país. Mlambo e Dlamini (2019) afirmam que a violência se perpetua na RDC, deteriorando serviços públicos, fortalecendo milícias e grupos rebeldes, alavancando novas mortes e deslocamentos internos. A título de exemplo dessa instabilidade, pode-se citar a presença atual de missão da ONU (MONUSCO), a qual busca dar suporte ao Estado para combater grupos armados no terreno, em destaque o M23 e Mai-Mai.

Nesse sentido, apesar de o Estado figurar em segundo lugar no COW da região, é prudente considerar que a RDC ainda não se enquadra como polo, uma vez que o Estado possui baixa capacidade em garantir o monopólio do uso da força dentro de seu próprio território, e, segundo Mlambo e Dlamini (2019, p. 5, tradução nossa), “a continuação do conflito e violência [...] irá certamente resultar em maior desintegração de algumas partes do país.”⁵⁵

Como se vê, tais explicações, aliadas ao baixíssimo PIB do Estado em relação à África do Sul, permitem afirmar que a RDC, apesar de possuir potencial para um dia vir a ser polo, ainda se encontra aquém dos requisitos necessários, pelo legado histórico dos conflitos por que passou e pela baixa capacidade em controlar o próprio território e seus recursos.

⁵⁴ No original: “In contrast, the Sudan civil war produced 2 million deaths in twenty-two years. The Rwandan genocide [...] of 1994 may have involved 1 million deaths. The Indian Ocean tsunami of 2004 killed around 300.000 people, and the terrorist attacks of 9/11 around 3000”.

⁵⁵ No original: “[...] the continuation on the conflict and violence [...] will surely result in the further disintegration of some parts of the country”.

Imediatamente atrás da RDC encontra-se Angola. O Estado aparece na terceira colocação, com um percentual do COW da região crescente ao longo do período, indo de 8,3 em 1991 a 11,4% em 2018. Esse aumento conjugou-se com o declínio dos valores possuídos pela África do Sul, com notável inflexão a partir de 2006. Conforme o Gráfico 8, em 1991, o valor angolano nessa variável era cinco vezes menor do que o sul-africano. Já em 2012, tornou-se apenas três vezes menor.

Infelizmente, não há dados disponíveis para os anos posteriores a 2012. No entanto, é possível afirmar que Angola incrementou ainda mais seus recursos militares durante a década de 2010. O Global Fire Power, apesar de não apresentar o *ranking* completo dos Estados em anos anteriores ao atual (2020), oferece indício de que Angola, inclusive, ultrapassou a RDC em poderio militar, muito embora a metodologia utilizada não seja idêntica aos *Correlates of War*. A Figura 2 representa o comparativo no *ranking* do GFP entre RDC e Angola no ano de 2020. Percebe-se que Luanda se encontra 15 posições acima de Kinshasa (56º versus 71º), ou seja, mais próxima ao escore ideal do GFP.

Figura 2 – Comparação entre Angola e República Democrática do Congo realizada pelo GFP



Fonte: GFP. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-comparison.asp>. Acesso em: 20 out. 2020.

Destarte, infere-se que Angola, apesar de possuir um valor notavelmente inferior no COW comparado ao da África do Sul, pode ser considerado um polo menor na região com a chegada do século XXI. Tal afirmação será consubstanciada pela análise mais específica do poder militar de Luanda e Pretória nas variáveis abaixo.

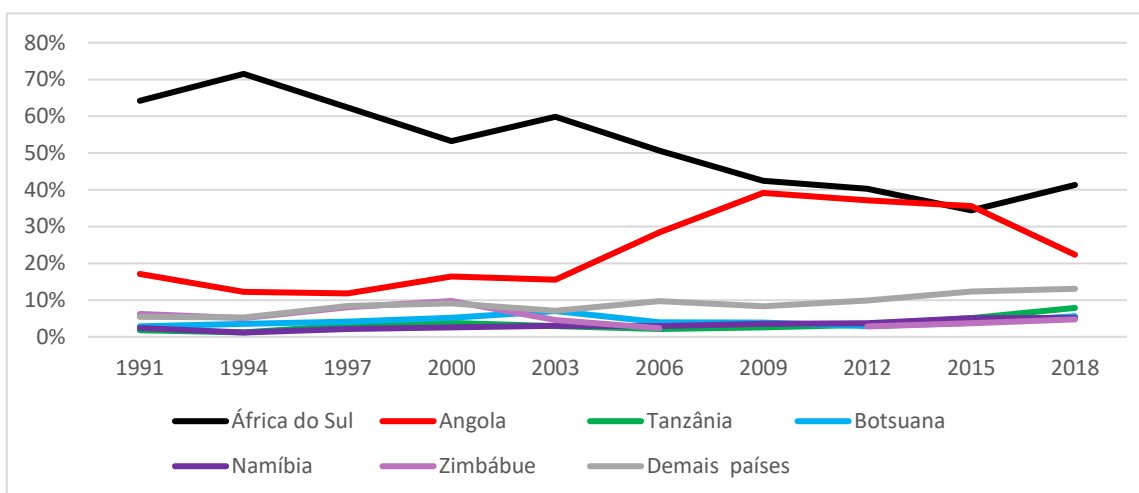
Os outros países que aparecem no Gráfico 8 (Moçambique, Tanzânia e Zimbábue), apesar de figurarem no *ranking*, não podem ser considerados polos, pois não satisfazem ambos os critérios de poder latente listados acima.

4.2.4 Gastos em defesa

Como está no trabalho de Rezende (2015), a análise específica desta variável será utilizada para dois propósitos: verificar a existência de padrões ou inflexões nos investimentos na área de defesa e observar se há indícios de corrida armamentista na região durante o período pós-Guerra Fria.

Por meio dos dados coletados do Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa sobre a Paz (SIPRI), o que se nota é predominância confortável da África do Sul em termos desta variável durante a década de 1990, que passa a ser contestada por Angola a partir dos anos 2000; por exemplo, os gastos em defesa angolanos ultrapassam o valor de 50% dos gastos sul-africanos (28% vs 51%). O Gráfico 9 ilustra muito bem a concepção de mudança da polaridade da região a partir desse período. Nesse sentido, a porcentagem do gasto absoluto em defesa de Luanda chega a ser equivalente ao da África Austral na década de 2010, com exceção do último ano de análise.

Gráfico 9 – Porcentagem do gasto absoluto em defesa dos Estados da África Austral em comparação com o total da região (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012) em milhões de dólares atuais



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do SIPRI (2020). Dados de Comores (todo o período), República Democrática do Congo (1994), Zâmbia (2000 e 2003) e Zimbábue (2009) indisponíveis.

Essa observação corrobora a ascensão angolana a polo em tal período. No entanto, o mais interessante é a constatação de ausência de corrida armamentista entre os dois Estados mais poderosos da região, uma vez que África do Sul não aumentou seu percentual de gasto em defesa da África Austral mesmo frente a uma Angola que se fortaleceu militarmente após o fim da Guerra Civil e o *boom* das *commodities*. Destarte, esses dados empíricos são importantes, pois vão ao encontro das afirmações de Rezende (2015) sobre uma unipolaridade que

constrange acirramentos regionais, viabilizando o aumento dos recursos dos Estados sem encetamento de uma corrida armamentista entre os polos.

Outro ponto que há de se observar é a participação ínfima da República Democrática do Congo, a qual nem mesmo figura ente os seis principais colocados da região nesta variável. Os dados completos elaborados por meio da base de dados do SIPRI podem ser consultados nos apêndices deste trabalho, no entanto, basta dizer que o maior valor conseguido pela RDC foi em 2015, de apenas 5%; muito aquém de Luanda e Pretória, que alcançaram valor sete vezes maior que Kinshasa no mesmo ano. Daí a importância de se tomar os dados do COW com fortes ressalvas, como foi explicado nas páginas anteriores.

4.2.5 Percentual do PIB gasto em defesa

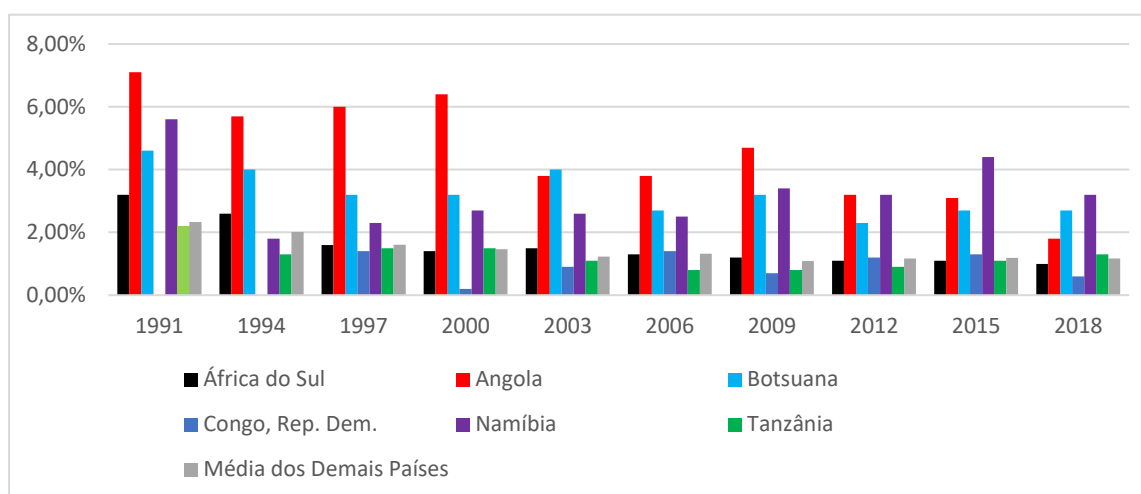
O percentual do PIB gasto em defesa pode ser entendido como uma variável complementar ao exame dos gastos absolutos em defesa, demandando cautela na interpretação dessa variável; uma vez que os gastos em defesa podem não ser usados de maneira tão eficiente (REZENDE, 2015).

Os dados do Gráfico 10, extraídos do SIPRI, permitem uma interpretação interessante quanto à existência de corrida armamentista durante o período em questão. Como pode ser visto, África do Sul apresenta queda expressiva e progressiva de seu percentual. Quanto a Angola, o Estado também apresenta moderação em seus gastos, sendo apenas o ano de 2009 que foge dessa cadência. Os países iniciam os anos 1990 com porcentagens elevadas se comparadas com as dos anos posteriores. Em 1991, Angola ultrapassou a casa dos 7% de seu PIB gasto em de defesa, enquanto África do Sul figurou com um quantitativo de 3,20%.

Esse quadro inverte-se. Em 2018, Luanda passa a destinar apenas 1,8% de seu Produto Interno Bruto para a defesa, e Pretória atinge a casa de mero 1%. Nesse sentido, tal tendência demonstra um quadro de relativa estabilidade na região, sem o acirramento dos dois principais Estados da balança de poder da África Austral por meio de uma corrida armamentista. Isso, inclusive, ocorreu sob um cenário de ascensão de Angola e estabelecimento de uma bipolaridade desequilibrada na região, demonstrando que esse tipo de arranjo de poder não anula as chances de relacionamentos cooperativos em defesa entre os Estados.

É curioso que Botsuana e Namíbia apresentam dados elevados nessa variável. No entanto, apesar da grande parte do PIB destinada à defesa, os valores absolutos de tais Estados são baixos em comparação a Angola e África do Sul para que fosse possível considerar qualquer possibilidade de serem potenciais polos na região.

Gráfico 10 – Percentual do PIB gasto em defesa (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 (em milhões de dólares atuais)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do SIPRI (2020). Dados de Comores (todo o período), República Democrática do Congo (1991, 1994), Zâmbia (2003, 2003) e Zimbábue (2009) indisponíveis.

Nessa seara, também é pertinente constatar que África do Sul manteve durante os anos analisados seu percentual menor do que o dos vizinhos Namíbia e Botsuana, muito embora tenha existido histórico de conflitos entre tais Estados na época do *apartheid*. Tal imobilismo de Pretória frente aos valores elevados de Windhoek e Gaborone podem evidenciar uma ausência de sensação de ameaça entre Estados na região, o que será explorado no capítulo posterior.

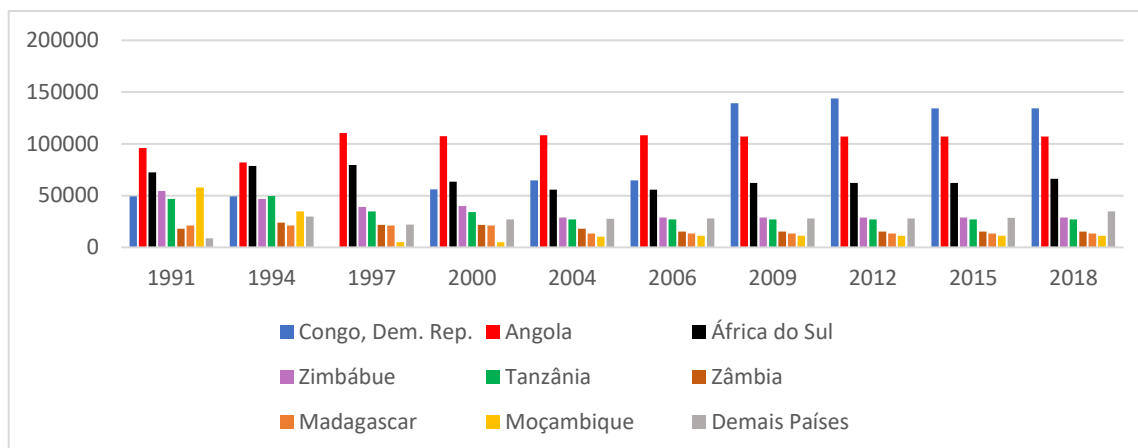
Um último ponto a se observar é que, apesar do PIB consideravelmente menor de Luanda em relação a Pretória, é possível notar uma compensação no poder militar angolano, uma vez que Angola gastou com a pasta de defesa em média três vezes mais do que a África do Sul em relação ao PIB. Nesse sentido, essa constatação corrobora a concepção de Angola como uma candidata a polo da região a partir da virada do século XXI, ainda que mais fraco do que o líder sul-africano.

4.2.6 Total de efetivos nas Forças Armadas

A partir deste momento, dados que avaliam mais especificamente o poder militar dos Estados da região serão analisados. Os quantitativos são provenientes dos anuários do *Military Balance* e referem-se ao aspecto material das Forças Armadas, sem medir questões de eficiência ou qualidade das tropas e seus equipamentos. No entanto, são capazes de dar indícios do poder de pronto-emprego dos Estados (REZENDE, 2015).

Começando pela observação do número total dos efetivos nas Forças Armadas dos países da região, é possível notar, por meio do Gráfico 11, que Angola e África do Sul lideram entre 1991 e 2006, sendo ultrapassados pela RDC a partir do ano 2009.

Gráfico 11 – Total dos efetivos nas Forças Armadas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). 2020). Dados indisponíveis para RDC no ano de 1997.

Tal elevação nos números de Kinshasa deve ser tomada com cautela e possui explicação. Mesmo após o fim da Segunda Guerra do Congo em 2003, alguns grupos guerrilheiros permaneceram em atividades na região nordeste e sudeste do país. Nesse sentido, na tentativa de alcançar a paz no terreno, iniciou-se um processo de transição e reformulação nas Forças Armadas da RDC a partir da integração desses diferentes grupos à instituição militar oficial do país. Destarte, tal crescimento tem muito a ver com esse processo, que, como Judith Verweijen (2017) assinala, foi gradualmente misturando e integrando os combatentes até chegarem em seu estágio final de total junção dos grupos militarizados em 2008.

Nesse sentido, isso faz com que o Estado tenha apresentado notável incremento em seu número de efetivos no ano de 2009 em comparação a 2006. No entanto, ainda segundo Verweijen (2017, p. 65, tradução nossa), esse processo de integração apresenta grandes falhas, uma vez que:

[...] os esforços do governo em lidar com os grupos armados no Leste não apenas tiveram efeitos limitados, mas também estimularam mobilização armada. Eles criaram incentivos estruturais distorcidos e agravaram dinâmicas locais. Esse quadro de insegurança levou a uma demanda por proteção que reforça a posição de grupos

armados, os quais dificultam o funcionamento e aprofundamento dos mecanismos e instituições [...] que poderia oferecer segurança.⁵⁶

Tais explicações mostram que, muito embora a RDC tenha aumentado seu quantitativo militar, as Forças Armadas apresentam problemas graves de coesão, uma vez que incorporam grupos armados de diferentes origens com clivagens étnicas e geográficas, o que constrange a possibilidade de que o quantitativo alcançado pelo país represente um corpo homogêneo, capaz de ser prontamente mobilizado em caso de necessidade.

Com relação à África do Sul e Angola, nota-se que o número de efetivos total de Luanda superou o de Pretória durante todo o período, variando de 104% (1994) a até 194% (2004 a 2006) com base nos dados do IISS, ou seja, satisfazendo facilmente o critério de 50% dos recursos de Schweller (1998). O período de 2004 a 2006 é particularmente interessante, pois o fato de o quantitativo angolano ter se tornado o dobro do sul-africano corrobora o argumento de mudança progressiva de polaridade da África Austral a partir do século XXI.

O poder angolano nesse quesito é tamanho, que os outros Estados que figuram no *ranking*, como Zimbábue, Tanzânia, Zâmbia, Madagascar e Moçambique, possuíram menos que 1/3 de seu efetivo total a partir dos anos 2000. A análise das próximas variáveis tende a confirmar esse quadro de superioridade militar de Luanda.

4.2.7 Total de efetivos nos Exércitos dos países da África Austral

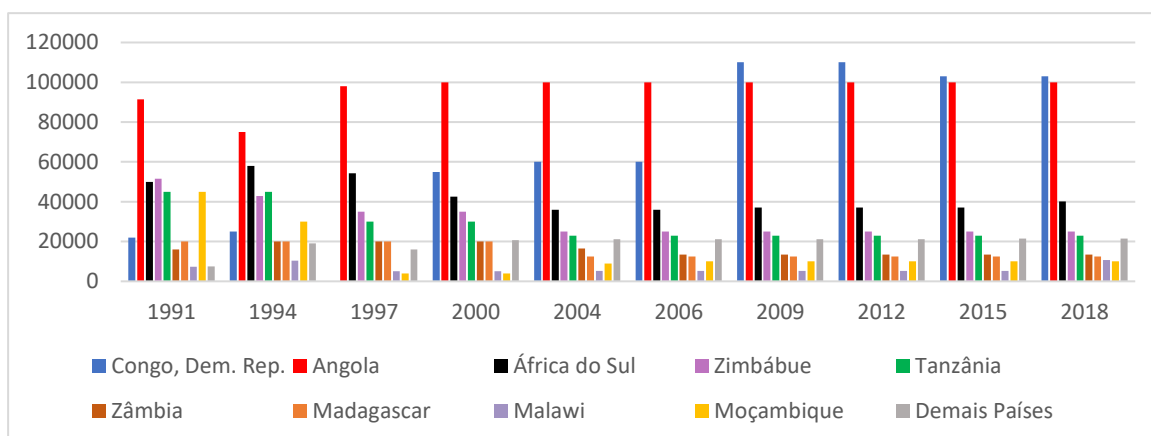
Verificar o quantitativo específico nos exércitos dos Estados da região é peça fundamental na avaliação da polaridade. Como Mearsheimer (2014) já explicitou, o poder terrestre é a espinha dorsal das Forças Armadas, sem o qual é impraticável alcançar a vitória em um conflito. Fraseando o autor (MEARSHEIMER, 2014, p. 83, tradução nossa): “[...] os Estados mais poderosos possuem os mais formidáveis exércitos. Portanto, medir a balança de poder terrestre por si só deve oferecer um indicador sóbrio, apesar de inacabado, do poder relativo de grandes potências rivais”.⁵⁷

⁵⁶ No original: “[...] the efforts of the government to deal with armed groups in the east have not only had limited effects but they also seem to have stimulated armed mobilization. They have created skewed incentive structures and aggravated local conflict dynamics. The ensuing insecurity drives a demand for protection that reinforces the position of armed groups, who then hamper the functioning and further development of the [...] mechanisms and institutions that could provide security”.

⁵⁷ No original: “[...] the most powerful states possess the most formidable armies. Therefore, measuring the balance of land power by itself should provide a rough but sound indicator of the relative might of rival great powers”.

Observando o Gráfico 12, é possível perceber a superioridade de Angola nessa variável durante todo o período, principalmente se os dados da RDC forem relativizados. Como já visto, a integração de diversos grupos armados na região a partir de 2006 não foi bem-sucedida, distorcendo e até mesmo deteriorando a capacidade do poder terrestre de Kinshasa em agir em uníssono.

Gráfico 12 – Total de efetivos nos Exércitos dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)⁵⁸



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Military Balance (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

Também é possível perceber certa manutenção no número de efetivos de Angola, apenas com redução notável em 1994 – de 91500 para 75000 efetivos-, o que, no entanto, logo é revertido em 1997, com uma dotação de 98000 soldados (7500 a mais em comparação a 1991).

A superioridade de Luanda acentua-se a partir dos anos 2000, não por um aumento expressivo em seu exército, mas sim pela redução de cerca de 15000 efetivos no exército da África do Sul, fruto da Reforma do Setor de Segurança do país, responsável pelo enxugamento no número de tropas.

Nesse sentido, tais dados revelam que a principal variável de poder militar esteve a favor de Angola desde o início do pós-Guerra Fria, sendo muito superior aos 50% da principal potência da região. Há de se destacar a tendência ocorrida a partir dos anos 2000, de acentuação dessa disparidade: o que também está de acordo com a inferência de uma transição de unipolaridade em declínio para bipolaridade desequilibrada na África Austral.

⁵⁸ Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Maurícia (1991), Namíbia (1991), República Democrática do Congo (1997), Seychelles (1997); os dados dos períodos disponíveis de Maurícia correspondem à Força Móvel Especial.

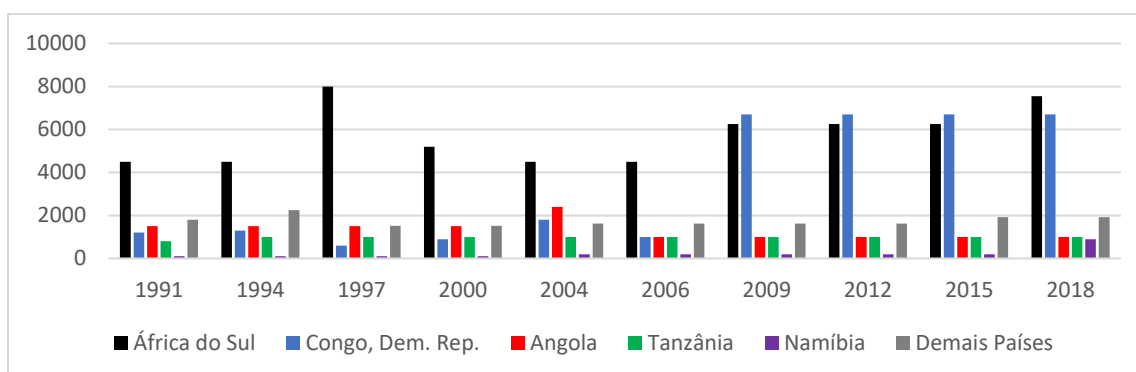
Tanzânia e Zimbábue apresentam valores inferiores ao da África do Sul durante todo o período (em exceção a 1991, quando Harare ultrapassou Pretória em número de efetivos). No entanto, tais Estados possuem mais de 50% dos valores da África do Sul, indicando um valor considerável de acordo com o método de Schweller (1998). Em verdade, acredita-se que seria impreciso caracterizá-los como candidatos a polo, pois, como foi visto na seção 3.2.2, Tanzânia e Zimbábue possuem PIB bem inferior aos dois principais países da região. Ademais, somando a isso, o Zimbábue possui pouca população para ser considerada forte o suficiente para competir com Pretória e Luanda. No final deste capítulo, tal questão será trabalhada. O importante agora é se atentar à evidente predominância de Luanda e Pretória no quantitativo dos exércitos.

4.2.8 Total de efetivos na Marinha

Muito embora uma ação desconectada da Marinha não seja suficiente para a projeção de Poder de um Estado, operações em água têm o seu peso na avaliação da balança de poder. Segundo Mearsheimer (2014), tais forças são capazes em auxiliar o Exército no transporte de tropas e na realização de operações anfíbias, que são os primeiros combates que ocorrem ao desembarcar no terreno. Ademais, o Poder Marítimo pode sufocar o poderio econômico de potências rivais, realizando bloqueios que são importantes ferramentas em guerras. Nesse sentido, é pertinente avaliar o quantitativo dessa variável dos Estados da África Austral.

Diferentemente da superioridade na quantidade de efetivos no Exército, Angola fica bem atrás da África do Sul durante todo o período, conforme Gráfico 13. Em nenhum ano analisado, Luanda foi capaz de possuir pelo menos 50% do quantitativo de Pretória, o que reforça a ideia de uma balança de poder favorável à África do Sul. Se se olhar com atenção, é possível perceber, inclusive, que a quantidade sul-africana, em 2018, foi cerca 68% maior do que aquela registrada no ano de 1991 (4500 vs 7550) e, em contraste, Angola diminuiu em 50% seu efetivo na Marinha (1500 vs 1000) no mesmo período. Demonstrando uma acentuação na disparidade entre os dois Estados mais poderosos da região.

Gráfico 13 – Total de efetivos na Marinha dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)⁵⁹



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

Outro ponto que se observa, além dos altos valores de Pretória que lhe garantem o domínio do poder marítimo na África Austral, é o quantitativo de Kinshasa a partir do ano de 2009. Como já foi falado, esse forte aumento tem a ver com os planos de desarmamento, desmobilização e reintegração na RDC, o qual não foi bem-sucedido. De acordo com relatório do Centro Africano para Resolução Construtiva de Disputas, apesar do objetivo do DDR de fusão dos diversos grupos armados no território, “Milhares de antigos combatentes continuam mantendo cadeias rebeldes de comando, recusando-se em serem empregados em províncias alheias ao local onde operavam durante o conflito” (ACCORD, 2016, n.p., tradução nossa).⁶⁰

Desse modo, reforça-se o fato de que é possível relativizar o quantitativo da República Democrática do Congo, uma vez que os números absolutos distorcem a real capacidade de uma ação coesiva ao Estado, uma vez que grupos armados integrados às Forças Armadas de Kinshasa demonstram maior lealdade a suas preferências políticas e origens étnicas do que ao próprio Estado.

4.2.9 Total de efetivos na Aeronáutica

Assim como o poder marítimo, o poder aéreo apresenta limites se utilizado de maneira isolada em um conflito. Segundo Mearsheimer (2014, p. 97, tradução nossa), a força aérea tem caráter complementar à força terrestre, sendo utilizada para suporte tático, interdição de força

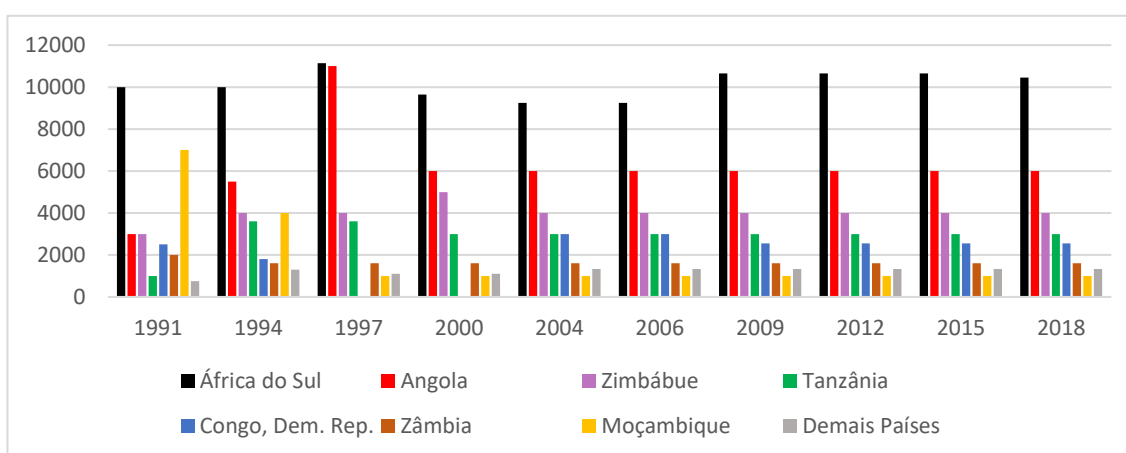
⁵⁹ Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Maurícia (1991). Botsuana, Lesoto, Zâmbia e Zimbábue são Estados encravados e, assim, não possuem Marinha; os dados de Maurícia (todo o período) Namíbia (1991, 1994, 1997, 2000 e 2004) e Seychelles (todo o período) referem-se à Guarda Costeira; os dados de Malawi de todo o período referem-se ao efetivo do braço marinho do Exército; os dados de Seychelles de todo o período referem-se ao braço marinho da Força de Defesa do Povo de Seychelles.

⁶⁰ No original: “Thousands of former combatants continued to keep their armed rebel chains of command by refusing to be deployed to other provinces other than where they were operating during the conflict”.

inimiga, campanhas de bombardeamento, transporte de tropas e suplementos; ou seja, “Essas missões [...] simplesmente aumentam o poder de um Exército”.⁶¹

Observando o Gráfico 14, fica evidente a liderança de África do Sul, seguida por Angola durante todo o período. Convém assinalar também que, em exceção ao ano de 1991, Luanda ultrapassa a casa dos 50% de recursos da África do Sul, indicando que a Angola tem recursos suficientes para ser considerado um candidato a polo na região nesse quesito.

Gráfico 14 – Total de efetivos na Aeronáutica dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)⁶²



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Military Balance (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

O ano de 1997 é uma idiossincrasia, pois é o único período em que Luanda quase se equipara à Pretória, com apenas 140 efetivos a menos. Outro ponto é que os anos posteriores não apresentam alteração no quantitativo angolano (6000 durante o período de 2000 a 2018), enquanto África do Sul oscila entre 9640 a 10653 efetivos; demonstrando, assim, um certo padrão na região no número de efetivos da Aeronáutica.

Zimbábue, Tanzânia e República Democrática do Congo vêm logo atrás de Angola, mas possuem menos de 50% do quantitativo sul-africano, ou seja, seus efetivos na Aeronáutica não são desprezíveis, mas, ainda assim, insuficientes para serem caracterizados candidatos a polo nesse quesito.

⁶¹ No original: “These missions, of course, simply augment an army’s power”.

⁶² Maurícia não possui braço aéreo em suas FAs; dados indisponíveis para Botsuana (1991), Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Lesoto (1991, 1994, 1997, 2000), Maurícia (1991), Namíbia (todo o período), República Democrática do Congo (1997, 2000); os dados de Lesoto (2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018) referem-se ao efetivo do braço aéreo do Exército; os dados de Malawi de todo o período referem-se ao braço marinho do Exército; os dados de Seychelles de todo o período referem-se ao braço aéreo da Força de Defesa do Povo de Seychelles.

4.2.10 Veículos blindados

A partir desta seção, o quantitativo de veículos e artilharia dos Estados serão analisados. Apesar de uma análise exclusiva dos dados brutos poderem distorcer o real poder dos Estados; uma vez que não leva em conta a conservação, o grau tecnológico e o modo de uso desses recursos operacionais, julga-se pertinente trazer essas variáveis.

É que elas demonstram “não apenas o que os países estudados têm disponível em termos de quantidade de efetivos, mas também os meios operacionais disponíveis para o emprego da força” (REZENDE, 2015, p. 183), o que impacta diretamente na capacidade de projeção de poder de um Estado.

Convém assinalar que a coleta dos dados abaixo foi trabalhosa, pois as edições de 1991, 1994 e 1997 do *Military Balance* apresentam diferenças metodológicas na contagem e separação dos meios operacionais quando comparada com as edições posteriores. Além disso, os quantitativos são muitas vezes apresentados como dados aproximados, representando mera estimativa da realidade.

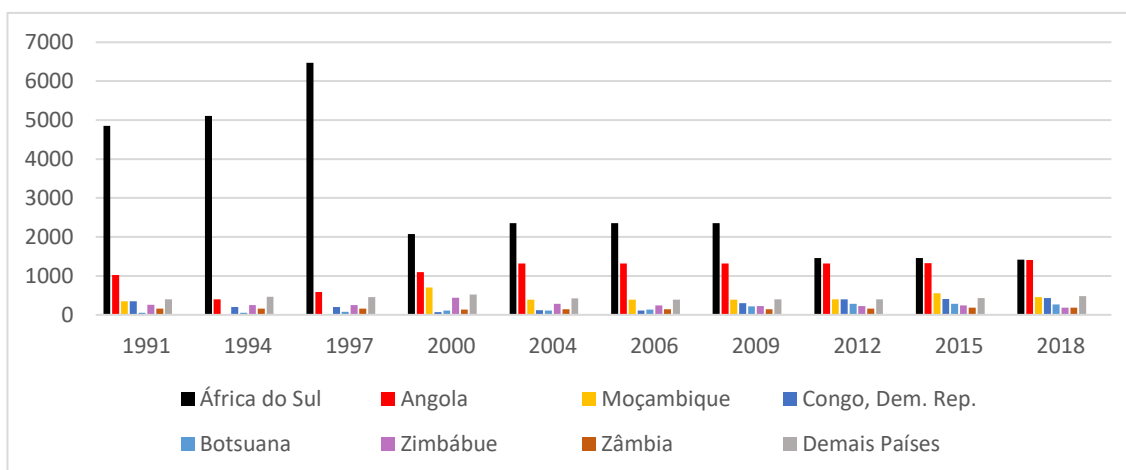
Começando pela soma de veículos blindados, em contraste com a coleta de Rezende (2015), os dados aqui apresentados não levam apenas em conta a quantidade de tanques leves e pesados dos Estados da região, mas todos os veículos blindados, como por exemplo, veículos de reconhecimento, combate de infantaria e transporte. A soma foi realizada manualmente para cada Estado em cada ano de referência, nesse sentido, por ser um quantitativo bruto, necessita-se de parcimônia em sua análise, devendo ser realizada em conjunto com as outras variáveis aqui representadas.

Ao se observar o gráfico 15, percebe-se uma grande clivagem na quantidade de veículos blindados sul-africanos entre os anos 1990 e os anos 2000 e 2010. Em relação ao primeiro período, a África do Sul supera facilmente todos os outros Estados da região, chegando a possuir um valor quase 11 vezes maior (6473 x 590) do que o Estado angolano, segunda colocado, em 1997. Nesse sentido, a posição de unipolo de Pretória nos anos 1990 fica evidente nessa variável.

Tal quadro extremamente vantajoso irá alterar-se a partir dos anos 2000, não por um encetamento de corrida armamentista dos outros Estados na tentativa de compensar a disparidade com a África do Sul, mas sim pela redução maciça e progressiva de Pretória na quantidade de veículos blindados. Isto é, nos anos 2000, o país reduz o quantitativo para 2079, representando uma diferença 4.394 veículos com o ano de 1997, isso já faz com que, desde os

anos 2000, Luanda alcance os 50% do valor de Pretória. Somado a isso, em 2012, acontece novamente uma redução brusca de 893 veículos, fazendo Angola ter seu quantitativo equiparado ao da África do Sul (1410 x 1418), o que corrobora a ideia de Angola como candidato a segundo polo na região com a chegada do século XXI.

Gráfico 15 – Soma dos veículos blindados dos Exércitos dos países da África Austral (2009, 2012, 2015 e 2018)



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Military Balance (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). O quantitativo representa uma aproximação da realidade, pois os números apresentados pelo IISS são imprecisos; dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Moçambique (1994 e 1997), Namíbia (1991, 1994 e 1997) e Seychelles (1997).

Em relação aos demais Estados que aparecem no Gráfico 15, os seus quantitativos são bem inferiores ao da África do Sul e Angola, isto é, deixando em evidência a sua fragilidade no poder terrestre e na possibilidade de serem polos regionais. Em especial, evoca-se o caso da DRC, que, apesar de aumentar o número de efetivos no Exército a partir de 2006, chegou ao fim do período com apenas 30% da soma dos veículos blindados em comparação aos dados de Angola e África do Sul.

4.2.11 Navios de combate

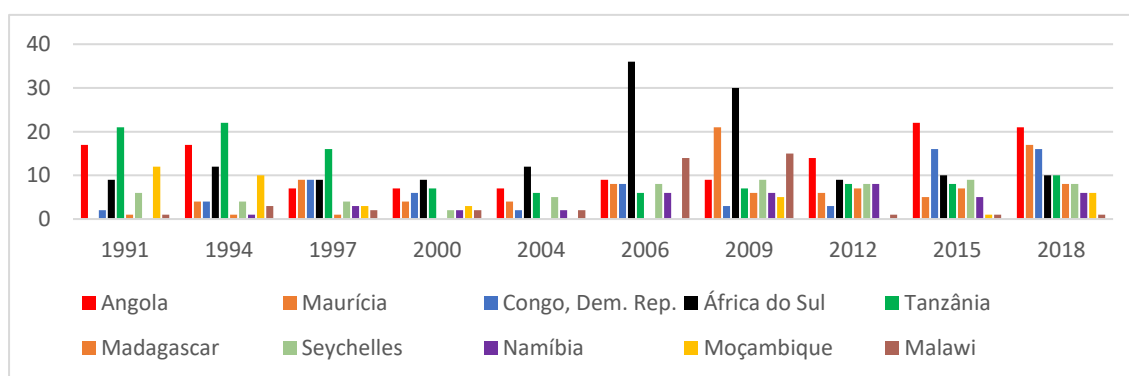
Direcionar o olhar para o número de navios nos Estados da África Austral é útil ao dar noção dos meios operacionais disponíveis para a projeção do poder marítimo da Marinha. A coleta dos quantitativos levou em conta apenas navios utilizados para combate, dispensando a contagem de navios anfíbios, de logística e transporte e de destruição de minas.

Convém assinalar que esses dados brutos coletados e dispostos no (Gráfico 16) podem levar a erro de compreensão se analisados de maneira isolada. É que tais somas evidenciam um quantitativo relevante de navios em países arquipélagos, como Seychelles, Madagascar e

Maurícia. Nesse sentido, é natural que estes possuam uma dotação relevante de navios de combate, uma vez que grande parte de seus territórios são constituídos por água. No entanto, tais Estado não podem ser considerados polos por não possuírem valores relevantes em outras variáveis de mensuração de poder, como PIB e população.

Outro ponto a ser assinalado é que, em exceção aos anos de 2006 e 2009, a África do Sul não aparece em primeira colocação, dando uma falsa impressão de que o Estado não tem vantagens em tais meios operacionais da Marinha.

Gráfico 16 – Total de navios de combate das Marinhas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015, 2018)⁶³



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

No entanto, se se observar cuidadosamente a real situação sul-africana apresentada pelas edições do *Military Balance*, pode-se perceber a superioridade de Pretória nessa variável. Segundo os dados coletados, ao contrário de todos os outros Estados da região, a África do Sul é a única a possuir submarinos e navios específicos de combate em superfície, como fragatas e corvetas. Nesse sentido, os demais países da África Austral apenas possuem navios costeiros de combate e patrulha, demandando, assim, a relativização dos dados apresentados no Gráfico 16.

Logo atrás da liderança da África do Sul, pode-se colocar Angola, pois, como os dados mostram, o Estado figurou, durante todo o período, entre os países com maior número de navios de combate na Marinha, apesar de conquistar o primeiro lugar apenas em 2012.

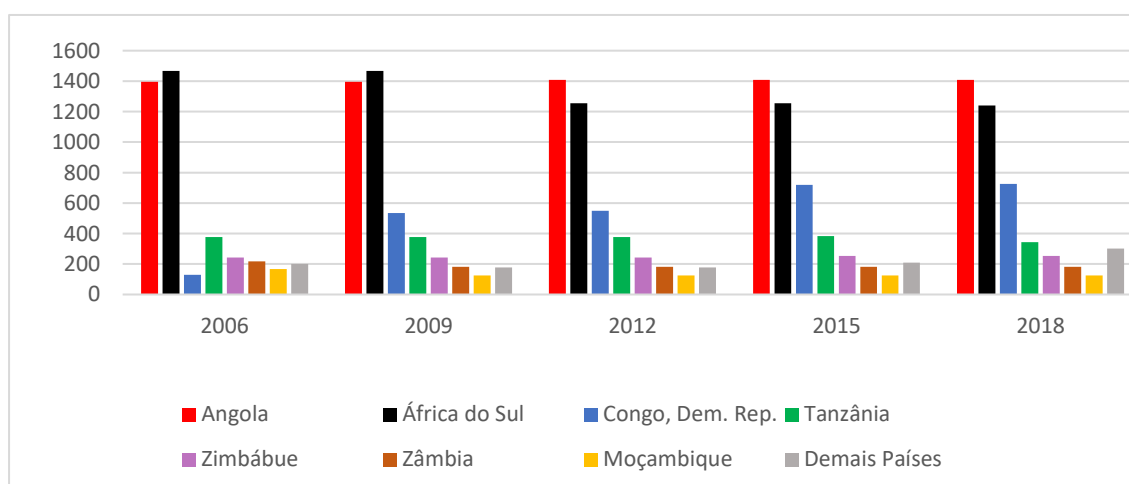
⁶³ Botsuana, Lesoto, Zâmbia e Zimbábue são Estados encravados e, assim, não possuem Marinha. Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Maurícia (1991) e Moçambique (2012). África do Sul é o único Estado que possui fragatas e corvetas, as quais foram somadas aos demais navios alcunhados de “*Patrol and Coastal Combatants*”. Além disso, o Estado possui vantagens ao ser o único detentor de submarinos na região (3 até 2015 e 4 em 2018). Desse modo, tais especificidades devem ser consideradas na interpretação da tabela.

Não obstante, a vantagem angolana nesse quantitativo não é tão aguda. Como se vê, Tanzânia foi líder nos anos 1990, e RDC ultrapassa os 50% dos valores da África do Sul (líder da região) nos anos de 1997, 2000, 2015 e 2018. Destarte, conclui-se que o número de navios de combate, apesar de ratificarem a importância angolana e sul-africana na balança de poder da região, não demonstra grande clivagem em comparação aos outros Estados; indicando que a comparação com outros indicadores de poder é essencial no aferimento da polaridade da África Austral.

4.2.12 Peças de artilharia

Nesta variável, os anos anteriores a 2006 não foram contabilizados, como pode ser visto no Gráfico 17. Tal ausência é consequência das dificuldades enfrentadas para o correto aferimento dos quantitativos nos períodos omitidos abaixo, uma vez que as edições consultadas até 2004 possuem divergências no modo de apresentação dos dados e, além disso, não informam explicitamente a quantidade total de artilharia. Nesse sentido, julgou-se prudente apresentar apenas a somatória já consolidada pelos anuários do *Military Balance*, as quais estão disponíveis apenas nas publicações mais recentes.

Gráfico 17 – Soma de peças de artilharia dos países da África Austral (2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)⁶⁴



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

Analisando as quantidades de peças de artilharia dos Estados da África Austral, vê-se convergência ao argumento de uma bipolaridade na África Austral a partir dos anos 2000,

⁶⁴ Decidiu-se contabilizar apenas os dados de 2005 em diante, pois as edições anteriores apresentam diferenças metodológicas, não trazendo precisamente a quantidade total de artilharia; dados indisponíveis para Comoros e Essuatíni (todo o período).

representada por Pretória e Luanda. Entre os anos de 2006 e 2009, a quase paridade entre os Estados pende para o lado sul-africano; por outro lado, a partir de 2012, Angola passa a ter estreita vantagem sobre a África do Sul.

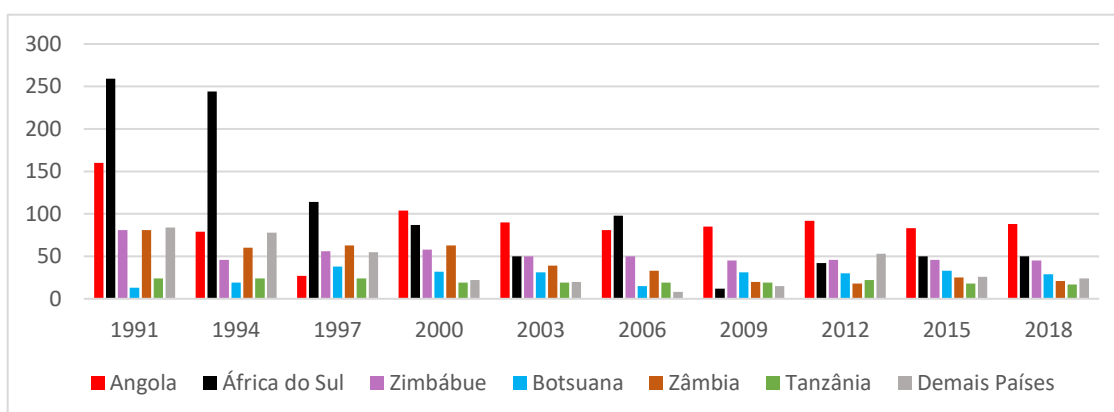
O mais interessante é que esse movimento de inversão da liderança ocorre não pelo aumento no número de recursos de Angola, mas sim pela diminuição da quantidade de artilharia sul-africana. Nesse sentido, Luanda teve uma variação de apenas 12 em seu número de artilharia, enquanto Pretória diminuiu de 1.467 em 2006 para 1.240 em 2018, uma diferença de 227 peças de artilharia. Isso é mais um fator que mostra o erguimento angolano progressivo na balança de poder regional sem implicar em corrida armamentista, o que vai ao encontro das expectativas de Rezende (2015) de uma unipolaridade global que sufoca acirramentos regionais.

Outro ponto de análise é que, como está explicitado no Gráfico 17, esses Estados possuem distância considerável em quantidade de artilharia em relação aos demais países da região, ratificando o argumento da existência de uma bipolaridade, e não uma multipolaridade. É verdade que a RDC conseguiu atingir mais de 50% dos recursos sul-africanos nesta variável a partir de 2015 (1.408 x 1.255), o que poderia sugerir a presença de um terceiro polo a partir desta data. Contudo, como já foi descrito neste capítulo, os valores expressivos da República Democrática do Congo devem ser encarados com parcimônia por causa das dinâmicas de segurança doméstica que melindram a real capacidade de uso do poder do Estado.

4.2.13 Aviões de combate

Por último, cabe analisar a soma de aviões que as Forças Aéreas dos países da África Austral possuem. Por meio do Gráfico 18, também é possível notar a decadência da África do Sul como condição de unipolo.

Gráfico 18 – Soma de aviões de combate da Força Aérea dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)⁶⁵



Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018).

Em 1991 e 1994, Pretória tinha 259 e 244 aviões de combate respectivamente, enquanto os outros Estados da África Austral não chegavam sequer no total de 100 aviões, com exceção de Angola, em 1991, com um valor de 160.

Esse quadro de preponderância, assim como foi visto em grande parte das variáveis analisadas até aqui, inverteu-se a favor de um processo que desembocaria em uma bipolaridade na região, concorrida por Angola. Novamente, a ascensão de Luanda nessa variável não ocorreu por causa de um aumento em seus quantitativos. Em verdade, o país, em exceção a 1991 e 2000, manteve o número de aviões de combate abaixo de 100. Nesse sentido, o que realmente aconteceu foi a redução significativa dos valores dotados pela África do Sul, a qual cortou em mais de 50% o número de aviões de combate a partir dos anos 2000, chegando a possuir apenas 12 aeronaves desse tipo em 2009, de acordo com os dados do *Military Balance*.

Tal queda, além de representar a liderança de Luanda nessa variável de poder, coloca os valores da África do Sul relativamente próximos aos valores possuídos por Estados pouco importantes na balança de poder da região, como Botsuana e Zimbábue, o que dá indícios da adequação em se pensar a África Austral do século XXI não mais exclusivamente comandada, em termos de poder, pelo Estado sul-africano.

⁶⁵ Dados indisponíveis para Comoros e Essuatíni (todo o período), Namíbia (199 e 1994), República Democrática do Congo (1997) e Moçambique (2006).

4.3 As polaridades da África Austral: parecer final

Com base nas análises realizadas até aqui, podem-se extrair conclusões importantes sobre a polaridade da África Austral no pós-Guerra Fria. Em primeiro lugar, é possível notar que os anos 1990 foram marcados pela grande preponderância da África do Sul. O Estado liderou confortavelmente em termos de PIB, pontuação no COW, gastos em defesa, número de efetivos na marinha e na aeronáutica, soma de veículos blindados, aviões de combate, além de ser o único a possuir submarinos e navios de combate em superfície. Além disso, mesmo em variáveis em que a liderança sul-africana não é tão evidente, como população e número de efetivos no Exército, o país apareceu bem posicionado, ficando sempre entre os três primeiros colocados da África Austral.

A partir dos anos 2000, nota-se um processo de inflexão da balança de poder regional, consubstanciada pela ascensão angolana e declínio sul-africano, que se torna óbvio na segunda década do século XXI. Nesse sentido, pressões sistêmicas de mudança na polaridade atuaram na região, onde a unipolaridade foi progressivamente cedendo lugar à bipolaridade desequilibrada.

Ao contrário do século passado, a África do Sul passou a ter Angola como concorrente relevante na região. Mesmo com população e PIB inferiores, o Estado angolano apresentou crescimento importante nessas variáveis durante os anos em questão. Ademais, por causa da redução dos recursos de poder sul-africano, Angola, que sempre apresentou maior número de efetivo nos Exércitos, também conseguiu chegar ao fim do período com número superior de aviões de combate, peças de artilharia, além de ultrapassar o limiar de 50% de recursos da África do Sul em termos de veículos blindados, total de efetivos na aeronáutica e gastos em defesa.

Isso não quer dizer que a África do Sul tenha deixado de ser o principal polo da região, mas sim que a África Austral apresenta uma bipolaridade desequilibrada a partir do início do século XXI. Em resumo, pode-se dizer que esse novo quadro da balança de poder foi motivado pelo crescimento econômico e militar angolano, conjugado pelo enxugamento do poder militar sul-africano após o período do *apartheid*. Esse fenômeno é interessante aos olhos da Teoria Realista Ofensiva, pois, ao contrário dos pressupostos de Mearsheimer (2010), vê-se a existência de uma bipolaridade desequilibrada não conflitiva, isto é, sem acirramentos e corridas armamentistas na região.

Apesar do protagonismo de Angola e África do Sul, há também de se falar da República Democrática do Congo. Por meio do desempenho de tal Estado nas variáveis observadas, é possível afirmar que esse Estado tem condições de se tornar polo futuramente.

Como se viu, a RDC possui grande população e, a partir de 2009, alcançou um número de efetivos militares relevante para a região. No entanto, o Estado sofre com problemas securitários internos e possui PIB muito baixo comparado à África do Sul e Angola, o que o impede de ser classificado como polo atualmente. Caso Kinshasa obtenha o monopólio do uso da força de fato em seu território e incremente sua riqueza, a África Austral poderá, futuramente, ser regida pela multipolaridade desequilibrada. Não obstante, isso é uma mera expectativa até o presente momento.

Também é mister afirmar que há indícios de ausência de corrida armamentista na África Austral durante o período da unipolaridade estadunidense, mesmo diante de uma mudança da polaridade da região a partir dos anos 2000; o que vai ao encontro da teoria de Rezende (2015), a qual leva em conta os fortes constrangimentos impostos pelo unipolo estadunidense a Estados revisionistas alhures.

Com relação ao impacto do arranjo da balança de poder da região, resta saber se a mudança de unipolaridade para bipolaridade desequilibrada influenciou negativamente nas prospecções de cooperação em defesa entre os Estados, o que será realizado no próximo capítulo, o qual aborda diretamente a cooperação em defesa da África Austral no pós-Guerra Fria.

Nele, as demais variáveis independentes apontadas pela Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa também serão verificadas, objetivando, assim, a conclusão do teste empírico dos pressupostos de Rezende (2015) sobre o concerto defensivo da África Austral.

5 A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA ÁFRICA AUSTRAL NO PÓS-GUERRA FRIA

Neste último capítulo, a cooperação em defesa da África Austral é finalmente examinada, o que dará base para que as variáveis da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa sejam avaliadas na conclusão deste trabalho. Nesse sentido, uma vez discutida a polaridade da África Austral no pós-Guerra Fria no terceiro capítulo, torna-se possível explorar as dinâmicas do concerto defensivo da região e identificar se os pressupostos de Rezende (2015) possuem boa capacidade explicativa sobre o objeto de pesquisa deste trabalho.

Como se viu, a África Austral apresentou uma configuração unipolar incontestável na sua balança de poder desde o fim do confronto bipolar entre EUA e URSS até meados da década de 2000. Com o fim da guerra civil em Angola e a redução significativa de recursos militares de Pretória, Luanda passou a apresentar-se como candidata a polo, concretizando-se como tal no fim da década de 2010. Isso demonstra que, assim como na América do Sul, a África Austral passou por pressões sistêmicas em sua balança de poder, simbolizadas pelo período de transição entre a unipolaridade e bipolaridade desequilibrada. Essa situação é interessante, pois as condições existentes no trabalho de Rezende (2015) se aproximam daquelas presentes neste estudo, trazendo base sólida para verificação dos pressupostos da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa.

Para este empreendimento, mencionam-se constantemente as observações de Rezende (2015) sobre a América do Sul a fim de traçar inferências e dar base comparativa ao caso da África Austral ao longo do capítulo. Primeiramente, analisam-se os alinhamentos bilaterais em defesa da região a partir dos acordos realizados entre a África do Sul – principal polo – e os demais Estados. Em segundo lugar, explora-se o concerto defensivo da região anterior ao pós-Guerra Fria e, por último, as novas vias da cooperação multilateral em defesa gestadas na SADC e no OPDS após o fim da bipolaridade global e o protagonismo sul-africano em tais âmbitos multilaterais. Após cumpridas todas essas fases, será possível realizar parecer final do poder explicativo da teoria que está sendo colocada à prova.

5.1 Relacionamentos bilaterais em defesa na África Austral

Assim como fez Rezende (2015) na América do Sul, a análise dos relacionamentos bilaterais em defesa na África Austral é dada por meio do escrutínio dos acordos realizados entre o principal polo e demais Estados. Como o autor argumenta, tal tipo de análise é

pertinente, pois esses tipos de relacionamentos são capazes de afetar a região de maneira generalizada (REZENDE, 2015). Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os acordos bilaterais em defesa entre Pretória e os demais Estados da África Austral com base nos dados disponibilizados pelo Grupo Parlamentar de Monitoramento da África do Sul (GPM) e Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DIRC). Foram selecionados os acordos que não somente envolvem as Forças Armadas, mas também suas forças constabulares.

Quadro 4 – Acordos bilaterais da África do Sul em defesa e assuntos militares com os demais países da África Austral⁶⁶

ACORDO/ PAÍS	Angola	Botswana	Lesoto	Malawi	Maurícia	Moçambique	Namíbia	Rep. Dem. do Congo	Essuatíni	Zâmbia	Zimbábue
Acordo sobre questões relacionadas a Defesa e Aviação Civil em Walvis Bay							1994				
Acordo de assistência militar às Forças Armadas do Reino do Lesoto			1998								
Acordo de assistência militar às Forças Armadas do Reino do Lesoto para o estabelecimento de capacidade sustentável de treinamento			2000								
Acordo de Controle Fronteiriço Conjunto						2007					
Acordo de Cooperação e Assistência Mútua de Combate ao Crime						1995		1995			
Acordo de Cooperação em Defesa						2000	1997	2004		2002 e 2015	1996
Acordo de Cooperação sobre Pesca e integração da Marinha e da administração costeira						2008					
Acordo de Coordenação em Serviços de Busca e Resgate		2005	2003		2010		2000				2010
Acordo em Defesa e Segurança							1997				
Acordo para o Estabelecimento de Comissão em Defesa e Segurança		2000				2007					2005
Acordo sobre cooperação no policiamento de Walvis Bay							1994				
Anexos ao Acordo de Controle Fronteiriço Conjunto						2013					
Declaração de Intenção Conjunta sobre apoio e assistência na reforma das Forças Armadas da RDC								2007			
Memorando de Entendimento em Assistência para a Integração das Forças Armadas na RDC								2004			
Memorando de Entendimento sobre Conduta de Patrulha Marítima Conjunta dentro do Território de Moçambique						2011					
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Construção de Capacidade da Polícia Nacional Congoleza								2005			
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na gerência de incêndios e outras questões florestais			2007						2011		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa			2000	2008							
Memorando de Entendimento sobre Treinamento em Defesa, Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica											2010
Memorando de Entendimento em relação ao destacamento da Força Aérea do Zimbábue ao Departamento de Defesa da África do Sul											2005
Protocolo em Cooperação em Defesa	2005										
Protocolo para instalação de Posto de Controle Fronteiriço Único entre Lebombo e Ressano Garcia						1998					
Troca de Notas Diplomáticas sobre o Emprego da SANDF para Assistência Humanitária ao Governo Moçambicano durante enchente generalizada						2000					

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Grupo Parlamentar de Monitoramento e do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (2021).

O primeiro elemento digno de nota é que, desde o fim do regime do *apartheid*, a África do Sul manteve o hábito de celebrar acordos em defesa com outros Estados na região, independentemente da mudança de presidentes da república. Ao contrário do que ocorreu na América do Sul (2015), com o desengajamento do Brasil nessa seara a partir do governo Dilma,

⁶⁶ Em verde, acordos que entraram em vigor. Dados disponíveis em: https://pmg.org.za/files/201014Bilateral_agreements2020.rtf; <http://www.dirco.gov.za/foreign/bilateral0927.rtf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

a África do Sul foi patrocinadora duradoura de um concerto defensivo na África Austral, como pode ser visualizado no Quadro 5.

Quadro 5 – Número de acordos bilaterais e regionais em defesa de Brasil e África do Sul divididos por presidência

	BRASIL	ÁFRICA DO SUL	
ANTERIOR A LULA	9	9	MANDELA
LULA	15	21	MBEKI/MOTLANTHE
ROUSSEFF	0	7	ZUMA

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos de Rezende (2015) e GPM (2021).

Nesse sentido, entre 1994 e 2018, foram contabilizados 37 acordos bilaterais que versavam sobre cooperação entre Forças Armadas/forças constabulares, 30 dos quais entraram em vigor.

Na década de 1990, período marcado pela unipolaridade inequívoca na região, a cooperação bilateral em defesa da África do Sul majoritariamente se deu com Estados em que o país já possuía fortes vínculos históricos e geográficos. É o caso da Namíbia, Estado que pertencia ao território sul-africano até 1990. Quatro anos após sua independência, Vinduke firmou acordos com Pretória sobre a gestão de assuntos de defesa e de policiamento na cidade portuária de Walvis Bay, a qual, apesar de estar localizada em território namíbio, apenas foi cedida pela África do Sul em 1994. Já em 1997, África do Sul e Namíbia expandem a cooperação bilateral em defesa ao celebrar dois novos acordos: o de (i) Defesa e Segurança e o de (ii) Cooperação em Defesa. Citam-se também Suazilândia – atual Essuatíni – e Lesoto, Estados encravados em território sul-africano com os quais Pretória firmou acordo de cooperação de combate ao crime (1995) e de assistência às Forças Armadas (1998) respectivamente (GPM; DIRC, 2021).

Ainda nos anos 1990, houve realização de acordos com Zimbábue e Moçambique. Enquanto este firmou o Acordo de Cooperação e Assistência Mútua de Combate ao Crime, aquele realizou o Acordo de Cooperação em Defesa, muito embora não tenha entrado em vigor, segundo dados do GPM e DIRC (2021).

O interessante é que, com a chegada dos anos 2000, década na qual a unipolaridade de Pretória começa a ser progressivamente tensionada, há diversificação na parceria entre a África do Sul e os demais Estados da África Austral. Como se pode notar no Quadro 4, Angola, Botsuana, Malawi, Maurícia, República Democrática do Congo e Zâmbia concluem parceria com o Estado sul-africano em matéria de defesa. A alcunha de tais acordos é variada: pactos,

memorando de entendimento, troca de cartas diplomáticas, assinatura de protocolos e declaração de intenção; o mesmo pode ser dito de seus conteúdos, os quais versam desde questões de controle fronteiriço e operações de busca e resgate até questões de patrulhamento conjunto, cooperação técnica e treinamento de Forças Armadas.

Esse aprimoramento do esforço sul-africano em celebrar acordos em um período de pressões sobre sua unipolaridade regional vai além das tratativas bilaterais sobre defesa. É que a assinatura de acordos instituidores de Comissões Binacionais, que ganharam força na década de 2010, também são importantes instrumentos no estabelecimento de um concerto defensivo. Eles, apesar de não versarem especificamente em matéria de defesa, permitem o diálogo e articulação sobre tal questão entre o Estado sul-africano e os demais países da SADC. De acordo com os dados do GPM e DIRC (2021), a África do Sul celebrou essas parcerias com Tanzânia (2011), Moçambique (2011), Botsuana (2012), Namíbia (2012), Zimbábue (2015), Angola (2017) e Zâmbia (2018). A importância desses fóruns é de promover contato periódico entre as partes e fazer avançar acordos e memorandos de entendimento celebrados entre os países. A instituição de Comissão Binacional entre África do Sul e Botsuana ilustra como esse tipo de acordo é importante para defesa, pois foi devido à sua celebração que as discussões sobre defesa e segurança ganharam robustez. Nesse sentido, de acordo com comunicado proferido pelo Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (2012), essa Comissão Binacional foi responsável por elevar a Comissão Permanente em Defesa e Segurança (JPCDS) de nível ministerial para nível de chefe de Estado entre tais países.

O discurso de abertura proferido pela Ministra Nkoana-Mashabane na segunda sessão da Comissão Binacional de África do Sul e Moçambique também exemplifica tal fato:

Nossas interações e consultas anuais dentro do quadro da Comissão Binacional promovem a **implementação de acordos que foram assinados entre os dois países**. Nós desejamos expandir nossa cooperação para o bem de nosso povo. Nós devemos continuar a nos engajarmos mais efetivamente no campo da [...] defesa e segurança [...] para elevar a nossa relação bilateral. [...] Nós devemos nos certificar de que as boas intenções e objetivos que são colocados sejam implementados e que resultados concretos sejam obtidos. (NKOANA-MASHABANE, 2017, grifo nosso, tradução nossa).⁶⁷

⁶⁷ No original: “Our annual interactions and consultations within the framework of the BNC boost the implementation of agreements that have been signed by the two countries. We want to expand our cooperation for the good of our people. We should continue to engage more effectively in the fields of [...] defence and security [...] so as to elevate our bilateral relations. [...] We must ensure that the good intentions and objectives we set are implemented and that concrete results are obtained”.

Desse modo, as Comissões Binacionais são importantes figuras no quadro da cooperação em defesa na região, ainda mais se se notar que tais comissões foram instituídas justamente com Estados entre os quais a África do Sul possui acordos celebrados que ainda não entraram em vigor, como é o caso dos acordos e protocolo de cooperação em defesa firmados com Zimbábue, Moçambique e Angola em 1996, 2000 e 2005 respectivamente.

Outro tipo de parceria que não aparece no Quadro 4, mas merece ser listada, é o Memorando de Entendimento Tripartite para Diálogo e Cooperação entre Angola, África do Sul e República Democrática do Congo, o qual é responsável por facilitar encontros ministeriais entre os Estados com objetivo de discutir questões relacionadas à segurança e estabilidade na região, além de buscar promover, entre outras temáticas, cooperação em defesa (ANGOP, 2016).

Como se vê, a região da África Austral apresentou uma situação diferente da América do Sul durante o período da unipolaridade global. Enquanto a África do Sul permaneceu patrocinando a cooperação bilateral em defesa ao longo dos anos pós-Guerra Fria ao assinar novos acordos e implementar comissões com o objetivo de fazer vigorar aqueles que ainda não foram implementados; no caso do Brasil:

[...] a prioridade dada à cooperação em defesa sul-americana pelo governo Lula não foi continuada no governo Rousseff, tanto pela não entrada em vigor dos acordos previamente assinados quanto pelo fato de não ter sido celebrado mais nenhum acordo com os países da América do Sul. (REZENDE, 2015, p.211).

Além disso, observa-se que a cooperação em defesa na região avançou mais nos anos de transição da unipolaridade para bipolaridade desequilibrada do que durante o período de liderança inequívoca da África do Sul na balança de poder. Isso é curioso por duas razões: (i) de acordo com os pressupostos de Rezende (2015), a unipolaridade favorece mais a cooperação em defesa do que outros arranjos da balança de poder, e, nesse sentido, faz-se necessário questionar o porquê de a África Austral não ter se comportado de acordo com as expectativas da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, o que será explorado mais adiante neste capítulo. Por outro lado, notam-se as primeiras evidências de que, embora diante de um período ambíguo – unipolaridade ou bipolaridade desequilibrada –, (ii) a cooperação em defesa na África Austral se expandiu em virtude de a África do Sul ter agido de acordo com as pressões sistêmicas da unipolaridade, isto é, o país deu a devida prioridade política aos assuntos de defesa e buscou aproximar os Estados da região com a celebração de uma miríade de acordos, ao contrário do que aconteceu com o Brasil no governo Rousseff, o qual se comportou de acordo com as pressões sistêmicas da multipolaridade desequilibrada ao eximir-se de patrocinar um

concerto defensivo, levando-o a sua diminuição na América do Sul (REZENDE, 2015). Os argumentos delineados acima serão reforçados na próxima seção, na qual se analisa o concerto defensivo na África Austral durante e após a Guerra Fria.

5.2 Os alinhamentos prévios de cooperação em defesa na África Austral

Antes de abordarem-se os alinhamentos de cooperação em defesa na África Austral durante os anos da Guerra Fria, é importante contextualizar os eventos políticos e securitários que se colocaram sobre a região em tal período. Nesse sentido, assim como em outras regiões que foram colonizadas pelas potências europeias, como Oriente Médio e Ásia, Buzan e Weaver (2010) afirmam que as dinâmicas de segurança em África tiveram um caráter misto e contraditório nesse período de embate entre EUA e URSS. Segundo tais autores:

Por um lado, a onda de descolonização contraiu o poder imperial, criou dúzias de novos Estados e permitiu que as dinâmicas regionais de segurança começassem a operar entre esses novos atores independentes. [...] Por outro lado, a rivalidade bipolar dos Estados Unidos e da União Soviética [...] penetrou fortemente na maioria das regiões recém-liberadas. (BUZAN; WEAVER, 2010, p. 15-16, tradução nossa).⁶⁸

Nessa óptica, é possível afirmar que a África Austral, durante o confronto bipolar entre EUA e URSS, presenciou a conjugação de dois processos de segurança em seu território. A luta pela independência e os conflitos étnicos, produtos essencialmente da dinâmica regional de segurança, aglutinaram-se com as questões globais do confronto ideológico entre as duas superpotências. Em face disso, Buzan e Weaver (2010, p. 17, tradução nossa)⁶⁹ afirmam que na maior parte do continente africano a “[...] intersecção desses dois níveis de dinâmicas de segurança [...] ofereceram alguns dos mais espetaculares, perigosos e incompreendidos episódios da Guerra Fria”.

Podem-se listar alguns marcos que deram início a este fenômeno. A Crise de Suez (1956), a Revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952) e a Guerra de Independência da Argélia (1954) inspiraram diversos movimentos nacionalistas no continente que desenredaram resistências armadas contra o arrocho de Salazar sobre as colônias portuguesas e os governos de minoria branca na África Austral. Essas ocorrências atraíram os EUA, URSS e seus aliados

⁶⁸ No original: “On the one hand, the tidal wave of decolonization rolled back imperial power, created dozens of new states, and allowed regional security dynamics to star operation among these newly independent actors [...] On the other hand, the bipolar rivalry of the United States and the Soviet Union [...] penetrated heavily in most of the newly liberated regions”.

⁶⁹ No original: “[...] the intersection of these two levels of security dynamics [...] provided some of the most spectacular, dangerous, and misunderstood episodes of the Cold War”.

para escaramuças na região, as quais se tornaram guerras *proxy* no embate ideológico entre Ocidente e Oriente (STAPLETON, 2018).

Na região, Forças Armadas estatutárias e não estatutárias rivais receberam apoio do bloco ocidental e soviético ao longo da segunda metade do século XX, o que ditou o (des)concerto defensivo da África Austral até o fim da Guerra Fria e queda do regime do *apartheid*. Como, por exemplo, em Angola, onde o contexto de contaminação das dinâmicas da Guerra Fria acirrou a rivalidade entre o MPLA, de viés marxista, e a FNLA e UNITA, de viés anticomunista; tais diferenças condicionaram o apoio recebido pelas partes ao embate bipolar entre o Ocidente e o bloco soviético.

Assim como em Angola, o embate entre o bloco ocidental e soviético ganhou destaque na África do Sul a partir da década de 1960, período no qual Pretória já estava sob o domínio do regime do *apartheid*, encabeçado pelo Partido Nacional (PN). Nesse sentido, esse caráter racista do país moldou-se à lógica da rivalidade bipolar e, como Daniel (2009) mostra, o PN pautou-se pela ideia de que “o perigo negro” havia se fundido “ao perigo vermelho”, demandando, assim, esforços para a construção de um cordão sanitário que impedisse o expansionismo soviético enroupado de nacionalismos negros na África Austral. Como consequência de tal estratégia, unidades de polícia de Pretória atravessaram as fronteiras da África do Sul para combater movimentos de libertação na Namíbia e Rodésia. Além disso, apoio material e logístico foi dado ao governo português na luta contra o nacionalismo em Angola e Moçambique (DANIEL, 2009).

Enquanto os militares da Força de Defesa Sul-Africana (SADF) se aventuravam alhures com sua bandeira racista e anticomunista, as forças domésticas de libertação contra o regime de Pretória também incorporavam a rivalidade entre o Ocidente e o bloco soviético em sua luta. Por meio do Partido Comunista da África do Sul (SACP), a Lança da Nação (MK), braço armado do Congresso Nacional Africano (CNA), estabeleceu contatos duradouros com Moscou, o que permitiu, desde 1963, o envio de suas tropas para treinamento em terras eslavas, como, por exemplo, no Centro de Treinamento do Norte em Moscou (SHUBIN, 2008).

Coexistindo com as ingerências internacionais na África Austral durante o período da Guerra Fria, dinâmicas próprias de alinhamento em defesa entre os Estados da região desenvolveram-se. De um lado, estabeleceu-se um concerto defensivo que objetivava fazer frente ao regime segregacionista da África do Sul e eliminar os resquícios de dominação colonial que insistiam em permanecer no território. Do outro, ensejou-se um projeto sul-africano que buscava legitimar o *apartheid* e perpetuar o mando de Pretória na região.

Primeiramente, há de se falar dos Estados da Linha de Frente (FLS), cuja formação se deu a partir das atividades do Comitê de Liberação Africana da extinta Organização da Unidade Africana (OUA) e foi resultado do espírito pan-africanista ensejado no continente a partir da década de 1950. Essa aliança defensiva rasa e não compulsória era composta inicialmente por Angola, Botsuana, Moçambique e Nigéria, os quais, a partir de meados de 1970, reuniram-se para fazer frente às investidas desestabilizadoras da África do Sul em seus territórios (HWANG, 2007).

Sob a égide de tal pacto, formou-se o Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC) em 1975, o qual foi a estrutura protagonista para lidar com questões relacionadas às ameaças da agressiva “estratégia total” de Botha (HWANG, 2007). O ISDSC funcionava como um apêndice das reuniões realizadas sob o nome da FLS, provendo conselhos e recomendações aos Estados participantes e garantindo assistência militar entre os membros. De acordo com Omari e Macaringue (p. 52, 2007, tradução nossa), “O ISDSC planejou e executou várias operações em colaboração com os movimentos de liberação, incluindo treinamento, logística, trânsito e infiltração de soldados de tais organizações armadas [...]”.⁷⁰

Em resposta a essa articulação dos Estados da Linha de Frente descrita, a África do Sul, apoiando-se sob sua superioridade econômica na região, buscou desenvolver um arranjo de cooperação alcunhado como Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS). A intenção do governo de Botha era aproximar diversos Estados em torno do eixo sul-africano, como o Sudoeste Africano (Namíbia), Rodésia (Zimbábue), Malawi, Botsuana, Lesoto, Zaire, Suazilândia, Transquei, Venda, Bofutatswana e, caso ocorresse mudança nos governos, Tanzânia, Moçambique e Angola (JAMINE, 2009). Para Gibb (2007, p. 424, tradução nossa), “[...] Pretória esperava criar um cinturão neocolonial que protegeria a África do Sul dos movimentos de libertação dentro da região”.⁷¹

Embora o objetivo principal fosse estabelecer um concerto econômico, como, por exemplo, acordos monetários, fiscais, logísticos e de telecomunicações (JAMINE, 2009), Pretória possuía a expectativa de que, sob a égide da CONSAS, houvesse a assinatura de pactos de não agressão e de defesa (HANLON, 1986).

O maior símbolo da disputa entre FLS e o projeto da CONSAS foi a questão do Zimbábue, antiga Rodésia, uma vez que o Estado se aproximaria de um dos blocos a depender

⁷⁰ No original: “The ISDSC planned and discharged various operations in collaboration with the active liberation movements, including training, logistics, and transits and infiltration of freedom fighters [...]”.

⁷¹ No original: “[...] Pretoria hoped to create a neo-colonial buffer zone that would protect South Africa from the liberation movements within the region”.

das decisões políticas que viriam a ocorrer em seu território. Nesse sentido, quando o governo de Ian Smith se tornou insustentável e isolado no contexto internacional, sua sucessão foi disputada pelo partido à esquerda ZANU (União Nacional Africana do Zimbábue) ou pelo partido moderado ZAPU (União do Povo Africano do Zimbábue). Enquanto este era apoiado pela África do Sul, aquele recebia o suporte da FLS (JAMINE, 2009).

O resultado dessa disputa foi desfavorável à África do Sul e a seu projeto de constelação neocolonial. Fraseando Jamine (2009, p. 63):

[...] apesar das esperanças sul-africanas, todas as suas expectativas em relação às eleições do Zimbábue saíram frustradas. A ZANU de Robert Mugabe venceu as eleições de 29 de fevereiro de 1980, tendo Abel Muzorewa e seu partido, a *United African National Council* (UANC), sido derrotados. O novo governo de Robert Mugabe anunciou a sua intenção de aderir aos ELF [FLS], ao mesmo tempo em que rejeitava a hipótese de aderir à CONSAS. Paralelamente, Robert Mugabe anunciou a intenção do Zimbábue passar a apoiar os movimentos de libertação da região.

Para agravamento da ambição da constelação sul-africana, os Estados da Linha de Frente, após a entrada do Zimbábue, desenvolveram um novo projeto de cooperação para fazer frente à Pretória, o qual coexistiu com o FLS: a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Segundo Langa e Sacavinda (2020, p. 149), os principais objetivos dessa organização “eram a redução da dependência econômica, particularmente com relação à África do Sul do *apartheid*, e a cooperação entre os Estados membros para balanceamento de suas economias”. Dessa forma, em primeiro de abril de 1980, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue assinaram o memorando de entendimento em Lusaka que daria vida à SADCC (GWARADZIMBA, 1993)

Apesar de a SADCC representar uma agregação essencialmente econômica, é pertinente tratar de sua origem, pois a sua fundação se constituiu como um embrião para a cooperação em segurança e defesa que se desenrolou posteriormente, no pós-Guerra Fria, com a fundação da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC), a qual será tratada na seção posterior.

Por último, importa ressaltar que o período da bipolaridade global se caracterizou como um quadro desfavorável a uma cooperação em defesa capaz de aumentar os recursos de poder dos Estados da África Austral sem causar acirramento e corridas armamentistas na região. Isso está de acordo com a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa, pois, enquanto a balança de poder global foi passível de contestação, os Estados e os grupos políticos que os disputavam tiveram condições de desafiar a balança de poder regional, contando com apoio, ou pelo menos aquiescência, de um dos blocos rivais da Guerra Fria. Nesse sentido, a África

Austral presenciou uma disputa acirrada entre EUA e URSS em seu território, gerando uma teia de alinhamentos que produziu um dos palcos de maior instabilidade presenciados durante tal período. Ademais, sob tais circunstâncias, os Estados da região, à medida que se libertavam do jugo colonial, associavam-se para fazer frente às ações desestabilizadoras da África do Sul e do governo de minoria branca da Rodésia, representando, assim, um quadro de acirramento securitário durante o período da bipolaridade global.

É notável que aquilo que se presenciou na África Austral difere do caso latino-americano. Como Rezende (2015, p. 226-27) expõe, o sistema interamericano:

[...] composto pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e pela Junta Interamericana de Defesa (JID) [...] serviu para consolidar o continente americano, como um todo, na área de influência estadunidense durante o período da Guerra Fria, fechando alinhamentos que não fossem balizados e coordenados pelos EUA.

Já na África Austral, as dinâmicas de defesa regionais não foram possíveis de ser apreendidas integralmente pelos EUA. Ao contrário de um alinhamento quase completo ao bloco ocidental, a URSS concorreu com os Estados Unidos e fez-se presente em vários momentos durante o espinhoso processo de libertação colonial e de disputa entre grupos rivais pelo aparato dos novos Estados. Tal fato pode ser explicado pela ideia do poder parador da água de Mearsheimer (2014), isto é, o palco africano, ao estar separado do território norte-americano pelo Oceano Atlântico, dificultou em grande medida que houvesse um alinhamento integral aos Estados Unidos, determinando, assim, a existência de uma verdadeira disputa entre os blocos na região durante o período de Guerra Fria.

Como será visto nas páginas seguintes, com o advento da unipolaridade global, houve profundas inflexões em tais dinâmicas securitárias, as quais foram aliviadas das interposições dos polos rivais da Guerra Fria, e, assim, permitiu-se o estabelecimento de uma nova lógica de cooperação em defesa.

5.3 SADC e OPDS: novo alinhamento regional de cooperação em defesa na África Austral e o protagonismo sul-africano

Com a queda do Muro de Berlin, o fim da Guerra Fria e do regime do *apartheid* na África do Sul, a década de 1990 propulsionou mudanças importantes no alinhamento regional da África Austral. Nesse sentido, a SADCC, fundada em 1980 com propósito de libertar-se economicamente das amarras de Pretória, viu-se impelida a repensar os objetivos da

organização (MUNTSCHICK, 2018). Como assinala Schutz (2016, p. 217, tradução nossa), “os problemas de política e segurança da região mudaram, e a oportunidade para uma maior cooperação nessas áreas emergiu”.⁷²

Diante de tais circunstâncias, os Estados-membros da SADCC, reunidos em Windhoek, assinaram o tratado fundador da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992. Nos anos seguintes, novos membros passaram a integrar a organização, como, por exemplo, a África do Sul (1994), Maurícia (1995), República Democrática do Congo (1998), Seychelles (1998) e, por último, Madagascar (2005) (SCHUTZ, 2016).

Para além dos objetivos de integração econômica, a SADC destaca-se pelos projetos de cooperação em infraestrutura e integração em segurança regional (MUNTSCHICK, 2018), sendo esse último elemento o interesse deste trabalho, uma vez que engloba as dinâmicas de cooperação em defesa na África Austral no pós-Guerra Fria.

Destarte, os primeiros movimentos para o estabelecimento de um novo concerto defensivo na África Austral avançaram a partir da entrada da África do Sul em 1994 na SADC. Muntschick (2018) afirma que o ingresso de Pretória e o golpe ocorrido no Lesoto serviram como um grande estímulo para medidas concretas em matéria de segurança e em defesa sob a égide da organização, culminando na criação do Órgão de Política, Defesa e Segurança (OPDS) em 1996. De acordo com Ngoma (2003, p. 20, tradução nossa), “O OPDS foi claramente concebido como um arranjo colaborativo em segurança, que buscava solidariedade e ‘resolução pacífica de controvérsias [...] através da aplicação de sistemas de valores políticos comuns [...]’”.⁷³

Segundo o sítio institucional da SADC (2021), o órgão possui ampla gama de objetivos em matéria de defesa, como, por exemplo, desenvolver capacidade de segurança coletiva, proteger a região contra conflitos intra e interestatais, prevenir crimes transfronteiriços, desenvolver uma capacidade regional em *peacekeeping*, coordenar operações de paz e cooperar em matéria de inteligência.

Ao se analisar os anos inaugurais do órgão, é possível perceber grandes dificuldades na promoção de cooperação em defesa e, conseqüentemente, alcance dos objetivos traçados entre os Estados-membros. Isso é curioso, pois, de acordo com Rezende (2015), arranjos unipolares na balança de poder regional facilitam o desenvolvimento de um concerto defensivo. Tal fato

⁷² No original: “the political and security problems changed, and the opportunity for a great regional cooperation in these areas arose”.

⁷³ No original: “The OPDS was clearly premised on a collaborative security arrangement, which sought solidarity [...] through the application of common political value systems [...]”.

não ocorreu na África Austral, pois, como será visto a seguir, mesmo a África do Sul sendo o unipolo incontestável da região na década de 1990, as tratativas em matéria de defesa fracassaram ou congelaram no âmbito da organização.

As dificuldades para a cooperação em defesa já começaram desde o início das tratativas para instalação do OPDS. Nesse sentido, a partir do *Workshop* Ministerial para Democracia, Defesa e Segurança em 1994, dois blocos de Estados dividiram-se quanto à natureza de tal arranjo: o órgão deveria ser um mero apêndice, de caráter setorial, ou deveria ser um espaço centralizado? Como a presidência deveria ser escolhida? Ele deveria estar inserido no guarda-chuva institucional da SADC ou ser independente de tal organização? (MUNTSCHEK, 2018).

De um lado, liderado pelo Zimbábue de Mugabe, estava a maioria dos ex-membros da FLS, os quais desejavam que o órgão adquirisse um caráter autônomo e pouco profundo, da maneira como ocorria a associação entre os Estados da Linha de Frente, o qual ganharia a nomenclatura de Associação dos Estados da África Austral (ASA). Do outro lado estava a África do Sul, acompanhada por Moçambique e Botsuana, advogando pela necessidade de que o OPDS fosse vinculado à SADC. Segundo Nathan (2013), Harare desejava que a SADC focasse em questões exclusivamente econômicas e que um regime de segurança da região continuasse sobre o controle dos Estados da Linha de Frente – liderado por Mugabe –, possuindo um caráter militarista, de cooperação em defesa na sua forma mais pura, sem levar assuntos domésticos dos Estados em consideração. Por outro lado, Pretória almejava retirar esse caráter monopolizador do Zimbábue em conduzir questões de segurança na África Austral, tornando o concerto defensivo nascente em um espectro que buscasse construir um regime de segurança comum pautado em articulação política entre os Estados.

De acordo com Muntschick (2018), o desdobramento de tal disputa foi desfavorável, levando à obstrução da cooperação em defesa no âmbito do órgão, o qual se apresentou com profunda letargia nos primeiros anos de existência. Nesse sentido, sua fundação em 1996 ocorreu sob um clima de incertezas e recalcitrâncias. Ao ser instituído, decidiu-se que o órgão seria o espaço para os Estados-membros da SADC tratarem sobre segurança em defesa, muito embora sem explicitar que o OPDS seria formalmente parte integrante da SADC. Além disso, objetivando apaziguar a cisma de Mugabe, acordou-se que o órgão fosse inicialmente presidido pelo Zimbábue e que o antigo ISDSC, criado em 1975 sob a égide da FLS, continuasse a operar dentro do OPDS, assumindo o caráter de um corpo institucional do órgão. Essas dinâmicas representam o profundo clima de desconfiança dos Estados da Linha de Frente em relação à

África do Sul mesmo após o fim da Guerra Fria, isto é, havia grande preocupação de que as rédeas da cooperação em segurança em defesa da África Austral fossem tomadas por Pretória.

Como Schutz (2016) argumenta, a rachadura entre África do Sul e Zimbábue foi além de questões técnicas e legais sobre a criação do bloco e envolvia uma disputa pessoal entre Nelson Mandela e Robert Mugabe sobre qual Estado deveria coordenar a integração regional. Como consequência de tal rivalidade, o OPDS permaneceu sem instrumentos que lhe dessem robustez e mecanismos formais de vinculação à SADC. A condução do OPDS pelo Zimbábue

[...] permitiu que o ISDSC continuasse a operar de forma independente e clandestinamente da organização. Além disso, a presidência do órgão não se alternou, uma vez que Mugabe se negou a entregar sua posição de liderança. Acima de tudo, ele pronunciou diversas decisões em nome do órgão sem consultar todos os Estados-membros. (MUNTCHICK, 2018, p. 206, tradução nossa).⁷⁴

Tais desdobramentos foram responsáveis pela suspensão do órgão em 1997. A partir desse momento, formou-se uma comissão entre as presidências do Malawi, Moçambique, Namíbia e Tanzânia para examinar a controvérsia. Enquanto isso, a cooperação em defesa permaneceu dispersa, funcionando de maneira *ad hoc* e informal, sem nenhum tipo de avanço substancial que a diferenciasse daquela realizada costumeiramente entre os Estados até então (SÖDERBAUM, 2001).

Vale a pena ponderar sobre o porquê de a cooperação em defesa na África Austral não ter prosperado em um momento tão propício, no qual houve a convecção entre as unipolaridades global e regional. Ora, para Rezende (2015) tal quadro é propício para que um concerto defensivo se desenvolva sem que haja acirramento das disputas regionais. Como Apollo (2015) afirma, a partir de Mandela, a África do Sul já buscava sair do isolacionismo concretizado durante o *apartheid*, catalisando iniciativas políticas para a região e buscando afirmar sua liderança regional. Nesse sentido, é curioso o fato de o país, mesmo agindo com protagonismo e patrocinando a cooperação regional, não ter sido bem-sucedido em sua empreitada.

Como se viu nos escritos de Rezende (2015), o governo Lula, ao agir com protagonismo político, conseguiu fomentar a cooperação regional, mesmo sofrendo as pressões vindas da Colômbia sobre o seu *status* unipolar. Além do mais, de acordo com as informações dispostas no capítulo 3, a África do Sul não encontrou impedimentos assim, uma vez que Angola ainda não se configurava como polo e Zimbábue, principal empecilho das ambições de Pretória, não

⁷⁴ No original: “[...] allowed the ISDSC to continue operating independently and clandestinely from the organization. Moreover, the Organ’s chairmanship did not rotate since Mugabe refused to hand over the leadership position. On top of that, he pronounced several decisions of the Organ without consulting all member states”.

tinha atributos suficientes para desafiar a balança de poder da região, muito embora dispusesse de efetivo militar considerável.

Destarte, trabalha-se com a hipótese de que o simples fato do fim da Guerra Fria não foi suficiente para promover, de imediato, uma mudança brusca na percepção dos Estados da região quanto à África do Sul. Poder-se-ia nomear tal fenômeno como sequelas dos tempos da Guerra Fria ou herança do período do *apartheid*. Essa leitura flerta com o conceito de balança de ameaças de Walt (1990), segundo a qual a percepção dos Estados em relação a seus pares é relevante para o alinhamento ou contraposição entre eles. Como a África do Sul foi um grande fator de instabilidade na região durante a Guerra Fria, é compreensível a postura recalcitrante de seus Estados vizinhos.

O Realismo Neoclássico também ajuda a explicar tal demora da África do Sul para alavancar a cooperação em defesa na região ao postular que os Estados não incorporam instantaneamente os constrangimentos e incentivos sistêmicos. É que, em curto prazo, há uma transferência imperfeita das condicionantes da política internacional para a política dos Estados pela presença de atores sociais domésticos capazes de retardar os efeitos da mudança de polaridade; não obstante, em longo prazo, os Estados inevitavelmente passam a refletir os novos arranjos da balança de poder (TALIAFERRO et al., 2009).

Nesse sentido, o papel desestabilizador de Pretória durante o período da bipolaridade impediu que o país fosse aceito como líder da região nos anos subsequentes ao fim da Guerra Fria. Como se viu, o Zimbábue tinha assumido a liderança da FLS, que tinha como propósito fazer face às intervenções de Pretória aos movimentos anticoloniais e antirracistas dos Estados da região, sendo o Estado mais ativo contra o regime do *apartheid*. Após o fim do regime segregacionista, Mugabe recusou-se a entregar o bastão para Mandela, o qual chefiava o Estado que mais propulsionou ameaças à região durante décadas. Tal fato, aliado à preponderância da África do Sul na balança de poder, fez com que:

[...] Pretória continuasse a ser ameaça latente aos vizinhos mais fracos, ou, pelo menos, percebido como tal. Destarte, a África do Sul permaneceu como maior fonte de insegurança para a região na virada do milênio. (MUNTSCHEK, 2018, p. 192, tradução nossa).⁷⁵

⁷⁵ No original: “[...] Pretoria continued to pose a latent threat to its weaker neighbouring countries – or was at least perceived to do so. Therefore, the RSA remained the major source of insecurity to the region at the turn of the millennium”.

Esse quadro de estagnação na cooperação em defesa ficou escancarado a partir do desdobramento de eventos que propulsaram instabilidade na região próximo à virada do século. A eclosão da guerra civil na República Democrática do Congo e o golpe militar no Lesoto em 1998 demonstraram a fragilidade e pouca relevância do OPDS na coordenação de uma agenda securitária comum, uma vez que não houve articulação entre os Estados do órgão para a resolução de tais problemas (MUNTSCHICK, 2018).

A África do Sul, alegando ter agido de acordo com os princípios da SADC, realizou intervenção militar no Lesoto para conter a tentativa de golpe. Em resposta às críticas públicas de tal ação, Pretória afirmou a legitimidade de tal ação uma vez que houve o pedido do governo eleito no Lesoto e, além disso, as normativas da SADC estabeleciam à intolância às tentativas de golpes e rupturas inconstitucionais na África Austral (NATHAN, 2006). Por outro lado, o Zimbábue, sem sofrer ameaças diretas ao imbróglio de Kinshasa, agiu unilateralmente na RDC, colocando mais de 8 mil soldados do Estado à disposição de Kabila quando a rebelião patrocinada por Ruanda eclodiu no terreno (IISS, 1999).

Tal situação, como assinalou Muntschick (2018), instalou um quadro de intensa desunião entre os membros da SADC, escancarando as rachaduras entre os Estados da região, o que fez surgirem demandas de reforma no (des)concerto defensivo da África Austral, a fim de dar um rumo concreto para a cooperação em defesa e segurança da organização.

Esse momento de desarticulação começou a sofrer inflexões a partir de 1999, quando Albert Shabangu, Ministro das Relações Exteriores da Suazilândia, a contragosto do Zimbábue, utilizou de sua autoridade durante a presidência rotativa do ISDSC e convocou reuniões ministeriais extraordinárias para dar um rumo ao OPDS e redigir o Protocolo de cooperação em Política, Defesa e Segurança, o qual daria as estruturas fundamentais para o funcionamento do órgão, que, até então, permanecia em profundo estado de letargia. Quinze meses depois, apesar das sucessivas tentativas de Mugabe em engavetar a proposta, a cúpula do OPDS aprovou o Protocolo de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (PCPDS), o qual finalmente alavancou o concerto defensivo regional (NATHAN, 2006).

O PCPDS foi responsável por decidir definitivamente que o OPDS se inseriria sob a cúpula da SADC, estabelecendo que o Secretariado deveria ser o mesmo para as duas instituições (ISAKSEN; TJØNNELAND, 2001). O protocolo definiu que órgão fosse comandado por uma *troika*, com rotação anual, impedindo que atitudes monopolizadoras como a de Mugabe voltassem a acontecer no âmbito da organização. Sob o manto do OPDS, há diversos mecanismos que garantem a tratativa de assuntos concernentes à defesa, como, por

exemplo, O Comitê Ministerial do Órgão, que reúne ministros da defesa, das relações exteriores e de segurança pública dos Estados, cuja função é “[...] coordenar o trabalho do órgão e suas estruturas e prover informação à presidência do órgão” (SADC, 2021, tradução nossa).⁷⁶ Há também o Comitê de Defesa e Segurança Interestatal, o qual também reúne os ministros já mencionados dos Estados e se divide em três subcomitês: de defesa pública, de segurança pública e de segurança do Estado (SADC, 2021).

Diante de tais desdobramentos, nota-se que a África do Sul saiu vitoriosa ao ver seu modelo de cooperação em defesa se sobrepor ao modelo perpetrado pelo Zimbábue até aquele momento (MUNTSCHICK, 2018). Outro ponto a se notar é que o protocolo, apesar de dar maior vigor e profundidade à cooperação em defesa na região, não limita as opções de cooperação entre os membros com outros atores fora do bloco da SADC. O artigo 10 reconhece que questões relacionadas à política, defesa e segurança extravasam as fronteiras da região e, portanto, o acordo entre membros e não membros e outras organizações deve ser aceito, desde que não seja inconsistente com as provisões do tratado da SADC e do protocolo, não imponha obrigações a Estados da SADC que não estão diretamente vinculados ao acordo ou impeça que um membro honre as suas obrigações perante o arcabouço jurídico da SADC (SADC, 2001).

Além disso, o conteúdo do documento dedica-se notavelmente a assuntos relacionados à cooperação em defesa, a qual não busca tensionar o *status quo* da ordem unipolar, mas sim fortalecer os regimes e ideais sustentados naquele momento pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o Artigo II do protocolo estabelece que o OPDS deve promover o desenvolvimento de instituições democráticas na região, encorajar que os Estados observem os direitos humanos universais e, além disso, implementem as convenções internacionais de controle de armamentos, desarmamento e de relações pacíficas entre os Estados (SADC, 2001). Os objetivos em matéria de defesa são, por exemplo:

[...] Promover coordenação e cooperação regional em questões relacionadas à segurança e defesa e estabelecer mecanismos próprios para tal fim; [...] considerar o desenvolvimento de uma capacidade de segurança coletiva e concluir um Pacto Mútuo de Defesa para responder a ameaças externas; desenvolver uma estreita cooperação entre a polícia e os serviços de segurança dos Estados para tratar de crimes transfronteiriços e promover uma abordagem comunitária em segurança doméstica; [...] desenvolver capacidade de *peacekeeping* nas forças de defesa nacionais e coordenar a participação dos Estados-membros em operações de paz regionais e internacionais; e aprimorar a capacidade regional na gerência de desastres e na

⁷⁶ No original: “[...] is made up of the Ministers of Defence, Foreign Affairs, Public and State Security. Its main function is to co-ordinate the work of the Organ and its structures and Reports to the Chair of the Organ [...]”.

coordenação de assistência humanitária internacional. (SADC, 2001, p. 4, tradução nossa).⁷⁷

Tendo em vista essas finalidades traçadas, é preciso ponderar se os escritos do documento se traduziram em uma cooperação em defesa regional de fato mais dinâmica do que o período anterior. Mensurar o nível de implementação do documento é difícil, uma vez que, além de possuir uma série de amplos objetivos, a área de defesa é um espaço nebuloso, de pouca publicidade. No entanto, a primeira coisa a se notar é que, ao contrário do acordo fundador do OPDS em 1996, o PCPDS tem caráter vinculante, criando obrigações aos Estados-membros para que estes observem estritamente as diretrizes no documento. Excluindo Madagascar e Seychelles, o Protocolo foi assinado por todos os Estados da SADC, entrando em vigência em 2004. Quanto à ratificação, Madagascar, Seychelles, Angola e RDC não o fizeram, inclusive, estes dois últimos Estados nunca apoiaram a ideia de reformulação do OPDS (MUNTSCHICK, 2018).

Nessa seara, de acordo com os escritos de Muntschick (2018, p. 211, tradução nossa), “*Experts* compartilham a crença de que Angola nunca foi muito comprometida com cooperação em segurança regional no âmbito da SADC e isso se dá pela percepção de rivalidade entre Luanda e Pretória [...]”.⁷⁸ Por outro lado, o autor afirma que a África do Sul é o Estado que mais se comprometeu em implementar as diretrizes do PCPDS, sendo o principal responsável por oxigenar o órgão e garantir sua operacionalidade, como será visto adiante (MUNTSCHICK, 2018).

Antes de se adentrar nas iniciativas sul-africanas, convém ressaltar que, para além da formalização do OPDS, o início da década de 2000 também foi importante para a cooperação em defesa da África Austral em virtude da criação do Pacto Mútuo de Defesa para a região em 2003 e elaboração do Primeiro Plano Indicativo Estratégico para o Órgão (SIPO I) em 2004 (MAERESERA; UZODIKE, 2010).

Com relação ao SIPO I, o documento foi importante para traçar diretrizes para o avanço da cooperação em segurança e em defesa na região com base nos objetivos do PCPDS. Por

⁷⁷ No original: “[...] promote regional co-ordination and co-operation on matters related to security and defence and establish appropriate mechanisms to this end; [...] consider the development of a collective security capacity and conclude a Mutual Defence Pact to respond to external military threats; develop close co-operation between the police and state security services of State Parties in order to address: (i) cross border crime; and (ii) promote a community based approach to domestic security; [...] develop peacekeeping capacity of national defence forces and co-ordinate the participation of State Parties in international and regional peacekeeping operations; and enhance regional capacity in respect of disaster management and co-ordination of international humanitarian assistance”.

⁷⁸ No original: “Experts share the belief that Angola has never been very committed to regional security cooperation in the SADC at all – this is due not least to a perceived rivalry between Luanda and Pretoria [...]”.

meio de tal plano indicativo, a SADC definiu os principais desafios a serem enfrentados pelo OPDS, como, por exemplo, a capacidade de responder a agressões externas, o desenvolvimento em tecnologia em defesa, a construção de capacidade para lidar com desastres naturais, o combate ao terrorismo, o desenvolvimento de capacidade interoperacional entre as forças armadas dos Estados e treinamento destas para utilização em operação de paz de acordo com os auspícios da União Africana e da Organização das Nações Unidas. Graças ao SIPO I, também foi traçado o conteúdo do Pacto Mútuo em Defesa (PMD), visando promover a resolução de conflito entre os Estados-membros, instituir a prontidão militar e instaurar a cooperação em defesa coletiva contra ataques armados.

O PMD foi assinado entre os membros da SADC também em 2003. De acordo com o seu conteúdo, o objetivo do pacto é “[...] operacionalizar os mecanismos do órgão para cooperação mútua em defesa e em questões securitárias”, realizar o intercâmbio e treinamento conjunto de militares e desenvolver pesquisa e produção tecnológica de bens relacionados à área de defesa, objetivando, assim, construir um concerto defensivo em caso de agressão armada contra um Estado-membro (SADC, 2003, p. 2 tradução nossa).⁷⁹ Vale também citar o artigo 9, que trata diretamente da cooperação em defesa, definindo que os objetivos do pacto devem ser perseguidos por meio da interação entre as forças armadas e a indústria de defesa dos Estados-membros, reforçando a necessidade de realização de exercícios militares conjuntos e troca de informação e inteligência militar (SADC, 2003).

É importante ponderar se o PMD não vai de encontro ao argumento feito acima de um tipo de cooperação pouco profunda em defesa sob a égide da SADC, a qual não engessa o Estado em alinhamentos que podem limitar opções de cooperação fora do âmbito da organização. A primeira coisa a se notar é que, apesar de o artigo 6 definir que “Um ataque armado contra um Estado-membro deve ser considerado uma ameaça para a paz e segurança regional e que tal ataque deve ser respondido com ação coletiva imediata”, a mesma passagem estabelece que “cada Estado-membro deve participar na ação coletiva com a maneira que achar melhor apropriada” (SADC, 2003, p. 3, tradução nossa).⁸⁰ Nessa questão, Maeresera e Uzodike (2010, p. 103, tradução nossa), também citando o artigo 6, ponderando sobre a falta de existência de uma ameaça concreta comum entre os Estados e atestando os diferentes

⁷⁹ No original: “[...] to operationalise the mechanisms of the Organ for mutual cooperation in defence and security matters”.

⁸⁰ No original: “An armed attack against a State Party shall be considered a threat to regional peace and security and such an attack shall be met with immediate collective action. [E] each State Party shall participate in such collective action in any manner it deems appropriate”.

posicionamentos sobre o tema dentro do bloco, acreditam que, “Quando uma situação de conflito demandar uma resposta militar em consonância com os requerimentos do MDP surgir, Estados-membros da SADC podem possivelmente ficar relutantes em cooperar com atores regionais e internacionais”.⁸¹ Nesse sentido, acreditamos que, muito embora o PMD tenha dado maior vigor à cooperação em defesa entre os membros da SADC, a sua instituição não se traduz necessariamente em um tipo de cooperação em defesa profunda da região.

Como Muntschick (2018) assinala, a obtenção de dados concretos sobre a adoção dos protocolos e memorandos em matéria de segurança e defesa da SADC por parte dos Estados é demasiadamente intrincada, uma vez que a organização, o OPDS e seus subcomitês e os membros não lançam ao público as questões relacionadas à segurança, dificultando, assim, o trabalho de avaliação. No entanto, apesar de tal dificuldade, faz-se um esforço em avaliar se o avanço do concerto defensivo regional a partir do PCDPS, do SIPO e do Pacto Mútuo de Defesa foi resultado do papel sul-africano nessa empreitada. Nesse sentido, afirma-se que há alguns aspectos que dão indícios de uma cooperação em defesa patrocinada continuamente por Pretória que se tornou mais robusta quando comparada ao que existia na região durante a década de 1990. O primeiro avanço que pode ser notado quanto à operacionalização do OPDS é que o PMD foi ratificado por mais de dois terços dos Estados-membros, condição *sine qua non* para que este entrasse em vigência. Isso demonstra a boa vontade da maioria dos Estados em aprofundar os laços na área de defesa (MUNTSCHICK, 2018). De acordo com o anuário estatístico da SADC de 2015, o documento foi ratificado por dez Estados, entrando em vigor em 17 de agosto de 2008. Ao contrário da maioria dos países (inclusive da África do Sul), Angola, RDC, Madagascar, Malawi e Seychelles estão entre os Estados que ainda não ratificaram o pacto, o que ilustra bem a recalcitrância de alguns membros em construir uma defesa mútua na região (SADC, 2015). Como visto no capítulo anterior, Angola e RDC são os dois Estados mais fortes depois da África do Sul e, portanto, é pertinente afirmar que, se o concerto defensivo dependesse da iniciativa de tais Estados, dificilmente a cooperação em defesa avançaria na região.

Outro ponto é que, após a vigência do PCDPS, diversos exercícios militares conjuntos aconteceram na região sob a coordenação do OPDS. Podem-se citar as operações Tanzanita na Tanzânia (2002), Blue Angel em Zâmbia (2003), Thokgamo na Botsuana (2005), Blue Ruvuna

⁸¹ No original: “Whenever a conflict situation that requires a military response in tandem with the requirements of the MDP arises, SADC member states could possibly be reluctant to cooperate with regional and international players”.

na Tanzânia (2006), Golfinho e Blue Cluster na África do Sul (2009 e 2011 respectivamente), Zambeza Azul em Zâmbia (2013) e Welwitscha na Namíbia (2013). Tais exercícios militares foram importantes na construção de confiança entre os Estados-membros, melhorando suas capacidades logísticas e a coordenação entre as suas forças armadas (MUNTSCHICK, 2018). Nessa seara, enfatiza-se que o papel sul-africano foi imprescindível. De acordo com Mandrup (2009), Pretória foi o maior patrocinador dos exercícios militares que foram articulados por meio do Centro de Treinamento para Operações de Paz do OPDS, fornecendo recursos que os demais Estados não possuíam para tais atividades.

Sobre o protagonismo sul-africano na cooperação em defesa da região, também é pertinente destacar seu papel na Brigada de *Standby* da SADC (SADCBRIG). De acordo com Cilliers e Malan (2005), a proposição da SADCBRIG ocorreu em 2004, justamente durante a presidência sul-africana no OPDS, na qual Pretória priorizou sua agenda para construção de um mecanismo de aviso prévio na organização e uma brigada de prontidão para atuar na segurança regional. Em 2008, a SADCBRIG foi finalmente instituída, está diretamente relacionada ao processo de avanço no concerto defensivo da região e serve como ferramenta para que os objetivos do OPDS e do PMD sejam alcançados. Os objetivos desse mecanismo de cooperação militar são amplos. Por meio da articulação entre civis, policiais e militares dos membros da SADC, a Brigada busca atuar de prontidão em operações de paz, observação e monitoramento, em intervenções militares em Estados-membros mediante sua requisição, em operações de alívio de desastre, em crises humanitárias e em ações para conter o ressurgimento e avanço de episódios violentos na região capazes de provocar instabilidade (SADC, 2021).

Nesse sentido, tais objetivos necessitam de recursos para serem operacionalizados. De acordo com Mandrup (2007), a África do Sul prometeu compensar a deficiência em recursos militares dos demais Estados da região, oferecendo, por exemplo, um batalhão paraquedista, embarcações para patrulhas de portos e transporte aéreo. Solomon (2012) relata a concretização desse esforço sul-africano em cooperar com a defesa da região. De acordo com o autor, tendo em vista a deficiência dos Estados da região em suprir as demandas para exercício conjunto, a SANDF ofereceu um grupo de batalhão médico, unidade de manutenção e base de comando para a realização da Operação Golfinho, a qual seria impraticável sem tais recursos. Fraseando o autor: “[...] devido à escassez de recursos entre alguns países, a África do Sul tem ocupado

um papel dominante dentro da Força de *Standby* da SADC” (SOLOMON, 2012, p. 25, tradução nossa)⁸².

Muntschick (2018, p. 250, tradução nossa) também exemplifica o protagonismo sul-africano nessa questão. Fraseando o autor:

[...] um *White Paper* recente da África do Sul sobre política externa declarou que o país “irá atuar junto à SADC e seus membros para manter a prontidão da Brigada da SADC”. Isso é corroborado pelo fato de que Pretória substanciou suas contribuições nacionais ao “orçamento da brigada de *standby*” e atualmente oferece, entre outras coisas, oito unidades armadas (incluindo uma brigada tática, baterias de morteiro, infantaria motorizada, infantaria paraquedista, inteligência e tropas de manutenção), seis helicópteros, um avião de transporte, seis embarcações e duas unidades hospitalares para a SADCBRIG.⁸³

Essa participação crucial da África do Sul para o concerto defensivo regional tem muito a ver com as reestruturações militares que ocorreram no Estado após o fim do *Apartheid*. Com a transformação da SADF em SANDF, as Forças Armadas de Pretória voltaram-se para um projeto de construção da paz e segurança regionais (HEINECKEN, 2020). Tal fato pode ser constatado a partir do Livro Branco de Defesa Nacional da África do Sul, o qual postula que “[...] a cooperação em defesa com outros Estados da África Austral é uma prioridade. A África do Sul buscará fortalecer os fóruns de segurança e defesa da SADC [...]” (ÁFRICA DO SUL, 1996, IV – art. 6.4, tradução nossa).⁸⁴ Além disso, o conteúdo do documento estabelece que “[...] um regime de segurança comum, cooperação regional em defesa e medidas para construção da confiança e segurança na África Austral são particularmente importantes” (ÁFRICA DO SUL, 1996, V – art. 5.1, tradução nossa).⁸⁵

Por último, cabe ressaltar que, em consonância ao Livro Branco, a África do Sul tem realizado revisões no seu Setor de Segurança, por meio dos documentos intitulados *defence review*, as quais também ressaltam o protagonismo sul-africano. Tanto a edição de 1998 quanto a edição de 2012 estabelecem que a África do Sul tem o compromisso de fortificar a cooperação em defesa no quadro institucional da SADC. Já o *defence review* de 2015 afirma que o país tem

⁸² No original: “[...] given the resources constraints among some countries, South Africa has come to occupy a dominant role within the SADC FC”.

⁸³ No original: “[...] a recent White paper on South Africa’s foreign policy pointed out that the country ‘will work together with SADC and its member states to maintain the readiness of the SADC Brigade’. This is corroborated by the fact that Pretoria substantiated its national contributions to the ‘standby pool’ and currently provides, among other things, eight army units (including a brigade tactical headquarters, mortar batteries, motorized infantry, parachute airborne infantry, intelligence and maintenance troops), six helicopters and one transport aircraft, six vessels and two hospital units for the SSF.

⁸⁴ No original: “[...] defence co-operation with other Southern African states is a priority. South Africa will seek to strengthen the security and defence forums of SADC”.

⁸⁵ No original: “[...] a common security regime, regional defence co-operation and confidence and security building measures in Southern Africa are particularly important”.

tido um engajamento vibrante na arquitetura de segurança da região, como, por exemplo, no OPDS e por meio do Pacto Mútuo de Defesa. Além disso, o documento dispõe que existe a expectativa de que Pretória tenha um papel fundamental na SADC, e, portanto, diversos esforços serão desenvolvidos nessa seara, como, por exemplo, combate à pirataria, alívio de desastres naturais, prevenção de conflitos, cooperação no controle de fronteiras e emprego de tropas em operações de paz (ÁFRICA DO SUL, 2015).

Com base nas informações que foram dispostas até aqui, faz-se um resumo dos principais argumentos deste capítulo. Primeiramente, nota-se um esforço contínuo da África do Sul em firmar e implementar acordos bilaterais em defesa com os demais Estados da região no pós-*apartheid*. Ao contrário do que ocorreu com Brasília, Pretória não deixou de celebrar parcerias em defesa com as mudanças de lideranças no governo. Em segundo lugar, viu-se que as estruturas do OPDS, após vencida a recalcitrância do Zimbábue, Angola e RDC, adquiriram o formato desejado pela África do Sul, isto é, o OPDS foi inserido no arcabouço institucional da SADC e a cooperação em defesa foi posta em um projeto que vai além do militarismo, sob um ideal de maior articulação política entre os Estados da região, o que está de acordo com a ideia de liderança regional que Pretória coloca para si. Nessa questão, percebe-se que a cooperação em defesa na região começou a ter fôlego apenas a partir de meados dos anos 2000, com o ganho de robustez do OPDS por meio do PCPDS. Isto não quer dizer que houve a mais completa formação de uma comunidade de segurança na região nem que a SADC conseguiu cumprir todos os seus objetivos em matéria de cooperação em segurança e defesa. Como Nathan (2013) ressalta, a fragilidade dos Estados da região, o temor da perda de soberania e a falta de valores comuns têm dificultado uma atuação ativa da organização em nome da segurança humana, contra o autoritarismo e a violência doméstica em alguns Estados. No entanto, como Laakso (2005) afirma, não é necessária a existência de uma comunidade de segurança para que uma organização regional como a SADC tenha relevância em áreas concernentes à defesa e segurança. Tais cooperações, portanto, não devem ser desconsideradas mesmo diante das dificuldades de cooperação entre Estados que ainda estão em processo de integração incipiente. Fraseando Laakso⁸⁶ (2005, p. 500, tradução nossa) diz: “É evidente que políticas regionais de

⁸⁶ Aqui, comunidade de segurança é entendida pelo conceito de Deutsch *et al.* (1957), isto é, um nível de integração entre as unidades no qual exista um senso de comunidade e a guerra entre estas tenha se tornado inconcebível.

segurança não podem ser avaliadas somente na base do que as organizações regionais não estão fazendo”⁸⁷.

Destarte, por meio de uma análise restrita ao Estado – de cunho realista –, há de se valorizar os avanços alcançados pela SADC ao longo de sua trajetória para aumentar a capacidade defensiva de seus membros, o que aconteceu, pelo menos em parte, graças à atuação ativa da África do Sul.

Essa situação aproxima-se bastante da atuação brasileira nos anos do governo Lula, como foi discutido por Rezende (2015), isto é, assim como Brasília, Pretória comportou-se como polo e patrocinou a formação de um concerto defensivo na região, o que permitiu que a balança de poder ainda se apresentasse como um momento unipolar, muito embora nela já houvesse se instalado um quadro de transição desfavorável ao unipolo.

Nessa época, como visto no capítulo anterior, a balança de poder da África Austral começou a ser tensionada. O *status* de unipolaridade da África do Sul passou a ser desafiado por Angola, que figurou como polo em ascensão a partir do fim da guerra civil em seu território. Angola foi relutante com a ideia de repaginar o OPDS, preferindo que a cooperação em defesa permanecesse uma associação fraca entre os Estados, sem qualquer dispositivo vinculante, de caráter meramente militarista e descompromissada com a construção de uma agenda de segurança comum, o que demonstra que um concerto defensivo na região dificilmente teria avançado caso a África do Sul não agisse com protagonismo diante da transição da unipolaridade para bipolaridade desequilibrada na África Austral. Destarte, é pertinente ponderar que, se a cooperação em defesa dependesse exclusivamente de Angola – segundo Estado mais forte da região –, esta provavelmente continuaria escassa e com os moldes da época da Guerra Fria, inspirados na frouxa associação entre os Estados da Linha de Frente.

Outro ponto de comparação com o trabalho de Rezende (2015) é o papel político análogo entre a SADC na África Austral e a UNASUL no continente sul-americano. De maneira mais específica, a função do OPDS converge-se com a do CDS. Assim como aquele, este constitui-se como “[...] órgão de consulta, cooperação e coordenação de assuntos ligados à defesa” (REZENDE, 2015, p. 239). Ademais, os princípios norteadores do OPDS não vão de encontro aos princípios multilaterais da União Africana (UA) e da ONU, mas sim buscam atuar de acordo com as normas de tais instituições. Isso também é verdade para o CDS, pois, como

⁸⁷ No original: “It is also evident that a regional-level security policy cannot be evaluated solely on the basis of what the regional organizations are not doing”.

Rezende (2015) explica, o órgão era conduzido pelos princípios multilaterais da OEA, da ONU e da UNASUL.

No âmbito da arquitetura institucional da SADC, percebe-se que a África do Sul é a principal responsável da região em financiar os projetos de cooperação em defesa, fornecendo recursos humanos e logísticos para os exercícios militares conjuntos que ocorreram entre os Estados. Isso está de acordo com as reformas no setor de segurança que ocorreram em Pretória no pós-*apartheid*, uma vez que o país promoveu importantes transformações militares que fizeram com que as Forças Armadas passassem a ter um papel estabilizador, cooperativo e pacificador na região.

Por fim, pondera-se que, enquanto a cooperação subiu e desceu na América do Sul com a mudança do governo Lula para Dilma (REZENDE, 2015), na África Austral, desde o fim do *apartheid*, o CNA manteve um padrão de protagonismo garantindo que a cooperação em defesa não caísse, não permitindo que esta “escapulisse como água no ralo”, como já dizia a canção “Agora Tá”, de Sérgio Natureza, interpretada pela voz de Elis Regina. Diante de tal fato, é pertinente concluir que a cooperação em defesa em situações de estresse sobre a unipolaridade regional depende muito da ação vigorosa do polo que está sendo desafiado, do contrário, o concerto defensivo se enfraquece e até mesmo se desmancha, como se pode ver com o que aconteceu com a UNASUL. Ainda fraseando a canção, termina-se este capítulo com a seguinte reflexão: sem a atuação vigorosa da África do Sul, o concerto defensivo da África Austral ficaria debilitado, pois, como Elis Regina cantou: “[...] se a massa fica sem ovo, se o bolo não tem fermento, se não cozinha por dentro, vai tudo por água abaixo” (REGINA, 1980).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou avaliar se a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa explica o concerto defensivo da África Austral no período da unipolaridade global (1991-2018). Nesse sentido, a fim de avaliar se os pressupostos de Rezende (2015) possuem uma boa capacidade explicativa para o que ocorreu na África Austral após o fim da Guerra Fria, a dissertação foi estruturada por meio da apresentação e discussão de ferramentas teóricas e empíricas que possibilitassem o exame da cooperação em defesa entre os países-membros da SADC e a ponderação se esta esteve de acordo com as variáveis da teoria a ser avaliada.

O capítulo 1 dedicou-se a discutir questões teóricas da escola realista das Relações Internacionais, abordando desde os trabalhos clássicos de Tucídides e Morgenthau, passando pela influência do behaviorismo sobre o Realismo Estrutural, as contribuições conceituais do Realismo Ofensivo e, enfim, a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa propriamente dita. Nesta parte, apresentaram-se os principais argumentos de Rezende (2015) e as variáveis que constituem sua teoria, com atenção especial à afirmação de que cooperar em defesa na unipolaridade global pode melhorar a posição relativa dos Estados sem desencadeamento do dilema da segurança. Tal abordagem teórica constituiu-se como ponto essencial para o desenvolvimento do teste empírico do concerto defensivo na África Austral.

Após a revisão teórica, o capítulo 2 buscou ponderar sobre a balança de poder no pós-Guerra Fria. Argumentou-se que esta foi unipolar, de curta duração e, apesar de não ter sido completamente pacífica, foi menos belicosa que os arranjos antecessores na balança de poder global. Viu-se também que esta posição incontestável dos Estados Unidos veio a termo em 2018, durante a gestão negadora da ordem liberal de Donald Trump, marcada pela ascensão chinesa e pelo enérgico retorno da política externa russa no tabuleiro da política internacional.

No capítulo 3, analisou-se a balança de poder da África Austral no pós-Guerra Fria. Por meio de indicadores que medem os poderes latentes e militares dos Estados, concluiu-se que a região possuiu apenas a África do Sul como polo nos anos 1990. Essa unipolaridade foi incontestável, uma vez que nenhum outro Estado figurou sequer como candidato a polo nos anos imediatamente após a Guerra Fria. No entanto, o quadro favorável à África do Sul começou a ser tensionado a partir da década de 2000. Enquanto o unipolo apresentou um declínio em seus recursos, Angola apresentou-se como candidata a polo pelo incremento de seus poderes militar e latente, após o fim da guerra civil em seu território e com o *boom* do petróleo. Nesse sentido, houve uma transição de unipolaridade para bipolaridade desequilibrada

na África Austral, que começou no início dos anos 2000 e se concretizou no fim da década de 2010.

No capítulo 4, o concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria foi propriamente analisado para a extração de conclusões sobre o poder explicativo da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa. Primeiramente, viu-se que a África do Sul celebrou diversos acordos bilaterais em matéria de defesa com os Estados da África Austral no pós-Guerra Fria, não havendo uma interrupção nesse tipo de comportamento, como aconteceu com Brasil na América do Sul. Na verdade, a partir dos anos 2000 tais acordos, além de aumentarem em quantidade, foram diversificados. Notou-se também o esforço de Pretória em implementar acordos ainda que não entraram em vigor por meio das Comissões Binacionais.

Em seguida, os alinhamentos prévios de cooperação em defesa na África Austral foram discutidos. Nesse sentido, constatou-se que, durante a Guerra Fria, a região desenvolveu concertos defensivos diretamente relacionados à lógica da rivalidade bipolar e viu-se que diferentes grupos armados buscaram apoio de potências extracontinentais na busca pela posse do aparato estatal. Ademais, evidenciou-se a construção de um alinhamento regional por meio dos Estados da Linha de Frente, o qual buscou fazer face à minoria branca que governava a África do Sul e Rodésia nos tempos da Guerra Fria. Com relação à África do Sul, cabe ressaltar que esta buscou, sem sucesso, construir a Constelação de Estados da África Austral, que serviria como projeto rival aos Estados da Linha de Frente. De acordo com tais observações, concluiu-se que a cooperação em defesa na África Austral foi acompanhada pelo acirramento, conflito e disputas regionais pela balança de poder, com forte ingerência de potências extrarregionais até a década de 1990. Ao contrário da América do Sul, que construiu um alinhamento em defesa de acordo com interesses estadunidenses, a porção caudal do continente africano foi marcada pelo cabo de guerra entre o bloco ocidental e soviético.

Com o fim da Guerra Fria, movimentos iniciais para a construção de um concerto defensivo regional divorciado da lógica bipolar começaram a desenvolver-se na África Austral. Citam-se a fundação da SADC e do OPDS. Como foi visto, durante a década de 1990, essa cooperação pouco avançou, inclusive, em 1997, estagnou-se pelas tentativas de monopolização do Zimbábue e a desconfiança frente à África do Sul como líder regional. Tal quadro desfavorável começou a mudar a partir dos anos 2000, com a celebração do PCPDS, o qual foi responsável em inserir definitivamente o OPDS na arquitetura da SADC e deu àquele órgão a identidade desejada por Pretória, isto é, a inserção da cooperação em defesa em uma lógica de articulação política entre os Estados em temas de segurança. Por último, constatou-se que a

África do Sul foi o principal Estado da região a patrocinar o concerto defensivo entre os Estados, reconhecendo sua responsabilidade em adotar tal protagonismo em seus documentos de defesa e provendo recursos logísticos, militares e financeiros para a realização de operações conjuntas entre as forças armadas dos Estados da SADC.

Resumido o conteúdo deste trabalho, retomam-se as variáveis da Teoria Realista de Cooperação em Defesa, por meio da qual será traçado um veredito final sobre o poder explicativo dos pressupostos de Rezende (2015) sobre o caso da África Austral no pós-Guerra Fria.

Com relação à (1) *distribuição de recursos entre as unidades do sistema*, viu-se que a configuração da balança de poder global durante o período analisado (1991-2018) foi unipolar. Assim como ocorreu na América do Sul, é nítido o desinteresse dos EUA sobre a balança de poder da África Austral, permitindo com que esta desenvolvesse uma dinâmica própria de cooperação em defesa, ao contrário do que ocorreu na época da bipolaridade global. Outro ponto a ser ressaltado é que a SADC e o OPDS são alinhamentos que, mesmo independentes da ingerência direta dos EUA, perpetuam o *status quo* do unipolo global. Seus documentos fundadores não buscam fazer face à posição estadunidense, mas sim sustentar a ordem liberal e o multilateralismo ensejado nas instituições intergovernamentais no pós-Guerra Fria que favoreceram, em certa medida, a posição do unipolo.

Tais constatações reforçam o poder explicativo da teoria, no entanto, viu-se que o período de unipolaridade incontestável sul-africana não favoreceu tanto a cooperação em defesa quanto o período de transição para uma bipolaridade desequilibrada na África Austral. Essa situação clama para que se tome com cautela a ideia de que a existência de um unipolo regional agindo com protagonismo se traduza automaticamente em um ambiente propício para cooperação em defesa. Como se notou, mesmo a África do Sul de Mandela fazendo esforços em adotar um tom de liderança no pós-Guerra Fria, o concerto defensivo ficou estagnado até os anos 2000 pela recalcitrância dos Estados da Linha de Frente, principalmente do Zimbábue. É uma situação curiosa, que merece um escrutínio mais cuidadoso do porquê de isto ter ocorrido. No entanto, acredita-se que as sequelas da Guerra Fria foram responsáveis por retardar o funcionamento de um concerto defensivo sem acirramento entre os Estados, uma vez que a África do Sul foi propulsora de instabilidade em diversos países da África Austral na segunda metade do século XX. Nesse sentido, o protagonismo de Pretória só promoveu resultados mais significativos após os anos 2000, quando Angola já passou a se tornar um expoente a polo na região. Talvez esse seja o primeiro elemento que possa ser revisitado pela teoria de Rezende

(2015) e receba uma investigação mais adequada. É verdade que tal fato pode ser explicado pela baixa capacidade de recursos da região que, como Rezende (2015) já afirmou, constrange as possibilidades de cooperação em defesa. Contudo, é curioso pensar que, mesmo com a ascensão econômica de Angola a partir dos anos 2000, a grande maioria da região ainda permanece com baixa capacidade de recursos e ainda assim a cooperação em defesa teve um avanço notável quando comparado com o período imediatamente após a Guerra Fria. É provável que a explicação mais plausível para esse desvio da teoria esteja na importância da percepção de ameaça dos atores e no retardo da política doméstica dos Estados em refletir a mudança de polaridade global. Nesse sentido, um refinamento da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa poderia incorporar, ainda que de forma auxiliar, os pressupostos de Walt (1990) e, principalmente, do Realismo Neoclássico de Taliaferro et al. (2009). No entanto, de maneira geral, a teoria possui um nível explicativo satisfatório e representa uma ótima ferramenta de análise para a cooperação em defesa que ocorreu nas regiões durante os tempos da unipolaridade.

Quanto ao (2) *tipo de cooperação*, percebeu-se que a África Austral mantém um tipo de cooperação relativamente profundo, uma vez que o PCPDS possui caráter vinculante, isto é, obrigando os Estados a se conformarem aos princípios e decisões do OPDS. Além disso, diferentemente do caso sul-americano, o PMD constitui uma tentativa de defesa coletiva dos membros da SADC contra agressões externas, o que pode vir a limitar as opções externas dos Estados da região. Contudo, deve-se ter prudência ao caracterizar o arranjo como profundo, uma vez que, assim como a UNASUL e o CDS, a SADC e o OPDS não constituem o tipo clássico de aliança rígida voltada a enfrentar uma ameaça direta e bem definida. Ademais, como foi visto no último capítulo, o protocolo que deu funcionalidade ao OPDS, além de determinar que as decisões sejam estabelecidas por consenso, enfatiza, em seu artigo 10, que os Estados podem fazer acordos com não membros da SADC, desde que não vão de encontro aos princípios da organização e não obriguem membros que não participam de tais parcerias. Outro elemento é que o PMD, aparato que dá maior profundidade à cooperação em defesa ao OPDS, também expressa que cada Estado tem liberdade de responder como melhor lhe convém em uma ação coletiva no caso de uma agressão externa. Nesse sentido, é possível dizer que o concerto defensivo da África Austral é parcialmente profundo. Tal observação desvia um pouco das expectativas de Rezende (2015), pois certo nível de profundidade, ainda que mínimo e que não traga grandes prejuízos à autonomia dos Estados, pode promover alinhamentos mais duráveis e com menos oportunismo se se comparar com o que aconteceu com UNASUL, uma

associação extremamente frouxa entre Estados que veio a termo com mudanças na conjuntura da política internacional.

Em se tratando do (3) *efeito da cooperação na capacidade estatal*, é pertinente afirmar que a SADC, o OPDS e o PMD servem para incrementar o poder dos Estados da África Austral. Apesar do alto grau de secretismo dos resultados concretos desses instrumentos em matéria de defesa, percebe-se que a África do Sul tem atuado na região no sentido de melhorar não apenas a sua capacidade e segurança estatal, mas também de todos os outros Estados-membros da SADC. Isso pode ser constatado nos esforços de Pretória em patrocinar os exercícios conjuntos entre as Forças Armadas dos Estados. Ademais, a arquitetura que o OPDS tomou graças ao projeto sul-africano busca criar uma identidade comum em defesa e ser o fórum para lidar com crises domésticas da África Austral por meio de reunião de cúpula e dos comitês interministeriais do órgão.

Sobre o (4) *desenho das instituições geradas*, nota-se que as previsões da Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa também estão de acordo com o que ocorreu na África Austral, uma vez que a SADC e o OPDS são mecanismos que diminuem os incentivos de trapaça dos Estados e aumentam a expectativa de cooperação entre eles, ao mesmo tempo que têm feito esforços para ganhos de cooperação mútua, refletindo a balança de poder da região e do globo. Como se viu, durante o período analisado, a SADC e OPDS não cogitaram contestar a liderança estadunidense e, além disso, foram patrocinados em grande medida política e financeiramente pela África do Sul, maior polo da região, o que torna o caso da África Austral análogo ao que ocorreu na América do Sul com a UNASUL e o CDS.

Por último, há de se falar sobre a (5) *emulação de casos bem-sucedidos*. Acredita-se que a África Austral já experimentou casos bem-sucedidos e malsucedidos de cooperação em defesa na região, o que tornou possível a identificação dos melhores caminhos para o multilateralismo da SADC e do OPDS. Nos anos 1990, o concerto defensivo da região possuía um caráter extremamente frouxo, pouco institucionalizado e estritamente militarista. Esse tipo de projeto, encabeçado pelo Zimbábue, deu poucos frutos e estagnou-se até sua reformulação. Como foi sinalizado no capítulo anterior, os Estados responderam de maneira unilateral frente às crises da região nesse período, como foi o caso da crise no Lesoto e na RDC, mesmo com a existência de tal arquétipo de cooperação em defesa.

Com a reestruturação do OPDS em 2001, a cooperação da SADC ganhou força. A partir daí, desenvolveu-se um projeto de articulação política entre os Estados em matéria de defesa, desdobrando-se na construção de um Pacto Mútuo de Defesa e de Planos Estratégicos

Indicativos para o Órgão (SIPOs), demonstrando uma maior coordenação entre os Estados da região. Isso sinaliza para a SADC que o modelo um pouco mais profundo de cooperação em defesa proposto pela África do Sul tem mostrado ser mais bem-sucedido do que o modelo prévio encabeçado pelo Zimbábue nos anos 1990.

A título de conclusão, afirma-se que a Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em defesa oferece bons instrumentos para a compreensão do concerto defensivo da África Austral no pós-Guerra Fria, provando, assim, ter alto grau de poder explicativo. De fato, na unipolaridade global nada poderia ser feito para contra-arrestar os Estado Unidos, e, portanto, a cooperação em defesa na região analisada foi uma via para que os Estados aumentassem seus recursos de poder sem levar ao acirramento entre eles e, conseqüentemente, a uma propulsão do dilema de segurança. Nessa questão, ao se analisar a balança de poder dos Estados da África Austral, constatou-se que a transição de unipolaridade para bipolaridade desequilibrada nos anos 2000 ocorreu mais pelo fato de uma diminuição de poder da África do Sul em termos absolutos do que propriamente um aumento nos recursos de Angola, o que demonstra a ausência de uma corrida armamentista. No entanto, o concerto defensivo da África Austral revela alguns pontos curiosos para a teoria de Rezende (2015) e que merecem atenção: o fato de nem sempre o unipolo de uma região conseguir propulsionar a cooperação em defesa, mesmo agindo com protagonismo em determinado período; e o fato de que elementos garantidores de certo nível de profundidade na cooperação entre os Estados, mesmo que mínimos, podem garantir concertos defensivos mais duráveis sem gerar grande prejuízo à autonomia de seus membros.

Rezende (2015, p. 293) afirma que “para o caso da América do Sul [...] variações na configuração de poder mundial que se possam avizinhar não alteram as expectativas teóricas de incentivo à cooperação em defesa”, o caso da África Austral é diferente. Enquanto aquela está em zona de influência direta dos EUA, esta se encontra em um continente diferente, o que, inclusive, permitiu a disputa explícita entre as potências rivais durante o período da Guerra Fria na região.

Nesse sentido, com a mudança da polaridade global, é pertinente sustentar que a cooperação em defesa no âmbito da SADC possa ser melindrada, com um novo tipo de ingerência de Estados estrangeiros na África Austral. Com a posse de Joe Biden, parece que os EUA tentarão recuperar o *status* da unipolaridade que foi perdido na gestão Trump. Talvez seja tarde demais e esse esforço seja uma mera quimera, mas é possível que a cooperação em defesa ainda seja uma via para os Estados da SADC. Pois, ao agir novamente com protagonismo na sustentação da ordem mundial, os Estados Unidos fariam com que a balança de poder global,

mesmo em uma situação de multipolaridade desequilibrada, ainda se comportasse como uma unipolaridade, assim como o Brasil e a África do Sul fizeram na América do Sul e na África Austral respectivamente. Do contrário, caso haja novamente um desengajamento estadunidense, é provável que a cooperação em defesa como via de aumento de recursos dos Estados sem provocação do dilema de segurança regional seja apenas uma lembrança das primeiras décadas do pós-Guerra Fria.

REFERÊNCIAS

ACORDO DO ALVOR, O. Alvor, 15 jan. 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACORDO-ALVOR.pdf>. Acesso: 27 jul. 2019.

ÁFRICA DO SUL. DEPARTAMENTO DE DEFESA. **South African Defence Review**. Pretória: Dod, 2015. Disponível em: <https://static.pmg.org.za/170512review.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ÁFRICA DO SUL. DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO. **Bilateral agreements signed by South Africa between 01 01 1994 until 15 04 2011**. Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/foreign/bilateral0927.rtf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

ÁFRICA DO SUL. DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO. **Joint Communiqué on the State Visit to the Republic of Botswana by His Excellency Jacob Gedleyihlekisa Zuma, President of the Republic of South Africa**. 2012. Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/docs/2012/bots0903.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ÁFRICA DO SUL. **National Defence White Paper**. Pretória, 1996.

AGÊNCIA ANGOLA PRESS (Angola). **ANGOLA, DRC AND SOUTH AFRICA COOPERATION ANALYSED**. 2016. Disponível em: https://www.angop.ao/angola/en_us/noticias/politica/2016/9/43/Angola-DRC-and-South-Africa-cooperation-analysed,d9324057-6142-4085-88d7-c465ecee117c.html. Acesso em: 12 fev. 2021.

AKIMENKO, Valeriy; GILES, Keir. Russia's Cyber and Information Warfare. **Asia Policy**. Washington D.C, v. 15, ed. 2, p. 67-75, abril 2020.

ACCORD. Disarmament, demobilisation and reintegration in the Democratic Republic of the Congo: Can stability prevail?. In: ACCORD. **Conflict Trends**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/disarmament-demobilisation-reintegration-democratic-republic-congo/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

ALLISON, Graham. The new spheres of influence: sharing the globe with other great powers. **Foreign Affairs**, Nova York, v. 99, n. 2, p. 30-48, mar. 2020.

APOLLO, Luiz Henrique. Estratégia da África do Sul pós-apartheid como líder regional da SADC. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 478-494, set. 2015.

AYRES PINTO, Danielle Jacon; PICCOLLI, L.; FREITAS, Riva Sobrado de. Russia, Brics and cyberpower: evoking synergies under conjectures of deviation. **Journal of China and International Relations**, v. 1, p. 83-97, 2020.

BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

BLUMENTHAL, Dan. Why it's still a unipolar era. **The American**. The Journal of the American Enterprise Institute, 22 mar. 2011.

BROOKS, Stephen G.; WOHLFORTH, William C. Hard times for soft balancing. **International Security**, Cambridge, v. 30, n. 1, p. 72-108, jan. 2005.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPOS, Indira; VINES, Alex. Angola and China: a pragmatic partnership. *In: PROSPECTS FOR IMPROVING U.S.-CHINA-AFRICA COOPERATION*, 1., 2007, Londres. **Working Paper**. Londres: Center For Strategic And International Studies, 2008. p. 1-26. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/angolachina_csis.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

CEPIK, Marco; MACHADO, Felipe. O comando do espaço na grande estratégia chinesa: implicações para a ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional**, v. 6, n. 2, jul-dez. 2011, p. 112-131.

CEPIK, Marco; SCHNEIDER, Luiza. Kenneth Waltz. *In: MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al (org.). Os clássicos das relações internacionais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 84-109.

CILLIERS, Jakkie; MALAN, Mark. Progress with the African Standby Force. **Iss Paper**, Pretória, n. 98, p. 1-24, maio 2005.

CORRELATES of War Project. *In: GREIG, J. Michael; ENTERLINE, Andrew J. (org.). Correlates of War Project: National Material Capabilities (NMC) Data Documentation*. 5. ed. Texas, 1 fev. 2017. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/COW/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em: 22 set. 2020.

COW. National Material Capabilities (v5.0). *In: COW. The Correlates of War Project*. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>. Acesso em: 30 maio 2020.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. **Reshaping defence diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Londres: Routledge, 2004.

DANIEL, John. Racism, the Cold War and South Africa's regional security strategies 1948-1990. *In: ONSLOW, Sue (ed.). Cold War in Southern Africa: White power, black liberation*. Nova York: Routledge, 2009. p. 35-54.

DAVID, J.; BREMER, Stuart; STUCKEY, John. Capability distribution, uncertainty, and major power war. *In: RUSSETT, Bruce (ed.). Capability distribution, uncertainty, and major power war, 1820-1965*. Beverly Hills: Singer, 1972. p. 19-48.

DEUTSCH, Karl W. *et al.* Political Community and the North Atlantic Area. In: NELSEN, Brent F.; STUBB, Alexander (ed.). **The European Union: readings on the theory and practice of european integration.** Londres: Lynne Rienner, 1957. p. 121-143.

DINIZ, Eugenio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 505-565, jul. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292006000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 abr. 2020.

DONNELLY, Jack. *The Realist Tradition.* Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DUARTE, Érico. Poder militar, crise financeira e o panorama de segurança internacional do século XXI. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 2, n. 3, jan.-jun. 2013, p. 11-45.

ERLICH, Reese. Russia is the only winner in Syria. *Foreign Policy*, Washington D.C, n.p., out. 2019. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/10/30/russia-is-the-only-winner-in-syria/>. Acesso em: 18 ago. 2020

GIBB, Richard. Regional integration in post-apartheid Southern Africa. **Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie**, [S. l.], v. 98, n. 4, p. 421-435, set. 2007. Wiley.

GLOBAL INNOVATION INDEX (Estados Unidos) (comp.). **Analysis.** 2020. Disponível em: <https://www.globalinnovationindex.org/analysis-indicator>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GRAHAM, Matthew. Cold War in Southern Africa. **Africa Spectrum**, Hamburg, v. 1, n. 45, p.131-139. 2010.

GRUPO PARLAMENTAR DE MONITORAMENTO. **Bilateral agreements signed by South Africa as on 25 june 2020.** [S. L.], 2021. Disponível em: https://pmg.org.za/files/201014Bilateral_agreements2020.rtf. Acesso em: 19 fev. 2021.

GWARADZIMBA, Fadzai. SADCC and the Future of Southern African Regionalism. **Issue: A Journal of Opinion**, [S. l.], v. 21, n. 1/2, p. 51-59, 1993.

HANLON, Joseph. *Beggar your neighbours: Apartheid power in Southern Africa.* James Currey, London, 1986.

HE, Kai. Undermining adversaries: unipolarity, threat perception, and negative balancing strategies after the cold war. **Security Studies**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 154-191, abr. 2012.

HEINECKEN, Lindy. **South Africa's post apartheid military: lost in transition and transformation.** Cham: Springer, 2020.

HOBSBAWN, Eric. Rumo ao milênio. *In:* HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX.** São Paulo: Schwartz, 2012. p

HOLSTI, Kalevi. J. Wars of the third kind. In: HOLSTI, Kalevi. J. **The state, war, and the state of war**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 19-36.

HWANG, Kyu Deug. The Historical Evolution of SADC(C) and Regionalism in Southern Africa. **International Area Review**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 55-72, mar. 2007.

INDYK, Martin. Disaster in the desert: Why Trump's Middle East Plan can't work. v. 98, n. 6, p. 10-20, nov. 2019.

IISS. Zimbabwe's Congolese imbroglio. **Strategic Comments**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1-2, mar. 1999. Informa UK Limited.

ISAKSEN, Jan; TJØNNELAND, Elling N. **Assessing the restructuring of SADC**: positions, policies and progress. Bergen: Norad, 2001. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/880-assessing-the-restructuring-of-sadc-positions>. Acesso em: 25 fev. 2021.

JAMINE, Elísio Benedito. **A integração regional na África Austral**: obstáculos e oportunidades. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93745/jamine_dm_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mar. 2021.

KORAB-KARPOWICZ, W. Julian. Political Realism in International Relations. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 2017.

LAAKSO, Liisa. Beyond the notion of security community: What role for the African regional organizations in peace and security? **The Round Table**, [S. l.], v. 94, n. 381, p.489-502, set. 2005. Informa UK Limited.

LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. **Can Theories Be Refuted?** [S. l.], p. 205-259, 1976. Springer Netherlands.

LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion. Why new great powers will rise. **International Security**, v. 17, n. 4, Spring 1993, p. 5-51.

LAYNE, Christopher. This time it's real: the end of unipolarity and the pax americana. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 56, n. 1, p. 203-213, mar. 2012.

LANGA, E.; Sacavinda. SADC. **Tensões Mundiais**, v. 15, n. 29, p. 143-164, 6 jan. 2020.

LØKKE, Ann-kristina; SØRENSEN, Pernille Dissing. Theory testing using case studies. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, Reading, v. 12, n. 1, p. 66-74, jul. 2014.

MAERESERA, Sadiki; UZODIKE, Ufo Okeke. Operationalising the SADC Mutual Defence Pact: prospects and constraints. **African Security Review**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 94-107, set. 2010.

MANDRUP, Thomas. SOUTH AFRICA AND THE SADC STAND-BY FORCE. **Scientia Militaria – South African Journal of Military Studies**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1-24, 10 ago. 2011. Stellenbosch University.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

MEARSHEIMER, John J. Why the ukraine crisis is the West's fault. **Foreign Affairs**, set-out. 2014, p. 1-12.

MLAMBO, Victor H.; DLAMINI, Mpume. Conflict and violence in Africa in the 21st century: Where is the African Union? A case of Libya, South Sudan, Democratic Republic of the Congo, and Central African Republic. **Journal of Public Affairs**, KwaDlangezwa, p. 1-10, 4 abr. 2019.

MONTEIRO, Nuno. Unrest Assured: why unipolarity is not peaceful. **International Security**, Cambridge, v. 36, n. 3, p. 9-40, nov. 2011. Trimestral. Disponível em: https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/ISEC_a_00064. Acesso em: 15 jul. 2020.

MOREIRA, B. B.; PAGLIARI, Graciela C. Exteriores próximos sobrepostos: A atual disputa russo-europeia sob a velha ótica geopolítica. **Mundorama**, v. 90, p. 1, 2015.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003.

MUNTSCHICK, Johannes. **The Southern African Development Community (SADC) and the European Union (EU)**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling military-to-military cooperation as a foreign policy tool: Options for India**. New Delhi: Knowledge World & United Service Institution of India Centre for Research, 2006.

MCGURK, Brett. Hard Truths in Syria: America can't do more with less, and it shouldn't try. **Foreign Affairs**, Nova York, n.p., mai. 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/syria/2019-04-16/hard-truths-syria>. Acesso em: 18 ago. 2020.

NATHAN, Laurie. Synopsis of Community of insecurity: SADC's struggle for peace and security in Southern Africa. **African Security Review**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 181-189, set. 2013. Informa UK Limited.

NATHAN, Laurie. SADC's uncommon approach to common security, 1992–2003. **Journal of Southern African Studies**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 605-622, set. 2006. Informa UK Limited.

NGOMA, Naison. SADC: towards a security community? **African Security Review**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 17-28, jan. 2003.

NKOANA-MASHABANE, Maite. **Opening remarks by Ms Maite Nkoana-Mashabane, Minister of International Relations and Cooperation, Republic of South Africa on the occasion of the 2nd Session of the South Africa Mozambique Bi-National Commission**

(BNC), 24 August 2017, Maputo. 2017. Disponível em: <http://www.dirco.gov.za/docs/speeches/2017/mash0824.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

OGUNNUBI, Olusola; AKINOLA, Adeoye. South Africa and the Question of Hegemony in Africa. **Journal of Developing Societies**, Thousand Oaks, v. 33, n. 4, p. 428-447, nov. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. Angola's perfect storm: The dos Santos Regime and the Oil Crisis. **Foreign Affairs**, Nova York, p. n.p., 28 out. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/angola/2015-10-28/angolas-perfect-storm>. Acesso em: 31 out. 2020.

OMARI, Abillah H.; MACARINGUE, Paulino. Southern African security in historical perspectives. *In*: CAWTHRA, Gavin; DUPISANI, Andre; OMARI, Abillah (ed.). **Security and democracy in Southern Africa**. Johannesburgo: Wits University Press, 2007. p. 45-60.

PASHAKHANLOU, Arash Heydarian. The past, present and future of realism. *In*: ORSI, Davide; AVGUSTIN, J. R.; NURNUS, Max (ed.). **Realism in practice: an appraisal**. Bristol: E-international Relations Publishing, 2018. p. 29-42. Disponível em: <https://www.e-ir.info/publication/realism-in-practice-an-appraisal/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PROTOCOL on Politics, Defence and Security Cooperation. *In*: SADC. **Protocol on politics, defence and security cooperation**. Blantyre, 2001. Disponível em: https://www.sadc.int/files/3613/5292/8367/Protocol_on_Politics_Defence_and_Security20001.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

REITER, Dan; STAM, Allan C.; HOROWITZ, Michael C. A deeper look at interstate war data: interstate war data version 1.1. **Research & Politics**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 1-3, out. 2016.

REGINA, Elis. **Agora Tá**. Saudade do Brasil. Rio de Janeiro: WEA, 1980.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce**: explicando a cooperação em defesa na América do Sul. Brasília: UNB, 2015.

SADC. **Organ on Politics Defense and Security Affairs**. 2021. Disponível em: <https://www.sadc.int/sadc-secretariat/directorates/office-executive-secretary/organ-politics-defense-and-security/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SADC. **Standby Force & SADC Brigade**. 2021. Disponível em: <https://www.sadc.int/themes/politics-defence-security/regional-peacekeeping/standby-force/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

SADC. **SADC Statistical Yearbook 2015**. Gaborone: SADC, 2015.

SADC. **Strategic Indicative Plan for the Organ on Politics, Defence and Security Cooperation**. Gaborone: SADC, 2003. Disponível em: https://www.sadc.int/files/9113/6492/3812/sipo_en_3.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

SADC. [Tratado (2003)]. **SADC Mutual Defence Pact**. [S. l.: s. n.], 2003.

SARKEES, Meredith Reid; WAYMAN, Frank Whelon; SINGER, J. David. Inter-state, intra-state, and extra-state wars: a comprehensive look at their distribution over time, 1816-1997. **International Studies Quarterly**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 49-70, mar. 2003.

SCHENONI, Luis L.. The Southern African unipolarity. **Journal Of Contemporary African Studies**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 207-228, 10 ago. 2017.

SCHUTZ, Nathaly Xavier. The security integration in Southern Africa: SADC and OPDS. **Brazilian Journal of African Studies**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 215-233, jan. 2016.

SCHWELLER, Randall L. 1994. **Deadly imbalances: Tripolarity and Hitler's strategy of world conquest**. New York: Columbia University Press, 1998.

SEGAL, Adam. When China rules the web: technology in service of the state. **Foreign Affairs**, Nova York, v. 97, n. 5, p. 10-18, set/out 2018.

SILVA, Igor Castellano. Explaining co-operation and conflict in Southern Africa: state-building, foreign policy and regional order. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 38, ed. 2, 2016.

SILVA, Igor Castellano; BRANCHER, Pedro Txai Leal. O futuro da África Austral: consequências da expansão das fronteiras regionais e da bipolaridade. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 34, p. 33-49, 2015.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. *In*: COW. **Stockholm International Peace Research Institute**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SHUBIN, Vladimir. **The hot 'Cold War'**. Londres: Pluto, 2008.

SÖDERBAUM, Fredrik. The dynamics of security and development regionalism in Southern Africa. *In*: POKU, Nana (ed.). **Security and development in Southern Africa**. Westport: Praeger, 2001. p. 103-121.

SOLOMON, Hussein. Critical reflections of the African Standby Force: the case of its SADC contingent. **Southern Africa Peace and Security Studies**, Lusaka, v. 1, n. 2, p. 20-28, set. 2012. Disponível em: [http://www.saccps.org/pdf/1-2/SAPSS%201\(2\)%20Solomon.pdf](http://www.saccps.org/pdf/1-2/SAPSS%201(2)%20Solomon.pdf). Acesso em: 4 fev. 2021.

STAPLETON, Timothy. Decolonization wars (1945-90). *In*: STAPLETON, Timothy. **AFRICA: war and conflict in the twentieth century**. Nova York: Routledge, 2018. Cap. 3. p. 65-86.

TALIAFERRO et al. Introduction: Neoclassical Realism, the state and Foreign Policy. *In*: **Neoclassical Realism, the state and Foreign Policy, 1–41**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance: 1991**. Londres: Routledge, 1991. v. 91.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 1994. Londres: Routledge, 1994. v. 94.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 1997. Londres: Routledge, 1997. v. 97.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2000. Londres: Routledge, 2000. v. 100.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2003. Londres: Routledge, 2003. v. 103.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2006. Londres: Routledge, 2006. v. 106.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2009. Londres: Routledge, 2009. v. 109.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2012. Londres: Routledge, 2012. v. 112.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2015. Londres: Routledge, 2015. v. 115.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS) (org.). **The Military Balance**: 2018. Londres: Routledge, 2018. v. 118.

TURNER, Thomas. Half a Holocaust. *In*: TURNER, Thomas. **The Congo Wars**: Conflict, myth & reality. Londres: Zed Books, 2007. cap. 1, p. 1-24.

VERWEIJEN, Judith. **Stable instability**: Political settlements and armed groups in the Congo. Londres: Rift Valley Institute, 2016. 83 p.

WALT, Stephen M. **The origin of alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism After the Cold War. **International Security**, Londres, v. 25, ed. 1, p. 5-41, 2000.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WILKINS, Thomas S. Russo-Chinese strategic partnership: A new form of security cooperation? **Contemporary Security Policy**, v. 29, n. 2, 2008.

WOHLFORTH, William. How not to evaluate theories. **International Studies Quarterly**, 56, 2012, p. 219-222.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International security**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 5-41, jun. 1999.

WOHLFORTH, William C. Unipolarity, status competition, and great power war. **World Politics**, [S. l.], v. 61, n. 1, p. 28-57, dez. 2008.

YILMAZ, Muzaffer Ercan. Intra-state conflict in the post-cold war era. **International Journal on World Peace**, Balikesir, v. 4, n. 24, p. 11-33, dez. 2007.

ZWEIG, David; JIANHAI, Bi. China's Global Hunt for Energy. *Foreign Affairs*, set-out, 2005. p. 25-36.

APÊNDICE A – QUADRO COM OS DADOS DOS GRÁFICOS 1, 2, 3 E 4

PIB de China, Estados Unidos e Rússia (em bilhões de dólares atuais)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
China	\$ 383	\$ 564	\$ 962	\$ 1.211	\$ 1.660	\$ 2.752	\$ 5.102	\$ 8.532	\$11.062	\$ 13.895
Estados Unidos	\$ 6.158	\$ 7.287	\$ 8.578	\$ 10.252	\$ 11.458	\$13.815	\$14.449	\$16.197	\$18.219	\$ 20.580
Rússia	\$ 517	\$ 395	\$ 404	\$ 259	\$ 430	\$ 990	\$ 1.223	\$ 2.208	\$ 1.363	\$ 1.670

Tamanho da população de China, Estados Unidos e Rússia										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
China	1150780000	1191835000	1230075000	1262645000	1288400000	1311020000	1331260000	1350695000	1371220000	1392730000
Estados Unidos	252981000	263126000	272657000	282162411	290107933	298379912	306771529	313830990	320635163	326687501
Rússia	148394216	148407912	147915361	146596869	144648618	143049637	142785349	143201721	144096870	144477860

Gastos militares de China, Estados Unidos e Rússia (em bilhões de dólares atuais)										
PAÍS/ANO	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018	
China	\$ 10	\$ 16	\$ 22	\$ 35	\$ 55	\$ 105	\$ 157	\$ 214	\$ 250	
Estados Unidos	\$ 288	\$ 276	\$ 301	\$ 415	\$ 528	\$ 669	\$ 685	\$ 596	\$ 649	
Rússia	\$ 13	\$ 18	\$ 9	\$ 17	\$ 34	\$ 51	\$ 81	\$ 66	\$ 61	

Total de Efetivos nas Forças Armadas de China, Estados Unidos e Rússia										
PAÍS/ANO	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2017	
China	2930000	3640000	3910000	3750000	3605000	2945000	2993000	2843000	2695000	
Estados Unidos	1720000	1533300	1454800	1480000	1498000	1563996	1492200	1347300	1359000	
Rússia	1400000	1823000	1427100	1369700	1446000	1495000	1364000	1490000	1454000	

APÊNDICE B – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 6

Tamanho da população dos países da África Austral (1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	37718950	40564059	42987461	44967708	46719196	48489459	50477011	52834005	55386367	57779622
Angola	12248901	13503747	14871570	16395473	18121479	20149901	22514281	25107931	27884381	30809762
Congo, Rep. Dem.	35908244	40252975	43827180	47105826	51425580	56578037	62448574	69020747	76244544	84068091
Moçambique	11942819	13066543	14347854	15766806	17279141	18880269	20569117	22346641	24234088	26262368
Madagascar	13328032	14948048	16397183	17711927	19331100	21080110	22894710	24862648	27042002	29495962
Tanzânia	26056594	28792639	31192857	33499180	36337782	39548663	43073834	47052481	51482633	56318348
Demais Países	35483098	37321327	39413240	41732684	43773175	46080981	48960381	52372926	56171426	60075246
Botsuana	1326322	1434059	1540425	1643334	1734398	1835908	1953498	2039551	2120716	2254126
Comores	423872	462277	501953	542357	583211	626425	673252	723871	777424	832322
Essuatíni	845266	907620	963426	1005435	1022802	1036092	1057467	1079288	1104044	1136191
Lesoto	1742539	1861324	1968044	2032804	2018348	1989939	1990131	2014990	2059021	2108132
Malauí	9600355	9745690	10264906	11148758	12000181	12973699	14128155	15396005	16745303	18143315
Maurícia	1070266	1112846	1148284	1186873	1213370	1233996	1247429	1255882	1262605	1265303
Namíbia	1476388	1591822	1698032	1794571	1879117	1971317	2081044	2194784	2314904	2448255
Seychelles	70439	74205	77319	81131	82781	84600	87298	88303	93419	96762
Zâmbia	8246656	8869740	9597609	10415944	11256743	12173514	13215139	14465121	15879361	17351822
Zimbábue	10680995	11261744	11653242	11881477	11982224	12155491	12526968	13115131	13814629	14439018

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Banco Mundial. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>. Acesso em: 2 jun. 2020.

APÊNDICE C – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 7

PIB dos países da África Austral em milhões de dólares (1991, 1994, 1997, 2000, 2003)					
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003
Angola	\$ 10.603.784.541,20	\$ 4.438.321.017,39	\$ 7.648.377.412,83	\$ 9.129.594.818,61	\$ 17.812.705.294,3
Congo, Dem. Rep.	\$ 9.625.436.872,51	\$ 5.820.382.248,28	\$ 6.090.840.548,19	\$ 19.088.046.305,80	\$ 8.937.567.059,88
África do Sul	\$ 123.942.759.156,42	\$ 139.752.515.748,81	\$ 152.587.423.868,18	\$ 136.361.298.082,06	\$ 175.256.916.996,05
Tanzânia	\$ 4.956.588.278,56	\$ 4.510.846.967,87	\$ 7.683.852.496,84	\$ 13.375.976.353,70	\$ 15.224.257.698,48
Zâmbia	\$ 3.378.882.352,94	\$ 3.656.647.744,25	\$ 4.303.281.932,29	\$ 3.600.683.039,73	\$ 4.901.839.731,27
Zimbábue	\$ 8.641.481.700,00	\$ 6.890.675.000,00	\$ 8.529.571.600,00	\$ 6.689.957.600,00	\$ 5.727.591.800,00
Demais países	\$ 21.012.278.305,96	\$ 21.509.162.464,55	\$ 28.138.078.869,54	\$ 29.051.251.301,26	\$ 37.683.854.137,16
Botsuana	\$ 3.942.792.837,36	\$ 4.259.330.999,03	\$ 5.020.214.747,45	\$ 5.788.329.609,16	\$ 7.511.582.173,38
Comoros	\$ 424.108.796,56	\$ 319.189.200,35	\$ 364.445.589,70	\$ 350.264.287,69	\$ 545.658.929,04
Essuatíni	\$ 1.156.141.998,33	\$ 1.419.293.455,00	\$ 1.716.699.913,19	\$ 1.738.100.848,10	\$ 2.197.612.760,59
Lesoto	\$ 704.329.192,77	\$ 878.250.450,60	\$ 997.996.028,65	\$ 887.295.267,88	\$ 1.157.832.934,55
Madagascar	\$ 2.653.141.958,53	\$ 2.977.040.722,47	\$ 3.545.776.697,12	\$ 3.877.673.539,09	\$ 5.474.030.080,24
Malauí	\$ 2.203.545.856,67	\$ 1.181.802.596,03	\$ 2.663.234.933,90	\$ 1.743.506.531,33	\$ 3.208.837.077,25
Maurícia	\$ 2.856.890.680,60	\$ 3.558.137.040,38	\$ 4.187.367.601,73	\$ 4.663.313.620,02	\$ 5.816.553.826,86
Moçambique	\$ 3.704.316.974,56	\$ 2.793.020.800,86	\$ 4.976.735.801,66	\$ 5.553.894.130,24	\$ 6.254.047.514,33
Namíbia	\$ 2.992.650.454,50	\$ 3.636.645.995,27	\$ 4.102.648.719,62	\$ 3.833.993.702,99	\$ 4.811.994.024,88
Seychelles	\$ 374.359.556,08	\$ 486.451.204,56	\$ 562.958.836,52	\$ 614.879.764,78	\$ 705.704.816,04

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 3 jun. 2020.

APÊNDICE D – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 7

PIB dos países da África Austral em milhões de dólares (2006, 2009, 2012, 2015, 2018)					
PAÍS/ANO	2006	2009	2012	2015	2018
Angola	\$ 52.381.006.892,04	\$ 70.307.163.678,24	\$ 128.052.853.643,11	\$ 116.193.649.124,15	\$ 105.750.987.618,63
Congo, Dem. Rep.	\$ 14.451.902.467,93	\$ 18.648.373.312,42	\$ 29.306.235.826,39	\$ 37.917.704.900,08	\$ 47.227.535.290,92
África do Sul	\$ 271.638.484.826,11	\$ 295.936.485.832,64	\$ 396.332.702.639,50	\$ 317.620.522.794,83	\$ 368.288.939.768,32
Tanzânia	\$ 18.649.590.248,26	\$ 29.081.425.282,29	\$ 39.650.530.214,33	\$ 47.378.599.025,30	\$ 58.001.200.572,40
Zâmbia	\$ 12.756.858.899,28	\$ 15.328.342.303,96	\$ 25.503.370.699,20	\$ 21.243.350.632,50	\$ 26.720.073.435,90
Zimbábue	\$ 5.443.896.500,00	\$ 9.665.793.300,00	\$ 17.114.849.900,00	\$ 19.963.120.600,00	\$ 31.000.519.447,18
Demais países	\$ 50.459.865.719,35	\$ 63.082.664.351,87	\$ 84.350.712.157,21	\$ 80.117.076.077,99	\$ 93.211.246.706,17
Botsuana	\$ 10.126.940.513,31	\$ 10.267.133.177,73	\$ 16.067.155.187,04	\$ 14.420.604.205,75	\$ 18.616.018.903,44
Comoros	\$ 697.810.988,05	\$ 901.711.442,29	\$ 1.015.901.205,42	\$ 965.640.593,04	\$ 1.177.955.048,65
Essuatíni	\$ 3.291.353.812,86	\$ 3.580.417.156,54	\$ 4.886.658.800,24	\$ 4.073.390.988,35	\$ 4.710.618.471,93
Lesoto	\$ 1.800.105.589,60	\$ 1.773.199.523,23	\$ 2.677.545.056,02	\$ 2.289.799.039,80	\$ 2.738.786.277,79
Madagascar	\$ 5.515.884.348,55	\$ 9.616.879.571,46	\$ 11.578.974.887,96	\$ 11.323.020.828,58	\$ 13.853.432.868,23
Malauí	\$ 3.998.020.176,67	\$ 6.191.127.665,20	\$ 6.028.487.928,83	\$ 6.373.212.640,85	\$ 7.064.971.176,34
Maurícia	\$ 7.028.803.365,70	\$ 9.128.843.109,16	\$ 11.668.685.524,13	\$ 11.692.287.066,38	\$ 14.220.348.672,73
Moçambique	\$ 9.149.485.071,34	\$ 11.899.763.735,41	\$ 16.350.804.543,05	\$ 15.950.969.018,95	\$ 14.717.223.206,90
Namíbia	\$ 7.835.043.624,01	\$ 8.876.191.120,76	\$ 13.016.272.898,90	\$ 11.650.656.642,27	\$ 14.521.711.633,95
Seychelles	\$ 1.016.418.229,25	\$ 847.397.850,09	\$ 1.060.226.125,63	\$ 1.377.495.054,04	\$ 1.590.180.446,19

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 3 jun. 2020.

APÊNDICE E – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 8

Correlates of War (COW) em função da soma dos COW para os Estados da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012)								
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012
África do Sul	0,4306332	0,42783025	0,41375635	0,38453734	0,39763536	0,38541326	0,3545785	0,32767474
Angola	0,08698529	0,8271041	0,8040573	0,9925319	0,0995921	0,10609199	0,10765515	0,11408138
Congo, Rep. Dem.	0,146731343	0,153382542	0,15772076	0,170384812	0,18397012	0,181709352	0,213769709	0,223030899
Moçambique	0,06446655	0,05020029	0,05363734	0,05151036	0,04817541	0,05066793	0,0488934	0,05856562
Tanzânia	0,0869853	0,0963602	0,0949542	0,0962485	0,0902522	0,940094	0,0947533	0,099833
Zimbábue	0,0618093	0,0566596	0,057723	0,0551533	0,0502249	0,0466708	0,0486597	0,0415554
Demais Países	0,122389	0,1329107	0,1418026	0,1429124	0,1301499	0,1354373	0,1316902	0,135259
Botsuana	0,00688796	0,00932953	0,01018765	0,01102756	0,00927006	0,00906194	0,00838023	0,00857829
Comores	0,00149534	0,00144814	0,00154535	0,00154126	0,00117683	0,00124469	0,00122102	0,0012511
Essuatíni	0,00286564	0,00324007	0,00333943	0,00495591	0,00287227	0,00296499	0,00281408	0,00273353
Lesoto	0,00511127	0,00542269	0,0056257	0,00546967	0,00387956	0,00417932	0,00394448	0,00383828
Madagascar	0,03267354	0,03764631	0,03954927	0,04463954	0,04060577	0,04035118	0,03966895	0,04085194
Malauí	0,02332112	0,02526944	0,02571523	0,02406342	0,02495786	0,02640662	0,0259229	0,02651387
Maurícia	0,00352214	0,00349532	0,00424441	0,00372602	0,00262294	0,00219591	0,00206048	0,00225198
Namíbia	0,00647114	0,00690208	0,00756268	0,00818374	0,00756964	0,00814613	0,00927692	0,00946114
Seychelles	0,00062523	0,00063551	0,00266308	0,00210743	0,0006333	0,00205829	0,00144138	0,00144325
Zâmbia	0,03941562	0,03952159	0,04136981	0,03719789	0,03656165	0,03882821	0,0369598	0,03833558

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do COW (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009 e 2012).

APÊNDICE F – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 9

Percentual do gasto absoluto em defesa dos Estados da África Austral comparado com o total da região (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 (em milhões de dólares atuais)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	64%	72%	62%	53%	60%	51%	42%	40%	34%	41%
Angola	17%	12%	12%	16%	16%	28%	39%	37%	36%	22%
Tanzânia	2%	1%	3%	4%	3%	2%	3%	3%	5%	8%
Botsuana	3%	4%	4%	5%	7%	4%	4%	3%	4%	6%
Namíbia	2%	1%	2%	3%	3%	3%	4%	4%	5%	5%
Zimbábue	6%	5%	8%	10%	5%	2%	-	3%	4%	5%
Demais países	5%	5%	8%	9%	7%	10%	8%	10%	12%	13%
Congo, Dem. Rep.	1%	-	2%	4%	2%	3%	1%	3%	5%	3%
Essuatíni	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Lesoto	0%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%	1%
Madagascar	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%
Malawi	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	1%
Maurícia	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Moçambique	1%	1%	1%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
Seychelles	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Zâmbia	1%	1%	1%	-	-	3%	3%	3%	4%	4%

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos de SIPRI (2020). Dados de Comores (todo o período), República Democrática do Congo (1994), Zâmbia (2000 e 2003) e Zimbábue (2009) indisponíveis.

APÊNDICE G – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 10

Percentual do PIB gasto em defesa (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018 (em milhões de dólares atuais))										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	3,2%	2,6%	1,6%	1,4%	1,5%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%
Angola	7,1%	5,7%	6,0%	6,4%	3,8%	3,8%	4,7%	3,2%	3,1%	1,8%
Botsuana	4,6%	4,0%	3,2%	3,2%	4,0%	2,7%	3,2%	2,3%	2,7%	2,7%
Congo, Rep. Dem.	-	-	1,4%	0,2%	0,9%	1,4%	0,7%	1,2%	1,3%	0,6%
Essuatíni	1,4%	1,8%	1,5%	1,4%	1,5%	1,8%	2,2%	1,9%	1,8%	1,9%
Lesoto	2,9%	2,7%	2,7%	3,3%	2,4%	2,1%	2,5%	1,9%	1,7%	1,8%
Madagascar	1,3%	0,9%	1,5%	1,2%	1,3%	1,0%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%
Malawi	1,1%	1,4%	1,0%	0,7%	0,4%	0,8%	0,9%	0,8%	0,6%	0,8%
Maurícia	0,4%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%
Moçambique	2,6%	3,3%	1,1%	1,3%	1,3%	0,8%	0,8%	0,9%	0,9%	1,2%
Namíbia	5,6%	1,8%	2,3%	2,7%	2,6%	2,5%	3,4%	3,2%	4,4%	3,2%
Seychelles	4,4%	2,4%	2,0%	1,7%	1,7%	1,4%	1,0%	0,9%	1,3%	1,4%
Tanzânia	2,2%	1,3%	1,5%	1,5%	1,1%	0,8%	0,8%	0,9%	1,1%	1,3%
Zâmbia	2,3%	1,7%	1,0%	-	-	1,6%	1,4%	1,4%	1,8%	1,4%
Zimbábue	4,6%	3,6%	3,5%	3,4%	2,3%	2,2%	-	1,9%	1,9%	1,2%

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos de SIPRI (2020). Dados de Comores (todo o período), República Democrática do Congo (1991, 1994), Zâmbia (2003, 2003) e Zimbábue (2009) indisponíveis.

APÊNDICE H – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 11

Total dos efetivos das Forças Armadas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
Congo, Dem. Rep.	49100	49100	-	55900	64800	64800	139251	144000	134250	134250
Angola	96000	82000	110500	107500	108400	108400	107000	107000	107000	107000
África do Sul	72400	78500	79440	63389	55750	55750	62082	62082	62100	66350
Zimbábue	54600	46900	39000	40000	29000	29000	29000	29000	29000	29000
Tanzânia	46800	49600	34600	34000	27000	27000	27000	27000	27000	27000
Zâmbia	18000	24000	21600	21600	18100	15100	15100	15100	15100	15100
Madagascar	21000	21000	21000	21000	13500	13500	13500	13500	13500	13500
Moçambique	58000	34750	5100	5100	10200	11200	11200	11200	11200	11200
Demais Países	8600	29800	22100	26950	27750	27950	27950	27950	28420	34570
Malauí	7250	10400	5000	5000	5300	5300	5300	5300	5300	10700
Namíbia	-	8100	5800	9000	9000	9200	9200	9200	9200	9900
Botsuana	4500	7500	7500	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000
Maurícia	-	1800	1800	1500	2000	2000	2000	2000	2500	2550
Lesoto	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Seychelles	2100	1800	-	450	450	450	450	450	420	420

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). 2020). Dados indisponíveis para Comoros (todo período), Essuatíni (todo período), Maurícia (1991), Namíbia (1991), República Democrática do Congo (1997), Seychelles (1997); os dados de República Democrática do Congo dos anos de 1991 e 1994 contabilizam a gendarmaria; os dados de todos os anos disponíveis de Maurícia representam o número de efetivos paramilitares, única força presente no Estado; todos os serviços fazem parte da Força de Defesa do Povo de Seychelles, a qual foi contabilizada.

APÊNDICE I – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 12

Total de efetivos nos Exércitos dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
Congo, Dem. Rep.	22000	25000	-	55000	60000	60000	110000	110000	103000	103000
Angola	91500	75000	98000	100000	100000	100000	100000	100000	100000	100000
África do Sul	49900	58000	54300	42490	36000	36000	37141	37141	37150	40200
Zimbábue	51600	42900	35000	35000	25000	25000	25000	25000	25000	25000
Tanzânia	45000	45000	30000	30000	23000	23000	23000	23000	23000	23000
Zâmbia	16000	20000	20000	20000	16500	13500	13500	13500	13500	13500
Madagascar	20000	20000	20000	20000	12500	12500	12500	12500	12500	12500
Malawi	7250	10400	5000	5000	5300	5300	5300	5300	5300	10700
Moçambique	45000	30000	4000	4000	9000	10000	10000	10000	10000	10000
Demais Países	7500	19100	16000	20700	21200	21200	21200	21200	21450	21450
Namíbia	-	8000	5700	9000	9000	9000	9000	9000	9000	9000
Botsuana	4500	7000	7000	8500	8500	8500	8500	8500	8500	8500
Lesoto	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000	2000
Maurícia	-	1300	1300	1000	1500	1500	1500	1500	1750	1750
Seychelles	1000	800	-	200	200	200	200	200	200	200

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Maurícia (1991), Namíbia (1991), República Democrática do Congo (1997), Seychelles (1997); os dados dos períodos disponíveis de Maurícia correspondem à Força Móvel Especial.

APÊNDICE J – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 13

Total de efetivos na Marinha dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	4500	4500	8000	5190	4500	4500	6244	6244	6250	7550
Congo, Dem. Rep.	1200	1300	600	900	1800	1000	6703	6703	6700	6700
Angola	1500	1500	1500	1500	2400	1000	1000	1000	1000	1000
Tanzânia	800	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
Namíbia	100	100	100	100	200	200	200	200	200	900
Demais Países	1800	2250	1520	1520	1620	1620	1620	1620	1920	1920
Maurícia	-	500	500	500	500	500	500	500	800	800
Madagascar	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500
Malauí	100	200	220	220	220	220	220	220	220	220
Moçambique	1000	750	100	100	200	200	200	200	200	200
Seychelles	200	300	200	200	200	200	200	200	200	200

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Maurícia (1991). Botsuana, Lesoto, Zâmbia e Zimbábue são Estados encravados e, assim, não possuem Marinha; os dados de Maurícia (todo o período) Namíbia (1991, 1994, 1997, 2000 e 2004) e Seychelles (todo o período) referem-se à Guarda Costeira; os dados de Malauí de todo o período referem-se ao efetivo do braço marinho do Exército; os dados de Seychelles de todo o período referem-se ao braço marinho da Força de Defesa do Povo de Seychelles.

APÊNDICE K – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 14

Total de efetivos na Aeronáutica dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	10000	10000	11140	9640	9250	9250	10653	10653	10650	10450
Angola	3000	5500	11000	6000	6000	6000	6000	6000	6000	6000
Zimbábue	3000	4000	4000	5000	4000	4000	4000	4000	4000	4000
Tanzânia	1000	3600	3600	3000	3000	3000	3000	3000	3000	3000
Congo, Dem. Rep.	2500	1800	-	-	3000	3000	2548	2548	2550	2550
Zâmbia	2000	1600	1600	1600	1600	1600	1600	1600	1600	1600
Moçambique	7000	4000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
Demais Países	750	1300	1100	1100	1330	1330	1330	1330	1330	1330
Botsuana	-	500	500	500	500	500	500	500	500	500
Madagascar	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500
Malauí	150	200	80	80	200	200	200	200	200	200
Lesoto	-	-	-	-	110	110	110	110	110	110
Seychelles	100	100	20	20	20	20	20	20	20	20

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Maurícia não possui braço aéreo em suas FAs; dados indisponíveis para Botsuana (1991), Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Lesoto (1991, 1994, 1997, 2000), Maurícia (1991), Namíbia (todo o período), República Democrática do Congo (1997, 2000); os dados de Lesoto (2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018) referem-se ao efetivo do braço aéreo do Exército; os dados de Malauí de todo o período referem-se ao braço marinho do Exército; os dados de Seychelles de todo o período referem-se ao braço aéreo da Força de Defesa do Povo de Seychelles.

APÊNDICE L – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 15

Soma dos veículos blindados dos Exércitos dos países da África Austral - 2009, 2012, 2015 e 2018										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
África do Sul	4850	5110	6473	2079	2353	2353	2353	1460	1460	1418
Angola	1025	400	590	1100	1320	1320	1320	1320	1330	1410
Moçambique	350	-	-	705	390	390	390	401	556	456
Congo, Dem. Rep.	352	204	204	66	116	110	299	399	405	430
Botsuana	52	52	78	114	113	132	219	283	283	268
Zimbábue	261	253	251	443	280	240	225	225	240	187
Zâmbia	161	161	161	133	143	143	143	163	186	186
Demais Países	398	464	455	522	422	394	398	402	433	479
Tanzânia	221	271	271	271	145	120	120	124	126	126
Madagascar	115	115	115	115	115	115	115	115	115	115
Malauí	34	43	40	40	41	41	41	41	51	97
Namíbia	-	-	-	61	72	72	74	74	82	82
Lesoto	10	19	19	19	22	22	22	22	31	31
Maurícia	-	10	10	10	21	18	20	20	22	22
Seychelles	18	6	-	6	6	6	6	6	6	6

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). O quantitativo representa uma aproximação da realidade, pois os números apresentados pelo IISS são imprecisos; dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatíni (todo o período), Moçambique (1994 e 1997), Namíbia (1991, 1994 e 1997) e Seychelles (1997).

APÊNDICE M – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 16

Total de navios das Marinhas dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2004, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
Angola	17	17	7	7	7	9	9	14	22	21
Maurícia	-	4	9	4	4	8	21	6	5	17
Congo, Dem. Rep.	2	4	9	6	2	8	3	3	16	16
África do Sul	9	12	9	9	12	36	30	9	10	10
Tanzânia	21	22	16	7	6	6	7	8	8	10
Madagascar	1	1	1	0	0	0	6	7	7	8
Seychelles	6	4	4	2	5	8	9	8	9	8
Namíbia	0	1	3	2	2	6	6	8	5	6
Moçambique	12	10	3	3	0	0	5	-	1	6
Malawi	1	3	2	2	2	14	15	1	1	1

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 2000, 2004, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Botsuana, Lesoto, Zâmbia e Zimbábue são Estados encravados e, assim, não possuem Marinha. Dados indisponíveis para Comoros (todo o período), Essuatini (todo o período), Maurícia (1991) e Moçambique (2012). África do Sul é o único Estado que possui fragatas e corvetas, as quais foram somadas aos demais navios alcunhados de “*Patrol and Coastal Combatants*”. Além disso, o Estado possui vantagens ao ser o único detentor de submarinos na região (3 até 215 e 4 em 2018). Desse modo, tais especificidades devem ser consideradas na interpretação da tabela.

APÊNDICE N – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 17

Soma de peças de artilharia dos países da África Austral (2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)					
PAÍS/ANO	2006	2009	2012	2015	2018
Angola	1396	1396	1408	1408	1408
África do Sul	1467	1467	1255	1255	1240
Congo, Dem. Rep.	130	534	550	720	726
Tanzânia	378	378	378	384	344
Zimbábue	242	242	242	254	254
Zâmbia	217	182	182	182	182
Moçambique	166	126	126	126	126
Demais Países	201	177	177	209	302
Malauí	17	17	17	17	107
Botsuana	46	46	46	78	78
Namíbia	81	69	69	69	72
Madagascar	37	25	25	25	25
Lesoto	12	12	12	12	12
Seychelles	6	6	6	6	6
Maurícia	2	2	2	2	2

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Decidiu-se contabilizar apenas os dados de 2005 em diante, pois as edições anteriores apresentam diferenças metodológicas, não trazendo precisamente a quantidade total de artilharia; dados indisponíveis para Comoros e Essuatíni (todo o período).

APÊNDICE O – QUADRO COM OS DADOS DO GRÁFICO 18

Total de aviões de combate da Força Aérea dos países da África Austral (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018)										
PAÍS/ANO	1991	1994	1997	2000	2004	2006	2009	2012	2015	2018
Angola	160	79	27	104	90	81	85	92	83	88
África do Sul	259	244	114	87	50	98	12	42	50	50
Zimbábue	81	46	56	58	50	50	45	46	46	45
Botsuana	13	19	38	32	31	15	31	30	33	29
Zâmbia	81	60	63	63	39	33	20	18	25	21
Tanzânia	24	24	24	19	19	19	19	22	18	17
Demais Países	84	78	55	22	20	8	15	53	26	24
Namíbia	-	-	0	0	2	2	10	24	12	12
Moçambique	43	43	43	0	0	-	0	24	8	8
Congo, Dem. Rep.	28	22	-	10	6	6	5	5	6	4
Lesoto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Madagascar	12	12	12	12	12	0	0	0	0	0
Malauí	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maurícia	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seychelles	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor com dados extraídos do *Military Balance* (1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018). Dados indisponíveis para Comoros e Essuatíni (todo o período), Namíbia (199 e 1994), República Democrática do Congo (1997) e Moçambique (2006).